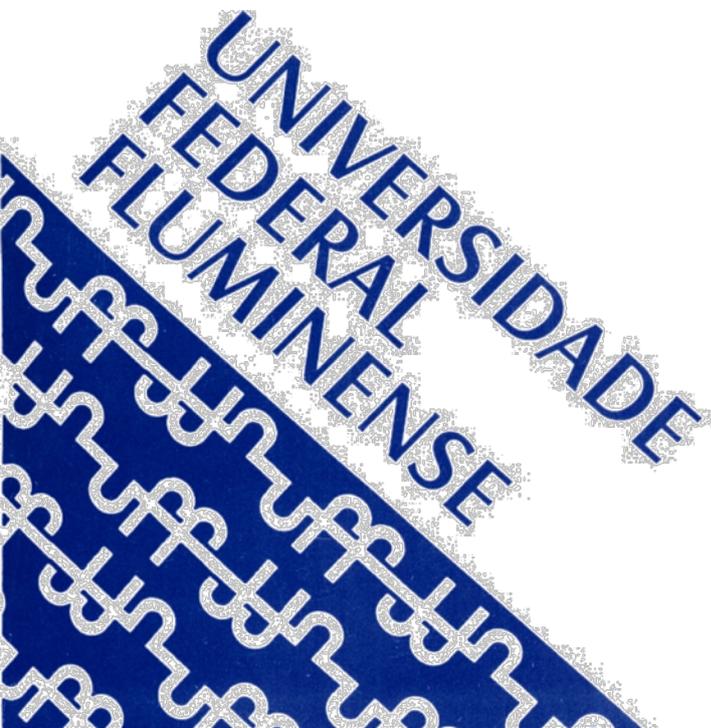


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

IDA CRISTINA REBELLO MOTTA

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM RETRATO DAS RUAS DE NITERÓI – RJ



NITERÓI – RJ

2024



IDA CRISTINA REBELLO MOTTA

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM RETRATO DAS RUAS DE NITERÓI – RJ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos e Proteção Social

Orientadora: Profa. Dra. Nivia Valença Barros

Niterói – RJ

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R291m Rebello Motta, Ida Cristina
 Mulheres em Situação de Rua: um retrato das ruas de
 Niterói RJ / Ida Cristina Rebello Motta. - 2024.
 200 f.

 Orientador: Nivia Valença Barros.
 Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de
 Serviço Social, Niterói, 2024.

 1. Mulheres em situação de rua. 2. Interseccionalidade. 3.
 Política pública para mulheres em situação de rua. 4.
 Violação e violência nas ruas. 5. Produção intelectual.
 I. Valença Barros, Nivia, orientador. II. Universidade
 Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE
DO CURSO DE DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, realizou-se via google meet na sala virtual com o link meet.google.com/vsw-qrzq-fcf, a sessão pública de defesa de tese intitulada "Mulheres em Situação de Rua: um retrato das ruas de Niterói – RJ" apresentado por Ida Cristina Rebello Motta. A comissão examinadora, aprovada pelo Colegiado do Programa, foi constituída pelos seguintes membros: Prof^ª. Dr^ª. Nivia Valença Barros – UFF (Orientadora), Prof^ª. Dr^ª. Nilza Rogéria Nunes – PUC-Rio (1^ª Examinadora), Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Castro Maia Senna – UFF (2^ª Examinadora), Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Santos Freitas – UFF (3^ª Examinadora), Prof^ª. Dr^ª. Giovanna Bueno Cinacchi – Cebes (4^ª Examinadora). Após a apresentação da candidata, a Comissão Examinadora passou à arguição pública. A aluna foi considerada: (X) Aprovada () Reprovada.

A banca reconhece a relevância da tese e indica sua publicação.

E para constar do processo respectivo, a Comissão Examinadora elaborou a presente ata que vai assinada por todos os membros:

Prof^ª. Dr^ª. Nivia Valença Barros - Orientadora
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^ª. Dr^ª. Nilza Rogéria Nunes – 1^ª Examinadora
Pontifícia Universidade Católica – PUC-RIO

Prof^ª. Dr^ª. Mônica de Castro Maia Senna – 2^ª Examinadora
Universidade Federal Fluminense- UFF

Rita de Cássia Santos Freitas Assinado de forma digital por Rita de Cássia Santos Freitas em 22/03/2024 às 14:15:15. Dados: 2024.03.22 21:10:17 Z
rita.freitas@id.uff.br:79266363715

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Santos Freitas – 3^ª Examinadora
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^ª. Dr^ª. Giovanna Bueno Cinacchi – 4^ª Examinadora
Centro Brasileiro De Estudos De Saúde - CEBES

Dedico esta tese (In memoriam) aos meus pais, Olga e Ary, na certeza do orgulho que estão sentindo. Afinal, uma filha sexagenária, Doutora em Política Social!

Ao meu irmão Ricardo, que partiu desta Vida uma semana antes da minha defesa de tese.

A todas as mulheres negras de luta, em especial, às mulheres em situação de rua da cidade de Niterói...

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Vida! Acredito que ela tem me reservado muitas coisas boas. Sou uma pessoa de muita sorte, assim posso dizer, pois a Vida tem me ofertado boas surpresas. Estar no meio acadêmico depois de muitos anos nas trincheiras da prática profissional é para poucos, e eu tenho esse privilégio. O desafio de fazer um doutorado é algo inimaginável, que só tem a dimensão quem passou por ele.

Dentre as coisas boas que a Vida tem me reservado, destaco a família que constituí e que tenho muito orgulho de dizer. Família que foi meu grande alicerce neste processo e que topou, e topa tudo que me faz feliz.

A começar pelo meu companheiro que sempre pergunta: isto te faz feliz? Se sim, então, siga. Aleixo, meu primeiro agradecimento vai para você que não permitiu que eu desmoronasse, cercando-me de mimos, de palavras de incentivo e conforto. Cercando-me de amor! Realmente, “nossos destinos foram traçados na maternidade...”.

Como estamos falando de uma grande família, composta por sete pessoas, aí vão meus agradecimentos a todos vocês que amo de paixão: Cla por ser meu combustível, Lucas por ser meu porto seguro... Tata por ser meu espelho, fortalecido... Joice por ser a pessoa linda que é... Matheus por ser a pessoa certa para estar ao lado da nossa caçulinha. Obrigada especial a minha companheira inseparável de estudo, a felina Mia, conhecida como Neném ou Menina, sempre solidária à minha solidão.

Este caminhar seria impossível sem o apoio dessa família!

Como a Vida me proporcionou a construção de amizades de longa data, nada como o apoio recebido por amigas de longa estrada... Obrigada especial “As Meninas” que diariamente me impulsionaram! Cada uma do seu jeito, dando pequenos toques com muito afeto, como Kon; ou fazendo avaliações, como Mary Helen; ou ainda provocando mais reflexões, como Perci; ainda, chamando a atenção de elementos importantes, como Bethinha; ou preocupadas com a minha “cabeça”, como Nanci; ou ainda com palavras de incentivo, como Lucy; ou com várias dicas de ervas medicinais, como Claudinha; ou ainda preocupada com minha saúde, como Ritinha... Angela, Denise, Marcinha, Vavá, Norminha... Todas, em pequenos gestos, foram fundamentais neste processo!

Como a Vida me reserva amigas de longas datas, não podia deixar de destacar minha amiga, e madrinha por duas vezes, e, sem sombra de dúvidas, irmã... Sandroca, que foi incansável neste processo, na reta final do meu estudo. Não tenho dúvidas de que seu apoio foi

fundamental para que eu conseguisse, e não tenho como agradecer por tudo que fez por mim. Só uma irmã faria tudo isso!

Ainda falando de amigas que a Vida nos deu, preciso falar da minha “cumadi”, Taninha, minha grande confidente e um grande porto seguro. Mulher forte que esteve ao meu lado, ajudando a não desistir de todo este processo. Taninha, vamos viver a vida agora... diga isso ao meu “cumpadi”, meu grande amigo! Obrigada por estarem comigo o tempo todo!

A Vida também me proporcionou conhecer Silvinha, minha querida, que, mesmo distante, esteve comigo, fortalecendo-me neste processo.

Assim, chegamos aos amigos mais recentes que a Vida e a UFF nos reservaram, como Gio e Dan... amigos para toda hora. Aqueles que não largam a sua mão, porque querem te ver bem, feliz... Obrigada por todo incentivo, apoio moral, ouvidos abertos, ombros macios, aconchegos, além das trocas intelectuais na Cantareira e no Ximeninho. Vocês foram, e são, muito amigos!

A UFF e a Vida me trouxeram pessoas muito queridas, como a Ju Lobo, amiga estimada que, com a Gio, me incentivou muito no mestrado... saudades desse convívio lindo que alimentamos!

A UFF também me proporcionou conhecer Marcella, minha companheira de pesquisa, pessoa que esteve comigo durante todo o doutorado e com quem compartilhei inseguranças, medos, dificuldades... Foi muito bom contar com você neste processo da Vida!

Ainda, pessoas lindas foram encontradas neste caminho da UFF, da Vida, como Ju Miranda, com quem compartilhei muitas ansiedades e dificuldades do processo de fazer um doutorado.

Como a Vida tem sido muito linda comigo, resgatei um antigo companheiro de trabalho recentemente, a quem agradeço as trocas intelectuais e o seu acervo de textos que me foi franquiado... Rodrigo Reduzino, meu amigo, obrigada por sua generosidade comigo!

Agradecendo a Vida e sua grandeza comigo, não posso deixar de destacar a banca de defesa, e dou início na pessoa de minha orientadora, agradecendo a liberdade que me foi concedida para as escolhas feitas na construção deste estudo. Nivia, obrigada pela confiança depositada em mim! Todo este processo só me fortaleceu...

Meu agradecimento especial à professora Nilza Rogéria Nunes por compartilhar sua experiência e conhecimento sobre as mulheres em situação de rua. À professora Mônica Senna pelas oportunidades oferecidas, como sua estagiária docente no mestrado e no convite para ser pesquisadora e participar da pesquisa ligada à UFF. À professora Rita Freitas por todo conhecimento compartilhado, durante o mestrado e doutorado, nas disciplinas que foram

fundamentais para nossa formação. À professora Giovanna Cinacchi pelas trocas e discussões sobre a temática do nosso estudo.

Agradeço imensamente por todas as contribuições recebidas na banca de qualificação e na certeza de que novos debates serão implementados na banca de defesa.

A Vida me proporcionou encontros com pessoas que me ajudaram e abriram meus caminhos, então, agradeço a todos os professores da Pós-Graduação em Política Social, em especial, à Professora Dr.^a Lenaura Lobato, como também à nossa diretora da Escola de Serviço Social da UFF, a professora Dr.^a Miriam Reis, pelas contribuições recebidas por ambas no meu processo de formação acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer a toda a equipe de apoio da secretaria da Pós-Graduação em Política Social, nas pessoas de Flávia e Mayara.

Agradecendo a Vida, não posso deixar de mencionar as mulheres em situação de rua que conheci e que compartilharam comigo suas histórias de vida. Então, no desejo que este estudo provoque discussões e concretudes para a Vida que elas sonham...

*A noite não adormece nos olhos das mulheres
[Em memória de Beatriz Nascimento]*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres a lua fêmea,
semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso de nossas
molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*

RESUMO

A presente tese teve como objetivo analisar as mulheres – cisgêneras e transgêneras – em situação de rua da cidade de Niterói, a partir de uma perspectiva interseccional, identificando as formas e as estratégias dessas mulheres para lidar com as dificuldades que a rua lhes impõe. Nesse contexto, entendendo raça, gênero e classe, além da territorialidade, como elementos interseccionais, eixos de subordinação, formas de opressão a que essas mulheres estão submetidas estruturalmente, que se consolidam em posições hierarquizadas no processo societário. Partimos da perspectiva da epistemologia feminista fundamentada na interseccionalidade, como uma forma de luta política, e enquanto uma abordagem teórica metodológica. A invisibilidade dessa população é traduzida na ausência de ações públicas que efetivamente atendam à especificidade dessas mulheres. O presente estudo teve como objetivos específicos analisar quem são essas mulheres em situação de rua, os principais motivos que provocaram a ida dessas mulheres para as ruas da cidade de Niterói, as formas e as estratégias tecidas por elas para sobreviverem nas ruas, além das ações públicas desenvolvidas na cidade de Niterói que essas mulheres acessam. O estudo desenvolvido teve como base os dados extraídos da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersectoriais para população em situação de rua* (Projeto UFF/FEC/PDPA 4410), sendo também utilizados os dados inéditos da referida pesquisa, a partir de marcadores como raça e gênero. Apresentando uma abordagem qualitativa, a pesquisa desenvolvida sobre mulheres em situação de rua realizou o levantamento bibliográfico e documental da temática, fazendo uso da análise documental. Com base na observação participante e no diário de campo desta pesquisadora, a partir das entrevistas realizadas com as mulheres em situação de rua, foi elaborada a análise de conteúdo. Verificou-se que as mulheres em situação de rua, na cidade de Niterói, apresentam baixa escolaridade e qualificação profissional, são responsáveis pelo sustento familiar e com vínculos trabalhistas frágeis. Oriundas de comunidades/favelas, vivenciam a pobreza menstrual e tecem estratégias e formas de sobreviver nas ruas, para terem acesso a alimentação, água potável, uso de banheiros e a garantia da segurança. Tiveram, em sua maioria, a separação de seus filhos ainda bebês. Dentre as motivações para ida para as ruas, destaca-se o desemprego para as mulheres cisgêneras e os conflitos familiares para as mulheres transgêneras. A análise interseccional delineada neste estudo propicia não só o conhecimento das peculiaridades das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói como também traz elementos que possam consubstanciar e fortalecer as ações públicas efetivas que devam impactar a ida dessas mulheres para as ruas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise interseccional; Aquilombamento; Mulheres em situação de rua; Política pública para mulheres em situação de rua; Violação e violência nas ruas.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze cisgender and transgender homeless women in the city of Niterói, from an intersectional perspective, identifying the ways and strategies of those women to deal with the difficulties that the streets impose on them. Understanding race, gender, and class, in addition to territoriality as intersectional elements, axes of subordination, forms of oppression to which these women are structurally subjected, which are consolidated in hierarchical positions in the corpore process. We started from the perspective of feminist epistemology grounded in intersectionality, as a form of political struggle, and as a methodological theoretical approach. The invisibility of this population is reflected in the absence of public actions that effectively meet the specificity of these women. The present study had as specific objectives to analyze: who these homeless women are, the main reasons that caused these women to go to the streets of the city of Niterói, the ways and strategies woven by them to survive on the streets, in addition to the public actions developed in the city of Niterói that these women access. The study was based on data extracted from the research *Inclusive and Sustainable Niterói: building intersectoral policies for the homeless population* (Project UFF/FEC/PDPA 4410), and also used the unpublished data of the aforementioned research, based on markers such as race and gender. Presenting a qualitative approach, the research developed on homeless women carried out a bibliographic and documentary survey of the theme, making use of documentary analysis. Based on the participant observation and the field diary of this researcher, based on the interviews conducted with homeless women, the content analysis was elaborated. We found that homeless women in the city of Niterói have low education and professional qualifications, are responsible for supporting their families, and have fragile labor ties. Coming from communities/favelas, they experience menstrual poverty and weave strategies and ways to survive on the streets, to have access to food, drinking water, use of toilets, and the guarantee of safety. Most of them were separated from their infant children. Among the motivations for going to the streets, unemployment for cisgender women and family conflicts for transgender women stand out. The intersectional analysis outlined in this study provides not only knowledge of the peculiarities of homeless women in the city of Niterói, but also brings elements that can substantiate and strengthen effective public actions that should impact the going of these women to the streets.

KEYWORDS: Intersectional analysis; *Aquilombamento*; Homeless women; Public policy for homeless women; Violation and violence in the streets.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Principais ações do governo federal voltadas para a PSR no ano de 2023 | 97 |
| Figura 2 – Mapa de Niterói por Regiões Administrativas | 99 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Crescimento Populacional de Niterói..... | 101 |
| Gráfico 2 – Faixa etária masculina e feminina de Niterói..... | 102 |
| Gráfico 3 – Uso de contraceptivos (n = 30). Niterói, 2022..... | 111 |
| Gráfico 4 – Acesso absorventes (n = 30). Niterói, 2022..... | 112 |
| Gráfico 5 – Faz uso de hormônio (mulher transgênera) (n = 4). Niterói, 2022..... | 112 |
| Gráfico 6 – Situação das crianças pós-parto (n = 8). Niterói, 2022..... | 113 |
| Gráfico 7 – Alternativa de ficar com a criança (n = 8). Niterói, 2022..... | 114 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Princípios PNPSR X Resolução nº 40 do CNDH/2020 | 88 |
| Quadro 2 – Divisão de bairros por Região Administrativa do município de Niterói | 100 |
| Quadro 3 – Perfil das mulheres que responderam aos questionários aplicados pela autora (n = 6) | 117 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Raça declarada das mulheres em Situação de Rua (n = 39). Niterói, 2022 | 104 |
| Tabela 2 – Faixa etária da PSR por gênero (n = 39). Niterói, 2022 | 104 |
| Tabela 3 – Escolaridade de mulheres em situação de rua por gênero e raça (n = 39). Niterói, 2022 | 105 |
| Tabela 4 – Situação de trabalho das mulheres em situação de rua antes de irem para as ruas por raça e gênero (n = 39). Niterói, 2022..... | 106 |
| Tabela 5 – Local de moradia anterior a situação de rua, por gênero (n = 34). Niterói, 2022.... | 106 |
| Tabela 6 – Religião da PSR por gênero (n = 39). Niterói, 2022..... | 107 |
| Tabela 7 – Principais motivos para as mulheres estarem em situação de rua, por gênero. Niterói, 2022 | 108 |
| Tabela 8 – Dificuldades vivenciadas pelas mulheres cisgêneras nas ruas (n = 30). Niterói, 2022 | 109 |
| Tabela 9 – Dificuldades vivenciadas pelas mulheres transgêneras nas ruas (n = 4). Niterói, 2022 | 109 |
| Tabela 10 – Tipo de violência por gênero e raça. Niterói, 2022..... | 110 |
| Tabela 11 – Principais serviços públicos acessados na cidade de Niterói pelas mulheres em situação de rua por gênero e raça (n = 34). Niterói, 2022 | 115 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ACT | Acordo de Cooperação Técnica |
| ADPF | Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental |
| CadÚnico | Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| Centro POP | Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CIAMP-Rua | Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua |
| CnaR | Consultório na Rua |
| CNDH | Conselho Nacional de Direitos Humanos |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| CRAS | Centro Referência de Assistência Social |
| CRDS | Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| DDPR | Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua |
| DEGASE | Departamento Geral de Ações Socioeducativas |
| DOU | Diário Oficial da União |
| DPU | Defensoria Pública da União |
| eCR | Equipes de Consultório na Rua |
| GTI | Grupo de Trabalho Interministerial |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| MDH | Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania |
| MDS | Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MNMMR | Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua |
| MNPR | Movimento Nacional da População em Situação de Rua |
| MPF | Ministério Público Federal |
| MS | Ministério da Saúde |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG | Organizações Não Governamentais |

| | |
|--------|---|
| PAEFI | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos |
| PAR | Programa Pontos de Apoio da Rua |
| PCRJ | Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro |
| PDPA | Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados |
| PMN | Prefeitura Municipal de Niterói |
| PNPSR | Política Nacional para a População em Situação de Rua |
| PSR | População em Situação de Rua |
| RA | Regiões Administrativas |
| SMASES | Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária |
| SMDS | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social |
| SSR | Serviço Social Regional |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1 O caminho percorrido para chegar à temática | 25 |
| 1.2 Tecendo nosso percurso metodológico | 31 |
| 2 UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA | 41 |
| 2.1 Interseccionalidade: o contexto brasileiro | 42 |
| 2.2 A abordagem interseccional da mulher negra em situação de rua..... | 45 |
| 2.2.1 A interseccionalidade como fundamentação para análise das mulheres que se encontram em situação de rua | 48 |
| 2.2.2 Raça, Classe, Gênero, Territorialidade e Aquilobamento no estudo de mulheres em situação de rua..... | 55 |
| 2.2.3 A naturalização das violências junto à população em situação de rua – Violência Estrutural e o Processo de Rualização | 66 |
| 3 A TESSITURA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA | 70 |
| 3.1 A (des)proteção social da população em situação de rua..... | 71 |
| 3.2 Contextualizando a entrada da política nacional para a população em situação de rua na agenda governamental | 73 |
| 3.3 A construção de uma política pública para a população em situação de rua..... | 76 |
| 3.4 Falando de política pública para mulheres em situação de rua | 82 |
| 3.5 As bases para efetivação da política nacional para a população em situação de rua na gestão atual do governo lula (2023)..... | 92 |
| 4 AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE NITERÓI – MULHERES NEGRAS QUE FAZEM DAS RUAS SEU LOCAL DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA | 98 |
| 4.1 O panorama do território da nossa pesquisa: de onde falamos? | 99 |
| 4.1.1 Dados Demográficos e Sociais sobre Niterói..... | 101 |
| 4.2 As mulheres em situação de rua na cidade de niterói..... | 103 |
| 4.2.1 Quem são essas mulheres: perfil sociodemográfico | 103 |
| 4.2.2 Principais motivos para as mulheres estarem em situação de rua..... | 107 |
| 4.2.3 Dificuldades e necessidades vivenciadas pelas mulheres em situação de rua | 108 |
| 4.2.3.1 <i>Implicações de viver nas ruas para a saúde sexual e reprodutiva da mulher e o direito à maternidade</i> | <i>110</i> |

| | |
|---|------------|
| 4.3 O acesso das mulheres em situação de rua aos programas e serviços na cidade de niterói | 114 |
| 4.4 O cotidiano da sobrevivência nas ruas: o olhar das mulheres..... | 116 |
| 4.4.1 Dandara e suas formas de sobrevivência | 118 |
| 4.4.2 Sueli e suas formas de sobrevivência..... | 121 |
| 4.4.3 Conceição e suas formas de sobrevivência | 123 |
| 4.4.4 Beatriz e suas formas de sobrevivência | 125 |
| 4.4.5 Lélia e suas formas de sobrevivência..... | 126 |
| 4.4.6 Carolina Maria e suas formas de sobrevivência..... | 128 |
| 4.5 Uma análise interseccional das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói | 130 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 137 |
| REFERÊNCIAS | 144 |
| ANEXOS A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP..... | 156 |
| ANEXO B – INSTRUMENTO DE COLETA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA(MODELO)..... | 161 |

1 INTRODUÇÃO

13 de junho...Vesti as crianças e eles foram para a escola. Eu fui catar papel. No frigorífico vi uma mocinha comendo salsichas do lixo.

– Você pode arranjar um emprego e levar uma vida reajustada.

Ela perguntou-me se catar papel ganha dinheiro. Afirmi que sim. Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. Ela está com 15 anos. Epoca que achamos o mundo maravilhoso. Epoca que a rosa desabrocha. Depois vai caindo pétala por pétala e surgem os espinhos. Uns cançam da vida, suicidam. Outros passam a roubar. [...] Olhei o rosta da mocinha. Está com boqueira (Jesus, 1960, p. 54).

Vivemos tempos em que a desigualdade social se mostra da forma mais perversa, com um cenário no qual, cada vez mais, não há a garantia de comida, de teto para que o ser humano possa continuar a viver, proteger-se e abrigar-se. Cenário do nosso cotidiano, passando pelas ruas dos grandes centros, por vezes pelas periferias, onde as pessoas catam comidas dos lixos, outras adormecidas sob papelões e cobertores. Seres humanos que estão sob chuva ou sol, buscando algo para comer, abrigo para se proteger, debaixo de marquises que são muito comuns possuírem arquitetura hostil, com objetos pontiagudos, colocados naquele espaço para impedir a permanência dessas pessoas no local. Seres humanos desnudados de seus direitos, enquanto cidadãos e submetidos a todas as formas de violações e de violências. Vivemos ainda tempos de total desproteção social, em que homens, mulheres e crianças em situação de rua, apesar de visíveis, mostram-se invisibilizados diante do Estado. Encontram-se à margem¹ da sociedade! No ano de 2022, de cada mil pessoas no Brasil, uma estava vivendo em situação de rua, pois havia 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Eram pessoas majoritariamente do sexo masculino (87%), adultas (55% têm entre 30 e 49 anos) e negras² (68%, sendo 51% pardas e 17% pretas) de acordo com o relatório disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) em agosto de 2023. (Brasil, 2023a).

As mulheres, em números menores, uma vez que representavam cerca de 13% do total das pessoas vivendo nas ruas no país, mas sujeitas a todos os tipos de abusos e violações, uma vez que foram vítimas de 40% dos casos de violência notificados em 2022. Desse contingente, as

¹ Referimo-nos à “margem” e ao “centro” de bell hooks (1989) que se alude à lembrança de quando residia em Kentucky, que tinha trilhos de trem que demarcavam a sua marginalidade, de estar de fora da cidade, pois, através daqueles trilhos, chegava ao centro da cidade, onde ela só poderia ter acesso àquele espaço por ser doméstica, criada ou prostitua, visto que sempre precisava retornar à margem.

² De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial que classifica a população negra como “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010, p. 3).

mulheres transgêneras representam a identidade de gênero com maior frequência entre as vítimas que tiveram esse campo de notificação preenchido³ (Brasil, 2023a).

Apesar de número expressivamente menor, as mulheres que se encontram nas ruas, apresentam questões sociais acentuadas como Nunes e Sousa (2020) já salientavam. São mulheres jovens, negras, pobres, com histórico de uso abusivo/prejudicial de álcool e outras drogas, tendo vivenciado muitas vezes a violação de seus direitos, seja pela condição de estar na rua e sem qualquer tipo de privacidade de suas necessidades enquanto mulher, seja, por vezes, pela destituição do poder familiar, com a retirada de sua companhia de seus filhos recém-nascidos (Motta; Barros, 2022).

Diante dessa realidade, a presente tese objetiva analisar as mulheres (cisgêneras e transgêneras) em situação de rua da cidade de Niterói, a partir de uma perspectiva interseccional. Raça, gênero e classe, além da territorialidade, são elementos interseccionais, eixos de subordinação, formas de opressão a que essas mulheres estão submetidas estruturalmente, que se consolidam em posições hierarquizadas no processo societário.

Neste estudo, trazemos elementos essenciais para refletirmos sobre o esgarçamento das relações sociais e suas estruturações fundadas nas desigualdades e nas imbricações hegemônicas de poder. Para tanto, partimos da perspectiva da epistemologia feminista fundamentada na interseccionalidade, como uma forma de luta política, como sinaliza Collins (2015), enquanto uma abordagem teórica metodológica.

Falamos de inquietudes que nos propiciam inflexões, pois falar de mulher em situação de rua é pensar o contexto de injustiças sociais que temos vivenciado em nosso país, onde temos um empobrecimento cada vez mais agudizado, onde evidencia-se a violência neoliberal em relação às necessidades básicas dessa população empobrecida (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). É uma população que não tem a garantia de seus direitos básicos e é destituída de qualquer sociedade.

A invisibilidade dessa população é traduzida na ausência de ações públicas que efetivamente atendam à especificidade dessas mulheres. Estas se encontram em situação de rua por terem vivenciado alguma forma de violência, seja ela estrutural, doméstica, verbal, patrimonial, sexual, entre outras. Além disso, por permanecerem na rua, estão vulneráveis a se submeter a tantas outras violências para conseguirem sobreviver. Fica evidenciada, assim, a violência estrutural a que essas mulheres estão submetidas, aliada a outras formas de violências a que estão suscetíveis, diante da falta de mínimos sociais e da precariedade das ruas.

³ Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, base para o relatório digital sobre população em situação de rua do MDH.

A nossa inserção, na condição de pesquisadora bolsista, na pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua*⁴, foi determinante para o desenvolvimento da presente tese, considerando que essa pesquisa foi a base para nosso estudo sobre as mulheres em situação de rua no município.

A pesquisa, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Mônica de Castro Maia Senna e pela Prof.^a Dr.^a Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato, teve como objetivo central fornecer subsídios para Niterói construir uma política municipal para a População em Situação de Rua (PSR) que contemplasse suas necessidades e lhe assegurasse direitos de cidadania.

Com enfoque na população adulta em situação de rua, a pesquisa foi desenvolvida entre janeiro de 2021 e março de 2023, tendo como objetivos específicos: traçar o perfil da população adulta em situação de rua em Niterói, identificando suas necessidades e demandas sociais; mapear as organizações públicas e privadas e grupos sociais que desenvolvem ações dirigidas a PSR na cidade, examinando as concepções, os objetivos e o alcance dessas intervenções; identificar os movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da PSR no município; conhecer as iniciativas intersetoriais existentes no município em prol da atenção à PSR e investigar os entraves para as ações intersetoriais; examinar a dinâmica de funcionamento do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), as ações implementadas e as dificuldades existentes na defesa dos direitos da PSR; promover o debate entre governo municipal, sociedade civil e PSR para a construção de uma proposta de política municipal para a PSR; elaborar um painel de indicadores para monitoramento e avaliação das intervenções públicas dirigidas à PSR no âmbito da política municipal para a PSR.

Dessa forma, o estudo se desenvolveu de forma robusta e com a amplitude de apresentar contribuições para elaboração de uma política para a PSR na cidade de Niterói. O produto desse projeto está sendo apresentado na íntegra por intermédio do *e-book População em situação de rua em Niterói: subsídios para construção de uma política municipal*⁵.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), CAAE 34656720.9.0000.8160, sendo aprovado sob parecer

⁴ Pesquisa encaminhada pelo Núcleo de Avaliação e Análise de Políticas Sociais do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, foi aprovada em processo seletivo do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA) e desenvolvida na cidade de Niterói. Financiada pelo edital do PDPA da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com a Fundação Euclides da Cunha (FEC) e a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN). Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020-2023).

⁵ SENNA, M. C. M.; LOBATO, L. V. C.; CINACCHI, G. B. **População em situação de rua em Niterói: subsídios para construção de uma política municipal**. Niterói: autores, 2023. *E-book*, (2,99 Kb).

consubstanciado nº 4.160.533, em 17 de julho de 2020 (ANEXO A). A PSR entrevistada pela equipe de pesquisadores foi convidada à participação voluntária, sendo-lhe informados os objetivos da pesquisa, seus potenciais riscos e benefícios esperados. Após anuência das pessoas, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo entregue a cada um dos participantes a cópia do seu termo.

O estudo contou com a realização de trabalho de campo em duas frentes principais: a primeira buscou identificar as instituições públicas e privadas, bem como os grupos sociais que desenvolviam algum tipo de atividade dirigida à PSR no município de Niterói; e a segunda frente consistiu em um levantamento da PSR no município.

Inicialmente, a pesquisa pretendia realizar entrevista com um roteiro básico em uma amostra de 25% da PSR cadastrada e outra com um roteiro ampliado em 10% da primeira amostra. De acordo com as informações disponibilizadas pelo setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) (Senna, *et al*, 2023) em maio de 2021, havia o total de 580 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, o que levava ao número de 145 entrevistas para compor a amostra do estudo, que considerou não apenas as pessoas que se encontravam nos logradouros públicos com concentração de PSR, mas também aquelas nas três unidades de acolhimento da SMASES para pessoas adultas (Florestan Fernandes, Arthur Bispo do Rosário e Lélia Gonzalez) e no hotel emergencial (Senna; Lobato; Cinacchi, 2023). Contudo, essa ideia original acabou não prevalecendo, sendo realizadas entrevistas com toda PSR que se dispôs a participar da pesquisa.

Dentro do planejamento da pesquisa, a previsão era que o apontamento das entrevistas seria feito *on-line*, durante sua realização, por meio da plataforma *SurveyMonkey*, acessada com o uso de *tablets*. Entretanto, devido a problemas em relação à conexão *on-line* e a avaliação realizada pela equipe de que essa forma de registro demandaria um tempo maior para as entrevistas (fato preocupante, pois o roteiro de questões já era bastante extenso) fizeram com que o assentamento das informações coletadas fosse realizado manualmente em questionário impresso, e, posteriormente, transcritas para a referida plataforma (Senna; Lobato; Cinacchi, 2023).

Os resultados dos levantamentos realizados com 157 pessoas em situação de rua da cidade de Niterói, entre abril e agosto de 2022, foram categorizados a partir de alguns eixos, como: perfil sociodemográfico da PSR (sexo, gênero, raça/cor, origem regional, estado civil e escolaridade); temática de famílias; PSR e trabalho; condições de moradia antes da rua; cotidiano na rua; motivos para situação de rua; posse de documentação; trajetórias de rualização; acesso à alimentação, água potável e uso de banheiro; saúde da PSR; violência,

discriminações e medos; necessidades da PSR; dificuldades específicas das mulheres em situação de rua; avaliação dos serviços públicos, programas e benefícios sociais (serviços de saúde, serviços de assistência social, instituições de acolhimento, benefícios sociais, atividade de cultura e lazer, qualificação profissional e escolarização, abordagem por agente de segurança); PSR e covid-19; saúde sexual e reprodutiva da mulher; participação política; desejo de sair da rua.

A primeira frente do trabalho de campo, referente às entrevistas com as instituições públicas e privadas, e os grupos sociais foram realizados de forma remota, por intermédio de videochamadas produzidas a partir da plataforma Google Meet, considerando o cenário da pandemia da covid-19, visto que a pesquisa foi desenvolvida nesse panorama mundial.

Nesse cenário, precisamente, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, desencadeando um contexto mundial de crise sanitária. Essa realidade propiciou uma preocupação muito grande por parte de vários setores da sociedade, considerando que se tinha uma avaliação de que os grupos mais vulneráveis estariam mais suscetíveis diante da disseminação da doença – e, entre estes grupos, a PSR mostrava-se bastante frágil e acessível à contaminação do vírus.

De fato, a disseminação da covid-19 propiciou uma série de questões. Entre tantas, não podemos deixar de considerar a questão étnico-racial, tendo em conta que as taxas mais elevadas de óbitos da doença foram de pessoas pretas e pardas; fato ocorrido mesmo diante de baixas notificações de contaminação em pessoas negras, no início da pandemia em nosso país, demarcando ainda mais as desigualdades sociais já acirradas. A questão étnico-racial ficou tão evidenciada que o primeiro caso de óbito por covid-19 no país foi de uma mulher negra, empregada doméstica, contaminada pelos seus patrões que haviam contraído a doença em viagem ao exterior (Caponi, 2020; Cinacchi, 2023).

Considerando que, majoritariamente, a PSR no país é negra, a disseminação da doença nesse segmento populacional foi alvo de grande preocupação na pandemia da covid-19 no Brasil. No entanto, diante da ausência de dados referente a esse segmento, não foi possível verificar o número de casos do vírus na PSR. É evidente a falta de dados em relação a essa população (Cinacchi, 2023), confirmando a necessidade de sua inclusão em estatísticas, tendo em conta a importância de dados para políticas públicas efetivas para esse segmento populacional. Além disso, ainda identificamos a necessidade de maiores produções acadêmicas sobre essa população, principalmente em relação a mulheres em situação de rua, justificando a emergência deste debate.

Reiteramos, portanto, a importância de pesquisa como a que desenvolvemos e que delineamos por meio desta tese. Destacamos que este estudo sobre mulheres em situação de rua teve como base, além dos dados extraídos da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua*; também, os registros realizados no diário utilizado por esta pesquisadora no trabalho de campo da pesquisa com o segmento de mulheres em situação de rua em Niterói.

Nossas inquietudes iniciais em relação a esse segmento populacional na cidade de Niterói foram potencializadas a partir da nossa entrada em campo e na aproximação com essas mulheres, principalmente em um contexto pandêmico.

Sendo assim, desenvolvemos nosso estudo, conforme já evidenciado, com enfoque em analisar as mulheres em situação de rua na cidade de Niterói, a partir de uma perspectiva interseccional, tendo como objetivos específicos analisar: a) quem são essas mulheres em situação de rua; b) os principais motivos que provocaram a ida dessas mulheres para as ruas da cidade de Niterói; c) as formas e estratégias tecidas por essas mulheres para sobreviverem nas ruas; d) as ações públicas desenvolvidas na cidade de Niterói que essas mulheres acessam.

No escopo dos objetivos expostos, nossa perspectiva é dar visibilidade ao segmento populacional de mulheres em situação de rua, tirando-as do anonimato e travando discussões e reflexões sobre a importância de políticas públicas que visem ao atendimento dessas mulheres com as especificidades que elas necessitam. É nossa hipótese que a violência estrutural é determinante para que as mulheres passem a viver nas ruas de Niterói, considerando que a pobreza à qual estão submetidas impulsiona essa realidade.

Na esteira deste debate, apresentamos as questões norteadoras do problema de pesquisa, justificando o seu desenvolvimento, sendo elas: quem são as mulheres em situação de rua da cidade de Niterói? Que motivos levam essas mulheres a viverem nas ruas? Quais as formas e as estratégias traçadas pelas mulheres em situação de rua para sobreviverem às violações e às violências nas ruas dessa cidade? Quais as ações públicas desenvolvidas na cidade que atendem as mulheres em situação de rua?

Partimos do pressuposto de que essas mulheres são destituídas de direitos básicos como cidadãs, vivendo em espaços geográficos inalcançáveis pelas políticas públicas, apresentando um histórico de luta para acesso aos mínimos sociais, com severas dificuldades em sobreviver nas ruas.

Nossas indagações tiveram provocativas ao longo de nossa trajetória profissional e foram adensadas na condição de pesquisadora, diante da realidade árida das ruas vivida pelas mulheres em situação de rua em Niterói.

1.1 O caminho percorrido para chegar à temática

Na busca por entender o interesse desta pesquisadora pela temática a ser estudada, traçamos uma retrospectiva profissional e os contextos vivenciados⁶, pois os nossos incômodos sobre as mulheres em situação de rua são pautados há muitos anos. Mais precisamente, desde o início de minha trajetória como assistente social em 1987. Na ocasião, atuando no 28º Serviço Social Regional (SSR – Jacarezinho), na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ).

O cenário daquela época era bastante delicado, porque o município do Rio de Janeiro passava por uma falência financeira e com ocorrências de enchentes de grandes abrangências, além de greve do funcionalismo público municipal. Foi nessa conjuntura que 50 assistentes sociais foram inseridas na SMDS, na Coordenação dos SSR, nas 30 Regiões Administrativas (RA) existentes na cidade do Rio de Janeiro naquela época.

A tônica das ações da SMDS era a questão habitacional, sendo realizados estudos avaliativos da urbanização das favelas, a reestruturação dos programas de creche e o projeto de saúde comunitária. Ademais, cabia aos SSR realizar um levantamento das favelas que estavam localizadas em áreas de risco, culminando na implantação de vários programas sociais por causa do número expressivo de pessoas residentes nessas áreas, somando 150 mil pessoas (Silva, Ferreira, 2016).

O país tinha avançado no debate da Assistência Social, vinculado ao direito de cidadania e dever do Estado. Era um contexto de redemocratização e crescimento das mobilizações que culminou na promulgação da Nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a participação popular, com o avanço na qualidade política dos movimentos sociais que, apesar das reivindicações de caráter imediato, teve como seu ponto forte a participação da sociedade civil nesse processo democrático.

Foi na década de 1980 que o Serviço Social teve um grande investimento em pesquisas, período em que os assistentes sociais se recusaram a desenvolver ações meramente executivas, em um repensar da profissão que se tornou objeto de seu próprio debate. Nesse período, verifica-se um aprofundamento das discussões sobre as políticas sociais, acelerando em termos tanto qualitativos quanto quantitativos a produção de críticas e elaborações teóricas sobre o Serviço Social e os movimentos sociais. A prática do assistente social na época era permeada

⁶ Com base no artigo “O Assistente Social como Gestor Público: desafios e possibilidades?”. Ver referências bibliográficas.

de ações que enfocavam o fortalecimento das organizações dos usuários, estimulando e construindo a mobilização deles enquanto sujeitos individuais e coletivos.

Na SMDS, evidenciava-se o assistente social como uma categoria protagonista que buscava garantir uma intervenção mais articulada e integrada entre os diversos setores da secretaria, à frente do debate acerca das questões emergentes nos territórios sobre a democratização das informações, transparência dos critérios de elegibilidade, vinculação ou presença do narcotráfico nas favelas, entre outras.

No início da prática profissional nesse cenário, estava lotada em uma Região Administrativa recém-implantada, situada na comunidade do Jacarezinho, local que, naquela época, já apresentava uma realidade bem acirrada de violência e pobreza. A comunidade/favela fica localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, distrito do Grande Méier, possuindo um rio, o Jacaré, que corta toda a comunidade, sendo margeada pela linha férrea, entre os bairros Maria da Graça, Cachambi, Jacaré, Manguinhos e Benfica. Nesse local, já era evidenciada a ausência de uma política pública habitacional – e nos tempos atuais, deparamo-nos com a agudização dessa realidade.

Nossa intervenção foi pautada no fortalecimento do processo de organização dos moradores que viviam às margens do Rio Jacaré (conhecido como Jacarezinho), em condições sub-humanas, em prol do assentamento dessas pessoas em novas moradias que seriam construídas pela PCRJ. A desigualdade social já era um marco na cidade, e os bolsões de pobreza eram delineados, dando lugar aos grandes complexos de favelas no município. O direito à moradia já era palco de discussões e pleitos, tendo o crescimento das ocupações irregulares como uma marca triste do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

Muitos questionamentos e inquietudes surgiram a partir dessa prática profissional, baseada no fortalecimento do processo de organização desses moradores que viviam em espaços improvisados – algumas moradias feitas de papelão, abaixo da margem do Rio Jacarezinho. Eram questionamentos e inquietudes sobre o reconhecimento dessas pessoas como cidadãs, portanto, devendo ser assegurado seu direito básico de moradia pelo Estado.

Afinal, vivíamos o contexto nacional de redemocratização e participação popular, com efetiva inserção das mulheres nesse cenário, com um crescente na organização dos coletivos de mulheres negras. Em 1986, tivemos eleições para deputados constituintes, tendo a tônica da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, também denominada de Constituição Cidadã, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil. No Rio de Janeiro, aconteceu o I Encontro de Mulheres Negras na cidade de Valença, assim como a criação

da Fundação Zumbi dos Palmares (vinculada ao Ministério da Cultura) nesse mesmo ano (Gonzalez, 2020).

Em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi promulgada, assegurando a Assistência Social como um direito para todo e qualquer cidadão (Brasil, 2013a). Nessa época, o município do Rio de Janeiro iniciou ações de descentralização nas subprefeituras, culminando na perspectiva da municipalização da Assistência Social, como também a ênfase na política de remoções pontuais dentro da questão habitacional, sendo o alvo: a população mais empobrecida da cidade, a população que vivia nesses grandes complexos de favelas, nas áreas consideradas de grande risco, como nas encostas dos morros, nas margens dos rios, dentre outras.

No ano de 1994, a SMDS, com base nos SSR, criou as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Social (CRDS) que absorveram ao longo do tempo todas as ações desenvolvidas pela secretaria no território, envolvendo o programa de creche e demais programas sociais que foram sendo potencializados e implementados, delineando a política de assistência social para o município do Rio de Janeiro. As demais ações pertinentes à política habitacional passaram a fazer parte da recém-criada Secretaria Municipal de Habitação.

Entre os programas implementados na década de 1990, foi criado o Programa Social voltado para População de Rua⁷, considerando o número significativo dessa população nos grandes centros da cidade do Rio de Janeiro. Os principais bairros iniciais de concentração da PSR eram o Centro da cidade e os bairros da Zona Sul, contudo, no final dessa década, já era possível serem identificados bairros da Zona Norte com pequenas concentrações, como Tijuca, Méier e Madureira, sempre nos locais onde havia uma grande circulação de pessoas, territórios com a prevalência do comércio, com a circulação de dinheiro, principalmente em logradouros como praças públicas, viadutos e nos arredores dos hospitais gerais públicos.

Com a criação das CRDS e a municipalização da política de assistência social na cidade do Rio de Janeiro, passamos a atuar na gestão dessa política dentro da Coordenadoria Regional 3.1 que atenderia todos os bairros da área atual do Grande Méier, na Zona Norte da cidade. A permanência por oito anos – de 1993 a 2001, nessa Coordenadoria Regional, em nível de coordenação, oportunizou que desenvolvêssemos e implantássemos ações dentro do “Programa para população de rua”, como a proposta de abordagem sistemática nas ruas dessa população, a partir de uma equipe de educadores sociais, nos locais onde já ocorria uma concentração de

⁷ A terminologia utilizada na época da implantação do programa era *população de rua*. Posteriormente, passou-se a utilizar a terminologia *população em situação de rua* por entender tratar-se de uma condição temporária dessas pessoas, sendo uma questão situacional e não um estado definitivo (Prates; Prates; Machado, 2011). Abordaremos esta discussão no segundo capítulo da presente tese.

PSR. Tais ações tornaram-se uma referência no trabalho voltado para a PSR na cidade do Rio de Janeiro, sendo posteriormente sistematizadas e incorporadas às atividades do programa. Assim, assumimos, enquanto assistentes sociais, o papel de gestão na formulação, execução e monitoramento da política municipal de assistência social na cidade do Rio de Janeiro.

Permaneci por cerca de 12 anos em cargos de gestão na SMDS, tendo a oportunidade de participar da desconstrução da Fazenda Modelo – abrigo de PSR – a partir de um desses cargos ocupados, como a Gerência da Macrofunção de Política Social, durante a segunda gestão do Prefeito César Maia; tendo à frente da gestão da SMDS o vice-prefeito e secretário de assistência social, o senhor Marco Antônio de Moura Valles. A Gerência da Macrofunção de Política Social era responsável por desenvolver ações de articulação das secretarias voltadas para as políticas sociais desenvolvidas pela PCRJ, como a SMDS, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Saúde, a Secretaria do “Idoso”⁸ (recém-criada na época), entre outras.

A Fazenda Modelo, localizada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, era o local onde eram alocadas a PSR que era retirada de espaços públicos ou da população removida de moradias construídas em locais considerados de alto risco (encostas, lixões, beira de rios, entre outros). As condições na Fazenda Modelo eram sub-humanas, já que as pessoas estavam institucionalizadas por um longo tempo, além de o espaço físico estar totalmente deteriorado. Era localizada em uma área rural, tendo o componente geográfico como um dos fatores que dificultavam as ações de socialização dessas pessoas.

Desconstruir esse espaço demandava uma ação articulada entre as diferentes secretarias que assumiam as pastas das políticas sociais na PCRJ, sendo apontadas, na época, modalidades diferenciadas de atendimento, por exemplo, em relação à política de saúde mental. As pessoas estavam há muitos anos na Fazenda Modelo, algumas apresentando comprometimentos mentais crônicos, perante o seu histórico de vida e de institucionalização. Famílias foram constituídas naquele espaço, crianças foram geradas naquela instituição, indicando a necessidade de desenvolver estratégias de atendimento para essas pessoas que não possuíam autonomia diante da longa permanência nessa instituição com característica asilar. Essa desconstrução foi realizada paulatinamente, e novos espaços alternativos foram implantados com o objetivo de acolher, de forma mais específica e individualizada, essa população da Fazenda Modelo, sendo criados para isso: lares de idosos pela secretaria recém-criada do idoso, residências terapêuticas

⁸ Recebeu o nome posteriormente de Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV).

na área da saúde mental, abrigos para famílias e para pessoas do sexo masculino e feminino na área da assistência social.

Adensaram-se nossos questionamentos e inquietudes em relação à população que era atendida pela política de assistência social e, mais especificamente, em relação à PSR que já se constituía, na época, como uma questão social⁹. A desconstrução de uma unidade que mantinha, durante longos anos, pessoas que foram removidas de áreas de risco, bem como pessoas que se encontravam em situação de rua, dentro de um modelo asilar, requereu ações integradas das secretarias voltadas para as políticas sociais.

Somam-se novas indagações sobre o que o Estado propiciaria para esses cidadãos por meio de suas políticas públicas. A política de assistência social qualificada como uma política pública, de proteção social, ofertaria que tipos de serviços a essa população tão desprovida de seus direitos básicos? Nossas perguntas eram inúmeras – e, na verdade, ainda são –, pois muitas dessas ainda permanecem sem respostas efetivas.

Em 2007, ao sair do cargo de gestão, retomei o atendimento direto na política de assistência social, em um abrigo para a PSR, na área da Coordenadoria Regional 3.2, Abrigo Stella Maris, situado no bairro da Ilha do Governador, na entrada do morro do Barbante. O prédio onde foi instalado o abrigo havia sido recebido pela PCRJ em 1993, com outros equipamentos em demais territórios, repassados pela União e oriundos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Esse local, em que, anteriormente, funcionava um asilo para meninas, contava com uma grande área territorial, sendo implantado o Abrigo Stella Maris para a PSR, assim como o Centro Referência de Assistência Social (CRAS), com a implementação da política de assistência social, e, posteriormente, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Atualmente, o espaço congrega várias modalidades de atendimento da política de assistência social, envolvendo unidade da média complexidade e da alta complexidade.

Iniciamos a retomada do atendimento direto, como assistentes sociais, à frente do atendimento das mulheres em situação de rua que se encontravam no Abrigo Stella Maris, onde a maioria dessas mulheres eram oriundas da extinta Fazenda Modelo. Eram mulheres que estiveram por muito tempo institucionalizadas e com histórico de comprometimento de saúde mental, seja pelo longo tempo de institucionalização, seja por sua história pregressa nas ruas, com uso abusivo/prejudicial de álcool e outras drogas, possuindo histórico de violações e violências vivenciadas ao longo de suas vidas.

⁹ Para maiores esclarecimentos sobre questão social, ver Pereira (2004; 2011); Netto (2004); Iamamoto (2001; 2004); Santos (2008).

Permanecemos nesse atendimento direto no abrigo por cinco anos, vivenciando experiências com as mulheres em situação de rua, na busca por respostas de uma intervenção que fortalecesse essas mulheres enquanto protagonistas de suas vidas. Assim, avançamos articulados com a equipe da política de saúde mental no que concerne à garantia de ações que propiciavam maior autonomia para as atividades da vida diária no abrigo, das mulheres que apresentavam comprometimento de sua saúde mental, implicando que toda equipe do abrigo participasse ativamente da construção das ações de autonomia dessas mulheres. Era um trabalho que demandava um planejamento diário na equipe do abrigo, assim como reuniões sistemáticas com a unidade referenciada de saúde mental na área geográfica onde o abrigo funcionava.

As possíveis saídas dessas mulheres de dentro do abrigo foram muito pontuais, pois os vínculos familiares delas eram inexistentes devido à longa permanência de muitas na antiga Fazenda Modelo. Foi um trabalho muito intenso com demais órgãos, na busca pela garantia das documentações civis básicas de várias mulheres, visando ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e posteriormente, na tentativa de uma reinserção social/familiar/comunitária, a partir da garantia desse benefício.

Saímos do atendimento direto dessas mulheres com muitos questionamentos, visto que fazíamos a leitura que a maioria delas estava sendo assistida por uma unidade da política de assistência social (abrigo) e necessitava de intervenções diárias da política de saúde mental (Centro de Atenção Psicossocial – CAPS).

Nos últimos cinco anos que atuei na política de assistência social da cidade do Rio de Janeiro, antes de realizar a aposentadoria do cargo de Assistente Social da PCRJ (2016), retornei para a gestão da política. Assim, passei a compor uma Assessoria Técnica na 7ª Coordenadoria de Assistência Social (7ª CAS), no território de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, supervisionando as ações de média e alta complexidade da política nas unidades de assistência social existentes naquele território.

Na ocasião, o município do Rio de Janeiro não dispunha de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), e as ações da abordagem social à PSR eram realizadas pelo CREAS do território. Os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca já se apresentavam com um crescimento imobiliário vertiginoso, e, conseqüentemente, um avanço no surgimento de comunidades e favelas na região. Isso acirrou a circulação e a concentração de PSR, com destaque em relação ao número expressivo de crianças e adolescentes trabalhando nos sinais de trânsito dos locais de maior circulação de veículos naquele território.

Com a aposentadoria na PCRJ, e atuando concomitante, desde 1994, como Assistente Social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), a importância de realizar uma pós-graduação foi potencializada, pois a minha inserção era na Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios, na Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire, responsável pela formação e qualificação dos servidores. A interlocução com as universidades era sistemática e se dava cotidianamente. Tal fato propiciou o resgate do desejo em acessar a pós-graduação, que foi concretizado em novembro de 2015, quando ingressei no Mestrado em Política Social na UFF, concluído em novembro de 2017.

O interesse por pesquisas ficou evidenciado. Dando sequência, entrei no Doutorado em Política Social na UFF em agosto de 2019. A partir da inserção como pesquisadora bolsista na Pesquisa Niterói Inclusiva e Sustentável, revisei os questionamentos e as inquietudes oriundos de minha prática com a PSR, em especial, com as mulheres em situação de rua.

Assim, o nosso entendimento é que as mulheres, seja as acompanhadas no Abrigo Stella Maris, seja tantas outras que se encontrem em situação de rua, foram constituídas enquanto sujeitos sociais a partir de suas histórias e experiências. É preciso interrogar o processo que institui a condição de essas mulheres se encontrarem em situação de rua, repensando as suas histórias e buscando alternativas que propiciem alterações no caminhar delas (Scott, 1998). Dessa forma, talvez consigamos avançar em ações que efetivamente atendam às especificidades desse segmento de mulheres em situação de rua.

Então, pensar no interesse por essa temática de estudo provoca trazermos parte da história de nossa trajetória profissional, entrelaçada com o segmento PSR e, conseqüentemente, com as mulheres em situação de rua, na busca por respostas sobre nossas inquietudes e indagações que surgiram a partir dessa prática profissional, permeada pela busca da garantia dos direitos básicos dessas mulheres e despertando novos questionamentos sobre suas histórias de violações e violências a que estão submetidas.

1.2 Tecendo nosso percurso metodológico

Tecer os caminhos deste estudo tem como base a necessidade de pensar como conseguir estudar as mulheres que se encontram em situação de rua, identificando seus jeitos, suas formas e estratégias de lidar com as dificuldades que a rua lhes impõe, buscando conhecer essas mulheres.

O primeiro passo para trilhar esse caminho foi procurar entender o segmento populacional que pretendíamos estudar – as mulheres em situação de rua na cidade de Niterói.

Para tanto, foi fundamental refletirmos que esse fenômeno demanda procedimentos metodológicos que estejam alicerçados em paradigmas que contribuam para fortalecimento dessas mulheres, enquanto pessoas que constroem sua própria história, respeitando seu contexto, suas identidades enquanto mulheres (cisgêneras ou transgêneras), mulheres negras, mulheres com violação de direitos, mulheres em situação de rua, entre outras identidades.

À medida que refletimos sobre o fenômeno de mulheres em situação de rua, entendíamos a demanda de uma metodologia específica, evoluindo a nossa compreensão sobre a temática, entrelaçando a necessidade de uma fundamentação teórica e de metodologias para sua realização.

Assim, o primeiro passo foi entender que escrever sobre essas mulheres é recuperar a história escondida delas (Kilomba, 2019). É como uma forma de resistência, fortalecendo a voz de um coletivo silenciado. Portanto, o ato de escrever é um ato político no qual os sujeitos passam a definir suas próprias histórias a partir de suas realidades e identidades, deixando a condição de serem objetos, quando estas – realidades e identidades – são estabelecidas pelos outros (Kilomba, 2019; hooks, 1989).

Dessa forma, foi necessário buscar um caminho metodológico a partir da realidade dessas mulheres. Para tanto, privilegiamos a perspectiva feminista e interseccional, entendendo a interseccionalidade enquanto uma ferramenta teórico-analítica, propiciando a não dissonância estrutural de raça, gênero e classe, ao analisarmos os dados obtidos na pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua*¹⁰. O tecer de nosso estudo começava a tomar forma, uma vez que tínhamos a fundamentação teórica que sustentaria a análise, para além dos dados quantitativos já extraídos da pesquisa realizada com a PSR da cidade de Niterói.

No início do caminho metodológico, foi importante entender que a escolha da epistemologia feminista surgiu do campo de pesquisa da Epistemologia Social, com a preocupação da investigação do papel de gênero nas diferentes atividades epistêmicas. Isso permitiu nos aproximar de novos sujeitos, conseqüentemente, de outros conhecimentos, não existindo uma epistemologia puramente feminista, e sim diferentes ideias, argumentos e problematizações com relação às questões de gênero, do conhecimento e da ciência (Ketzner, 2017).

Ao construirmos este estudo, a revisão da literatura sobre população e mulheres em situação de rua foi relevante para o aprofundamento de conceitos da área, acesso a legislações

¹⁰ Denominaremos pesquisa base.

atualizadas, propiciando melhor entendimento sobre as relações tecidas das mulheres para sobreviverem nas ruas, bem como para a delimitação do caminho metodológico a ser realizado, permitindo atingir o objetivo da pesquisa desenvolvida – analisar as mulheres em situação de rua na cidade de Niterói a partir de uma perspectiva interseccional.

Na construção do estudo, foi fundamental a fase exploratória, por meio da pesquisa documental da legislação e normativas sobre PSR e, mais especificamente, sobre as mulheres em situação de rua. Da mesma forma, a pesquisa bibliográfica de artigos científicos, de livros, teses, dissertações e pesquisas acadêmicas permitiu estreitamento e aproximação do estado da arte do objeto de estudo (Baptista; Mattos, 2015).

Assim, a pesquisa bibliográfica da temática realizada durante toda a construção do estudo utilizou as principais fontes bibliográficas de referência na área, como SciELO, LILACS e banco de teses, dissertações e monografias da CAPES, assim como Google Acadêmico. Traçamos esse caminho revisitando publicações que possuem os marcadores: população em situação de rua, mulheres em situação de rua, violência contra mulheres em situação de rua, entre outros marcadores referentes à temática. Também foram encontradas algumas produções na área da saúde e da antropologia, referentes à temática de mulheres em situação de rua, e identificados pontualmente alguns estudos em relação a violações e violência contra mulheres em situação de rua.

No que diz respeito à pesquisa documental, foram pesquisados e levantados documentos pertinentes à PSR, bem como o segmento mulheres em situação de rua em nível federal, estadual e municipal (legislações, portarias, diretrizes, notas técnicas, manuais, normatizações, cartilhas, guias).

Desses documentos levantados e analisados, ressaltamos como fundamentais para este estudo o Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) (Brasil, 2009); o Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua do Ministério da Saúde (MS) (Brasil, 2012); a Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e MS; a Resolução nº 40/2020 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH); a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976/2023¹¹ do Supremo Tribunal Federal (STF) (Brasil, 2023b); o Decreto nº 11.472/2023 (Brasil, 2023c) do MDH que institui nova composição do CIAMP-Rua; a Portaria

¹¹ ADPF é um instrumento jurídico que permite que partidos políticos, confederações sindicais e entidades de classe questionem a constitucionalidade de leis e atos normativos federais e estaduais que violem preceitos fundamentais da Constituição Federal. Disponível em: [Decisão liminar do STF na ADPF 976 reconhece os direitos humanos da população em situação de rua | Ministério Público do Estado do Paraná \(mppr.mp.br\)](#). Acesso em: 25 nov. 2023.

nº 383/2023 (Brasil, 2023d) do MDH que implanta a Operação Inverno Acolhedor; o Relatório *População em Situação de Rua: diagnóstico com base nos dados disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal* lançado pelo MDH em setembro de 2023; o *Guia INCLUA – Pop Rua – Avaliação de Riscos de Desatenção, Exclusão ou Tratamento Inadequado da População em Situação de Rua*, lançado pelo MDH em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2023; o Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR), Portaria nº 707/2023 do MDH, instituído em novembro de 2023 (Brasil, 2023e); O Plano Nacional Ruas Visíveis – Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua do Governo Federal/MDH, em novembro de 2023 (Brasil, 2023f); o Guia de Implementação do Programa Dignidade Menstrual, em fevereiro de 2024 (Brasil, 2024), além da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Com base nos estudos de Cellard (2008), nas Ciências Sociais, o documento é uma importante fonte de informações para realização de uma determinada pesquisa, podendo reconstituir o contexto em que foi elaborado, além de narrar uma história e ser uma prova efetiva dos fatos, em termos jurídicos. Dessa forma, uma importante etapa deste caminhar metodológico foi a realização de análise documental da PNPSR, da Resolução nº 40 de 2020 do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2020) bem como da Nota Técnica Conjunta nº 001 de 2016 do MDS e do MS (Brasil, 2016). Identificamos os princípios da PNPSR contidos nessa resolução, elaborando o quadro comparativo que apresentamos no segundo capítulo desta tese, assim como análise da nota técnica conjunta em questão. A análise realizada propiciou a compreensão de pensar em ações públicas que devem ser desenvolvidas no âmbito da proteção social às mulheres (cisgêneras ou transgêneras) em situação de rua e seus filhos.

Nesse sentido, esta pesquisa é qualificada como de abordagem qualitativa que foi utilizada por privilegiar fenômenos sociais, valorizando todos os aspectos que perpassam as relações sociais, sejam eles culturais ou econômicos, reforçando a tese de que, para a pesquisa qualitativa, são fundamentais a observação e a interpretação dos fenômenos, assim como os significados deles (Silva; Menezes, 2005). Essa abordagem permitiu aprofundar a compreensão das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói a partir do seu contexto social e de acordo com a nossa interpretação e considerações presentes em todo o processo, enquanto pesquisadora, compreendendo que esse campo pode mostrar novas revelações, possibilitando a criação de novos conhecimentos (Gil, 2002).

Na trama desse caminho metodológico, destacamos a apropriação teórica que perpassou toda essa trilha do estudo que foi fortalecido pelo uso do diário de campo e a observação

participante, no trabalho de campo realizado durante as entrevistas, a partir da aplicação dos questionários da pesquisa base.

Os fios foram sendo cruzados cuidadosamente, pois a entrada no campo, além de demandar toda uma organização como participante da equipe de pesquisadores desta pesquisa base, trouxe também o componente da nossa inserção como a pesquisadora que se aproximava das mulheres em situação de rua, conforme descrito na seção 1.1 deste capítulo de introdução. Afinal, nossa experiência com esse segmento era, enquanto assistentes sociais, em uma unidade de acolhimento de mulheres em situação de rua.

A preparação para entrada em um *locus* onde há preconceitos de riscos e medos precisava ser pensada. Estar nas ruas, em diferentes territórios, em horários diversificados, diurna e noturnamente, demandou habilidades, estratégias e cuidados da nossa parte com a equipe de pesquisadores. Entretanto, aproximarmo-nos de nosso objeto de estudo também demandou entender a necessidade de um conhecimento de interação com as mulheres em situação de rua. Em pensar no nosso lugar enquanto pesquisadora no campo, em pensar nas possíveis ambiguidades as quais iríamos confrontar no momento de escrever sobre essas mulheres (Grossi, 1997).

Dessa forma, identificamos que a observação participante foi um importante método que utilizamos para tecer este caminhar metodológico, entendendo que nossa participação enquanto pesquisadoras teve como enfoque analisar as mulheres em situação de rua a partir da perspectiva interseccional, além de analisar as formas tecidas por elas como estratégias de sobrevivência nas ruas, e as razões para a irem para as ruas. Nesse sentido, pudemos observar e analisar as manifestações/expressões de violência a que essas mulheres estão submetidas por se encontrarem em situação de rua, identificando a observação participante como um método que permitiu à pesquisadora o acesso a dados que podem não estar previamente elencados quando iniciado o estudo (Becker, 1993), podendo, ou não, o observador se modificar ou ser modificado pelo contexto conforme sinaliza Cruz Neto (1994). Esse fato é muito pertinente, considerando as experiências vivenciadas ao longo dos cinco meses de trabalho de campo desenvolvido neste estudo, visto que a aridez das ruas é difícil de ser esquecida.

Assim, o tecer deste estudo teve o diário de campo como uma das principais fontes para o registro de nossas observações, além das reflexões sobre as nossas experiências no campo, em que historiamos o trabalho desenvolvido, como também nossa circulação pelo campo (Bonetti; Fleischer, 2007).

No diário de campo, demarcamos nossas observações sobre as mulheres, as relações tecidas por elas dentro da territorialidade, assim como as estratégias utilizadas para se

fortalecerem nesse espaço geográfico, como o aquilombamento a outras mulheres, como forma de resistência e luta por seus direitos. Isso extrapolando a simples condição de ficarem em grupos na rua, pois o que foi observado é que as mulheres permanecem com outras mulheres, como forma de se protegerem diante da violência, mas também como resistência e luta por seus filhos, como destacaremos nas análises desenvolvidas no quarto capítulo desta tese.

Totalizamos, na pesquisa base, a realização de 39 entrevistas com mulheres em situação de rua – 35 mulheres cisgêneras e 4 mulheres transgêneras –, a partir da aplicação dos questionários, em toda a cidade de Niterói, no período de abril a agosto de 2022, em horários diurnos e noturnos, e durante um período atípico, em que ocorria a pandemia da covid-19. Por razões adversas, perante a realidade do *locus* de nossa pesquisa, não foram aplicados questionários estendidos a cinco mulheres, e isto será evidenciado nas análises dos dados no terceiro capítulo.

Com a finalização do trabalho de campo e após a alimentação dos dados no sistema utilizado para coleta de dados, passamos a analisar e registrar as entrevistas realizadas com as demais mulheres (33) que participaram da pesquisa e que foram abordadas pelos outros pesquisadores. Esta pesquisadora entrevistou diretamente 6 mulheres, além de 18 homens. Registramos cada entrevista realizada, destacando as falas identificadas durante a análise dos questionários.

A trama do nosso estudo estava bem tecida, uma vez que tínhamos a visão da totalidade de todas as respostas das entrevistas, realizadas a partir da aplicação dos questionários às mulheres respondentes da pesquisa base, assim como os registros do diário de campo das mulheres que entrevistamos diretamente com a aplicação dos questionários.

Para que nossas análises pudessem ir além do senso comum e do subjetivismo da interpretação dos dados (Minayo, 1994), lançamos mão da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

De acordo com Bardin (2011, p. 15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”, compreendendo três fases a serem desenvolvidas: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase desenvolvida, organizamos todo o material a ser analisado, como os questionários e o diário utilizado no trabalho de campo, visando à operacionalização dos registros e às análises a serem delineadas, o que permitiu a organização das ideias iniciais. Essa é uma fase em que quatro processos são desenvolvidos.

O primeiro processo, denominado de leitura flutuante, consistiu em tomarmos conhecimento de todos os registros efetuados no diário de campo e nos questionários aplicados, transcrevendo as observações registradas pela equipe de pesquisadores, contidas em todos os questionários, assim como resgatando os conteúdos do diário de campo.

O segundo processo, a escolha dos documentos, consistiu em estabelecermos todos os documentos que seriam coletados, no caso, os questionários aplicados a 39 mulheres e o diário utilizado durante os cinco meses de entrevistas nas ruas, no trabalho de campo das pesquisas¹².

No terceiro processo dessa fase, formulação de hipóteses e objetivos, elencamos elementos que supomos ser evidenciados nas observações, como conter ou não registros relevantes nas observações dos questionários de forma que pudessem ser analisados, assim como no diário de campo, objetivando identificar inicialmente a presença de elementos que demarcassem situações de violação e violência, bem como formas utilizadas pelas mulheres, visando a suas sobrevivências nas ruas.

No quarto processo dessa fase, elaboração de indicadores, tivemos muito cuidado em evidenciar os temas que se repetiam nos documentos analisados – medo, dificuldades, violência e violação, estratégias de sobrevivência, discriminação e preconceito, sonhos, proteção –, pois, de acordo com Bardin (2011), é fundamental a utilização dos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência na escolha dos documentos a serem utilizados.

Na segunda fase desenvolvida, referente à exploração do material, foi estabelecida a codificação, a classificação e a categorização dos elementos identificados nos documentos escolhidos, sendo básicas nessa fase, de acordo com Bardin (2011), em que tivemos o cuidado que um elemento não fosse relacionado em mais de uma categoria.

A terceira e última etapa consistiu no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ocorrendo o adensamento e o destaque de todas as informações para análise reflexiva e da crítica (Bardin, 2011). Dessa forma, pudemos identificar as formas de sobrevivência das mulheres em situação de rua a partir da análise dos apontamentos realizados no diário de campo e nas falas registradas nas observações dos questionários, e no próprio diário de campo. Apresentaremos a análise de conteúdo desenvolvida quando delineararmos as formas

¹² Entendemos que o diário de campo utilizado por esta pesquisadora durante as entrevistas na pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua* foi, na verdade, uma fonte de registro referente as duas pesquisas desenvolvidas, considerando que ele está sendo também utilizado no presente estudo apresentado nesta tese.

de sobrevivências das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói no último capítulo desta tese.

Com a disponibilidade dos resultados da pesquisa base e a análise de conteúdo desenvolvida, realizamos a análise interseccional, tendo a fundamentação teórica adotada para o estudo – a interseccionalidade – como ferramenta teórico-analítica. Para tanto, recortamos os dados desta pesquisa base, pertinentes às mulheres cisgêneras e transgêneras, no que se refere ao perfil sociodemográfico das respondentes; sobre as temáticas famílias, trabalho e renda; moradia anterior à situação de rua; os motivos que propiciaram a ida para as ruas; o acesso a alimentação, água potável, e uso de banheiros; saúde sexual e reprodutiva das mulheres; covid-19; dificuldades específicas para mulheres em situação de rua; violências discriminações e medos; acesso e utilização de serviços públicos, programas e benefícios sociais.

Tecemos um estudo por meio de uma abordagem qualitativa, a partir do acesso que tivemos ao conhecimento e as definições das vidas dessas mulheres que se encontram em situação de rua (Ketzer, 2017), sem perder de vista os dados quantitativos e a análise de conteúdo dos registros do diário de campo, contendo as falas de sobrevivência das mulheres entrevistadas. Bases para a análise interseccional concebida, possibilitando a busca por elementos essenciais que possam subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às especificidades dessas mulheres.

Muitos desafios foram encarados durante o período dessa formação acadêmica, e, diante deles, vivenciamos uma pandemia que nos furtou a possibilidade de conviver e se relacionar com as pessoas, além da realidade difícil que foi preciso encarar em relação às perdas de familiares e pessoas queridas para um vírus que levou milhões de pessoas a óbito em nível mundial. Foram momentos muito difíceis durante o estudo que desenvolvemos, não só pela solidão peculiar ao processo acadêmico, mas, sobretudo, pela incerteza de contrair ou não o vírus no cotidiano de nossas atividades laborais presenciais, que não foram interrompidas, ou no próprio trabalho de campo da pesquisa. O distanciamento social foi tão intenso e prolongado que parte da equipe de pesquisadores da pesquisa base só teve a oportunidade de se conhecer pessoalmente um ano após o início da pesquisa. Isso porque nossas reuniões eram sempre virtuais devido ao risco de contaminação e às orientações da OMS.

O perigo eminente da morte acompanhou nosso processo de formação acadêmica e do estudo aqui apresentado, sendo um dos maiores desafios vivenciados ao longo de nossa trajetória profissional. No entanto, compartilhamos este estudo na certeza de termos trilhado o melhor caminho diante de todos os obstáculos e perdas que a vida nos proporcionou durante esse processo acadêmico, assim como os ganhos no desenvolvimento dele.

Nesse sentido, no segundo capítulo, intitulado *Uma perspectiva feminista e interseccional sobre as mulheres em situação de rua*, enfocamos trazer a abordagem interseccional; para tanto, apresentamos elementos da história brasileira articulados com o movimento negro no Brasil e o feminismo negro. Outrossim, a perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez (1984; 2020), o feminismo negro de Sueli Carneiro (2011; 2021; 2023) e Beatriz Nascimento (2019; 2021; 2022), e a interseccionalidade de Carla Akotirene (2019), de Kimberlé Crenshaw (2002), de Patricia Hill Collin e Silma Bilge (2021), e de Angela Davis (2016). Trabalhamos as noções de raça, gênero, classe, território/territorialidade, quilombo/aquilombamento, violência estrutural, rualização e a expressão *peessoas em situação de rua*.

Dando sequência, no terceiro capítulo, intitulado *A tessitura de Políticas Públicas para População em Situação de Rua*, abordamos o processo de construção de políticas públicas para a PSR. Para tanto, iniciamos com o conceito de proteção social, trazendo o contexto histórico e político em nível nacional, para a entrada da temática da PSR na agenda governamental. A seguir, abordamos o processo democrático de construção da PNPSR enquanto política pública, além da necessidade de o Estado construir políticas públicas para o enfretamento das expressões da questão social, como a PSR. Analisamos o conceito de PSR na PNPSR e os princípios dessa política. Elaboramos um quadro comparativo entre esses princípios e a Resolução nº 40/2020 do CNDH que dispõe sobre os direitos das mulheres (cisgêneras e transgêneras) em situação de rua. Apresentamos também análise sobre a Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 do MDS e MS, que dispõe sobre fluxo de atendimento das mulheres em situação de rua, com uso abusivo/prejudicial de álcool e outras drogas e seus filhos. Trouxemos também nesse capítulo as principais ações desenvolvidas no ano de 2023 do governo federal, por meio do MDH, para a PSR.

No quarto capítulo, intitulado *As mulheres em situação de rua da cidade de Niterói – mulheres negras que fazem das ruas seu local de moradia e sobrevivência*, trazemos o nosso estudo desenvolvido sobre as mulheres em situação de rua na cidade de Niterói. Dessa forma, iniciamos com a apresentação do *locus* do nosso estudo, a cidade de Niterói. Posteriormente, apresentamos quem são as mulheres em situação de rua da cidade de Niterói, discorrendo sobre as principais análises dos dados da pesquisa base e compartilhando as formas de sobrevivência dessas mulheres na aridez das ruas, evidenciando suas falas, a partir dos apontamentos de nosso diário de campo. Na sequência, baseados em todos estes dados e registros, desenvolvemos a análise interseccional, tendo como fio condutor a fundamentação teórica apresentada no segundo capítulo da presente tese.

Nas considerações finais da presente tese, apresentamos as linhas gerais do estudo desenvolvido, as dificuldades e os desafios encontrados e as superações para finalização dele. Destacamos a importância do presente estudo que apresenta elementos, a partir da análise interseccional desenvolvida, visando ao fortalecimento das contribuições já apresentadas, para uma política voltada para as mulheres em situação de rua de Niterói, no *e-book*¹³ publicado sobre os resultados da pesquisa base.

A nossa pretensão é que a presente tese faça provocações em torno da temática de mulheres em situação de rua, promovendo reflexões e análises, bem como contrapontos, propiciando novos questionamentos e indagações sobre a temática que necessita ser enxergada aos olhos da Sociedade e do Estado.

¹³ Senna; Lobato; Cinacchi, 2023.

2 UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

14 de junho... Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. [...] Ajeitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então resolvi trabalhar porque não quero desistir da vida (Jesus, 1960, p. 55).

Falamos de um contingente da população que ocupa qual lugar em nossa sociedade, com tantas desigualdades e injustiças sociais? Retomamos nossas reflexões: vivemos em uma sociedade em que a PSR é reconhecida ou invisibilizada? E este segmento – mulheres em situação de rua –, como são tratadas?

As marcas das mulheres em situação de rua vêm de longa data, haja vista as questões interseccionais de gênero, raça e classe entranham-se nesse processo. São mulheres, negras e pobres. Algumas estão há gerações na rua, a maior parte nunca ocupou postos de trabalho oficiais, encontrando-se na informalidade e nos serviços domésticos, e, ainda, algumas tiveram na prostituição a única forma de sustento.

Mulheres em situação de rua trazem um contexto cultural e social das mulheres brasileiras, de uma sociedade colonialista e imperialista, visto que a nossa trajetória tem um marco no tempo desse percurso, em que foram delineados os papéis sociais da mulher dentro da formação de uma sociedade patriarcal. Por isso a importância de resgatar essa história, de forma a garantir que essas mulheres saiam da invisibilidade: por serem mulheres, por serem negras, por serem pobres.

Dessa forma, o presente capítulo inicia-se a partir de alguns elementos da história brasileira articulada ao movimento negro brasileiro e ao feminismo negro, além da abordagem da perspectiva interseccional nas análises desenvolvidas por escritoras negras brasileiras anterior ao conceito de interseccionalidade. Trazemos a construção interseccional de Gonzalez (1984, 2020), coadunado com algumas contribuições do feminismo negro de Carneiro (2011; 2021; 2023) e Nascimento (2019; 2021; 2022). Na sequência, tratamos a interseccionalidade de Akotirene (2019), que entende esse conceito como uma instrumentalidade teórico-metodológica, e trazemos o conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw (2002), como também abordagens de algumas feministas.

Trabalhamos as noções de raça, classe e gênero que estruturam a sociedade, mas também a de racismo, por entendermos que estamos falando de um país de origem escravocrata.

Compartilhamos o entendimento sobre território e territorialidade, pela relação com o estudo desenvolvido, assim como a visão de quilombo de Nascimento (2019; 2021; 2022), como uma estrutura social, e o aquilombamento como uma resistência ativa. Por fim, abordamos a violência estrutural e a racialização como um processo, assim como a adoção da expressão população ou pessoas em situação de rua. Esses são elementos fundamentais para o nosso estudo sobre mulheres em situação de rua.

2.1 Interseccionalidade: o contexto brasileiro

Para estudar mulheres em situação de rua, é essencial trabalharmos com o referencial teórico do feminismo negro, pois procede entender que estamos nos reportando à história do movimento de pessoas negras e, conseqüentemente, de um povo massacrado e miserabilizado historicamente.

Especificamente em relação ao Brasil, não podemos perder a referência da história do povo negro brasileiro, entendendo as conseqüências geradas principalmente nessa população negra a partir da passagem de um modelo de sociedade baseado na escravidão (período colonial) para uma sociedade capitalista (Gonzalez; Hasenbalg, 2022).

Trazemos alguns elementos dessa história do povo negro brasileiro para entender o contexto histórico/social do nosso país, anterior ao que se cunhou o conceito de interseccionalidade, a partir dos resgates dos debates teóricos e do fortalecimento dessa história que precederam a expressão da interseccionalidade cunhada por Crenshaw (2002).

O apagamento histórico que propiciou a “cunhagem” da interseccionalidade é evidenciado por Collins e Bilge (2016, p. 90):

Um sem-número de especialistas contemporâneos ignora ou não tem consciência desse período, pressupondo que a interseccionalidade não existia antes do fim da década de 1980 e do início da década de 1990, quando foi nomeada. Ao contrário, apontam a “cunhagem” do termo pela estudiosa de direito afro-americana Kimberlé Crenshaw como um momento fundamental da interseccionalidade. O trabalho de Crenshaw é vital, mas discordamos da visão de que a interseccionalidade começou a partir do momento em que foi nomeada. A escolha desse ponto de origem específico apaga o período anterior, quando houve uma forte sinergia entre a investigação crítica da interseccionalidade e a práxis crítica, e facilita a reformulação da interseccionalidade como apenas mais um campo acadêmico.

As principais ideias da interseccionalidade – “a desigualdade social, relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade” – evidenciadas por Collins e Bilge (2021, p. 45) foram construídas a partir dos movimentos

sociais e das lutas travadas nos diferentes contextos históricos e desafios encontrados, como o colonialismo, o racismo, o militarismo, o capitalismo.

Ao resgatarmos a análise sobre a história da população negra no Brasil e a divisão racial do espaço, entendemos as desigualdades estruturais presentes até os tempos de hoje. Nesse contexto, o lugar imposto à população negra é “Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos)”, de acordo Gonzalez e Hasenbalg (2022, p. 22). Ainda, por extensão – os prédios abandonados ou as ruas das cidades –, lugares e espaços que se tornaram moradias das pessoas em situação de rua.

A população negra é sujeita a todas as formas de violação e de violência. Para além do caráter racista, há a repressão policial, como forma de desqualificação diuturna, seja por meio das incursões policiais no cotidiano das favelas, seja nas revistas vexatórias dos negros ou nas remoções arbitrárias da população que faz da rua sua moradia e lugar de sustento. Sob um discurso dominante da ordem e segurança, o aparelho repressivo funciona como forma de impedir o processo de organização e unidade dessa população dominada (Gonzalez; Hasenbalg, 2022).

É importante pensarmos na identificação social e simbólica do negro na estrutura social do Brasil, evidenciada na análise sobre a relação entre a sociedade capitalista e a população negra: “em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir a massa marginal crescente; em termos de capitalismo industrial competitivo [...], ela se configura como exército industrial de reserva” (Gonzalez, 2020, p. 187).

País onde há um dos perpetuados mitos sobre as relações raciais – a existência de uma democracia racial. Tal mito tem como base a premissa de que nosso país possui uma mistura de diferentes raças, produzindo uma mestiçagem que abortaria qualquer nível de preconceito racial.

No processo da desmistificação, Gonzalez (2020) aponta Gilberto Freyre como principal articulador do mito da democracia racial em nosso país por causa de sua teoria do lusopatropicalismo, na qual, segundo Gonzalez (2020), Freyre afirmava que “os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas [...] o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra” (Gonzalez, 2020, p. 50 Apud Freyre, 1961).

Esse fato também é sinalizado por Carneiro (1995, p. 546), “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira”.

Carneiro (2011) traz importantes reflexões sobre a figura da mulher negra como um objeto ao ressaltar o mito da democracia racial latino-americano, entre outras discussões sobre a perspectiva de gênero. Mulher negra que faz parte de um contingente que trabalhou duro, durante séculos, nas mais diferenciadas atividades que vão desde a escravidão, passando pelas lavouras, nas ruas, inclusive como prostitutas: “fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados” (Carneiro, 2011, n.p.). Reiterando que “o discurso que molda as relações sociais é o mito da democracia racial. Sua construção e permanência até os dias atuais evidencia, por si, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador das tensões étnico-raciais” (Carneiro, 2023, p. 50).

De fato, o mito da democracia racial encobre algo para além do que mostra, desempenhando uma violência simbólica diferenciada sobre a mulher negra (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2011).

Outra reflexão importante sobre as mulheres negras se dá a partir do papel dessas mulheres desde o Brasil colônia, enquanto “mães pretas”, responsáveis por amamentar e criar os filhos dos senhores, pois “nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente” (Gonzalez, 2020, p. 87).

Mulheres responsáveis pela construção da história de um país que nega e inviabiliza a importância dessas mulheres. Ademais, ao refletirmos sobre as mães pretas que estão nas ruas, torna-se ainda mais grave, uma vez que as mulheres em situação de rua apresentam uma história marcada não só por perdas, mas também por preconceitos por serem mulheres negras, em situação de rua, rotuladas como usuárias de drogas, a maioria julgada incapaz de cuidar de seus filhos recém-nascidos, outras consideradas ‘mulheres da vida’, entre outros preconceitos. Trazem muitas marcas – marcas de um povo escravizado por séculos, sendo objetificadas e não sujeitas da sua história.

Em um cenário histórico em que as mulheres negras sempre estiveram em um lugar específico, como Nascimento (2022, p. 58) também pondera: “Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher da raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados”. O trabalho da mulher preta sempre foi negligenciado, e no caso das mulheres em situação de rua, extremamente desqualificado, como catadoras de lixo e de materiais reciclados nas ruas.

O que pode ser observado na história brasileira é que esta se articula com a trajetória do movimento negro no país e o movimento feminista, com o cenário instituído de lutas e

movimentos sociais, em que não há um consenso absoluto nesses movimentos e no qual são evidenciados os debates teóricos elaborados por mulheres negras. Assim, tanto o movimento negro quanto os movimentos sociais e os feminismos negros não se apresentam de forma unificada. “Afim, nós, negros não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 25).

De acordo com Gonzalez (2020), é essencial que as mulheres negras, como coletivo, discutam questões referentes aos papéis da mulher na sociedade, a partir da sua condição racial, bem como demais questões da história e da cultura, relacionadas com raça e classe. Tal movimento se tornaria inimaginável em relação às mulheres em situação de rua, pois essas mulheres são invisibilizadas. Trazem o estigma de não serem identificadas como mulheres¹⁴; são negras e estão na condição de viverem na rua. Entendemos que é fundamental descortinarmos a realidade dessas mulheres e suas ‘invisibilidades’.

Fica evidenciado, ao trazermos recortes da história da população negra em nosso país, o quanto a perspectiva interseccional se apresenta nos diferentes estudos e análises desenvolvidas pelas pesquisadoras negras, a partir das categorias de raça, classe e sexo (na época), entre outras. Muitas dessas análises têm enfoque na mulher negra, como temática central e em contextos históricos, anteriores à instituição do conceito de interseccionalidade.

2.2 A abordagem interseccional da mulher negra em situação de rua

Os estudos desenvolvidos por Gonzalez e Hasenbalg (2020) a partir da situação econômica da mulher, culminando no foco da mulher negra, além de trazer efetivamente dados estatísticos sobre as desigualdades raciais, contribuiu enormemente para o adensamento de sua construção interseccional. Somadas a isso, outras referências de produções nacionais e internacionais propiciaram um crescente nessa construção, fora o fato de Gonzalez transitar na militância entre o movimento negro brasileiro e o movimento feminista.

Assim, à mulher negra brasileira logo após abolição, coube o sustento moral e a viga mestra de sua comunidade e de sua família – fato este que persiste até os tempos atuais. Ademais disso, cabe à mulher, antes de sair para o trabalho, a responsabilidade de buscar água na bica comum da favela, além de deixar a alimentação toda preparada para família e elencar as obrigações domésticas para as filhas mais velhas que ficavam responsáveis por cuidar dos irmãos mais novos. Isso a obriga a acordar na madrugada para dar conta de todas as tarefas

¹⁴ Referimo-nos ao discurso de Sojourner Truth (1851) que aprofundaremos mais adiante.

caseiras e ainda chegar muito cedo em seu trabalho, como empregada doméstica, e só sair do trabalho após servir o jantar, tendo deixado tudo limpinho para sua patroa (Gonzalez, 2020).

A obra *Quarto de Despejo* (Jesus, 1960), da qual recortamos epígrafes ao longo deste estudo, retrata a realidade do cotidiano das mulheres negras. A mesma realidade constatada nas mulheres em situação de rua. Aliás, o recorte da obra datada de 1960 exemplifica as mulheres que fazem da rua sua subsistência e de sua família, nos tempos atuais, em que essas mulheres, muitas vezes, são as únicas responsáveis pelo sustento familiar.

Com o desenvolvimento e a modernização, a mulher negra perdeu seu lugar na classe operária; e mesmo com perspectivas novas no mercado de trabalho, as atividades (bancos, escritórios, entre outras) pediam uma escolaridade da qual essa mulher negra não dispunha, além das atividades de contato com o público determinarem ‘boa aparência’ e ‘educação’, constituindo o que Gonzalez (2020, p. 42) afirma ser “um código cujo sentido indica que não há lugar para mulher negra [...] relegada a massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo”.

A mulher em situação de rua é o protótipo dessa realidade, já que apresenta baixa escolaridade, sem qualquer acesso à qualificação profissional, encontrando-se fora do perfil de ‘boa aparência’ e ‘educação’, o código instituído, como Gonzalez (2020) afirma, visto que em sua grande maioria são mulheres pardas e pretas.

Dessa forma, embora seja possível observar em nosso país, a partir de 1950, um crescimento grande da classe média, em relação à população negra houve, “uma deterioração de suas possibilidades no mercado de trabalho”, fazendo com que a mulher negra “se volte para prestação de serviços domésticos [...] numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca”, possibilitando a análise de que a mulher negra propiciou “a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada”, concluindo que “a libertação da mulher branca tem sido feito às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, 2020, p. 42-43).

O que observamos no Brasil é o racismo cultural, a aceitação do fato de que mulheres brancas e negras, em específico, “desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa”, além de “diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem” (Gonzalez, 2020, p. 42).

Assim, a análise que se apresenta é de que a mulher negra brasileira é excluída a partir do desempenho em dois papéis sociais: a doméstica e a mulata. Nesse contexto, sendo a esfera doméstica tratada como seu ‘lugar natural’, como empregada doméstica, babá, merendeira, faxineira etc.; e a ‘mulata’ sendo um ‘produto de exportação’, para ser utilizado como objeto

sexual, concluindo que “Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira” (Gonzalez, 2022, p. 44).

Em relação a mulheres que se encontram em situação de rua, algumas fazem uso da prostituição como forma de sobrevivência, garantindo sua segurança nas ruas em troca de sua exploração sexual, como uma espécie de condição para mantê-las livres de atos violentos, considerando que são aliciadas por homens.

O que observamos é que a perpetuação da exploração sexual é fortalecida, conforme a análise de Nascimento (2021, p. 61):

Por seu lado, os mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação dessa exploração sexual através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz mais desreprimida sexualmente, facilita-se a tarefa do homem de exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico.

Contudo, contraditoriamente, a mulher negra, ao exercer outro papel social, seu ‘lugar natural’, ocupando o papel da ‘mãe preta’, aquela responsável por cuidar, amamentar, educar, ensinar a falar, pôr para dormir, dar banho, limpar cocô; exerce efetivamente o papel de mãe, e “é quem vai dar a rasteira na raça dominante”. Isso se dá porque é facultado a essa “mãe preta” a função de repassar “todos os valores que diziam respeito a criança brasileira” (Gonzalez, 2022, p. 87-88). Cabia, portanto, à mulher negra, na função de mãe, o repasse dos valores às crianças brancas, filhas dos senhores e a utilização de uma linguagem que foi “a africanização do português falado no Brasil (o ‘pretuguês’, como dizem os africanos lusófonos), e conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira”; fato este caracterizado por Lélia Gonzalez como “forma de resistência passiva” (Gonzalez, 2020, p. 54).

Para a mulher negra brasileira, a falta de perspectiva em acesso a novas alternativas e possibilidades é quase nula, restando apenas, como já evidenciado, o ‘lugar natural’ (doméstica) ou o ‘produto exportação’ (mulata).

Isso fica mais latente quando nos referimos às mulheres em situação de rua, uma vez que são mulheres que possuem um histórico de vida marcado por violências de gênero, discriminação de classe, além de questões raciais, associados ao preconceito de estarem na rua. Gênero, classe e raça, além da territorialidade, são elementos/eixos de subordinação, formas de opressão a que as mulheres em situação de rua estão submetidas, criando desigualdades básicas

que estruturam a posição em que elas se encontram na sociedade, entendendo que são mulheres que sofrem um processo de tríplice discriminação (Gonzalez, 2020) – enquanto raça, classe e gênero – como mulheres negras.

2.2.1 A interseccionalidade como fundamentação para análise das mulheres que se encontram em situação de rua

Trabalhar com o arcabouço teórico do feminismo negro é entender que nenhuma das categorias pode ter alguma prioridade sobre a outra: a necessidade de não se hierarquizar às opressões diárias – raça, classe e gênero –, pelas quais as mulheres negras lidam no seu cotidiano (Davis, 2011).

Entendemos que utilizar os principais conceitos a partir do feminismo negro contribuirá para a construção de novos marcos civilizatórios, um novo modelo societário, rompendo com uma sociedade desigual, na qual as relações de poder predominam (Akotirene, 2019).

Durante toda história, o silêncio foi imposto às mulheres, especialmente às mulheres negras, e ele precisa ser quebrado, pois o silêncio é que imobiliza: “o que mais me trouxe arrependimentos foram os meus silêncios [...] Meus silêncios não me protegeram” (Lorde, 2019, p. 49-50).

As mulheres que não estão dentro dos padrões sociais ‘ceitáveis’ – as negras, as lésbicas, as mais velhas, as pobres, por extensão, as mulheres em situação de rua –, devem estar articuladas e unindo forças para lutarem enquanto segmentos excluídos e à margem da sociedade, buscando “um mundo em que todas possam florescer. Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (Lorde, 2019, p. 139).

É importante refletirmos sobre a ‘máscara do silenciamento’, artefato que a escravizada¹⁵ Anastácia era obrigada a usar, símbolo concreto de silenciamento que demarca as relações de domínio e de poder – quem podia falar e quem devia silenciar. Usada por 300 anos, traz inúmeras indagações e simbolismos, fazendo parte do projeto colonial europeu. Inicialmente usada para evitar que os escravizados comessem a cana-de-açúcar ou o cacau nas grandes lavouras, também demarcava o silenciamento que era imposto, causando medo e servindo como uma forma de tortura (Kilomba, 2019).

¹⁵ Utilizando a referência de Kilomba (2019, p. 20)., “usamos o termo ‘escravizada/o’, e não escrava/o, porque ‘escravizada/o’ descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estado de desumanização como identidade natural das pessoas que foram escravizadas”

Dessa forma, resgatarmos o discurso de improviso de Truth (2014)¹⁶, datado de 1851 (na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron), *Eu não sou uma Mulher?*, no qual o autor denuncia nunca ter sido ajudada para subir nas carruagens, nem pular poças de lama, tendo 13 filhos e vendo a maioria deles ser vendida para ser escravizada. Truth (2014) articulou em seu discurso as categorias raça, classe, gênero e ainda botando em xeque a categoria de mulher universal, colocando em pauta o seguinte pressuposto: “se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas das africanas eram vendidos escravizados” (Akotirene, 2019, p. 25). Outrossim, desmistificando efetivamente a categoria da mulher universal e reforçando as reflexões de Akotirene (2019, p. 25): “O pensamento feminista se deu mediante a construção de ferro e as águas atlânticas, e a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral”.

Assim, tomamos por base que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, “pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (Akotirene, 2019, p. 18). Além disso, visando fornecer uma instrumentalidade teórico-metodológica que propicie a não dissonância estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado, baseada no arcabouço teórico do feminismo negro “e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico” (Akotirene, 2019 p. 51). Isso entendendo o patriarcado como “um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias” (Akotirene, 2019, p.118).

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Akotirene, 2019, p. 19).

Dessa forma, as mulheres negras possuem em sua trajetória de vida histórias marcadas pela sobreposição e cruzamento das questões de raça, gênero e classe, os *modernos aparatos coloniais*¹⁷ (Akotirene, 2019, p. 19). Podemos afirmar que se trata de um contingente significativo de mulheres chefes de famílias, negras e trabalhadoras. Algumas fazem das ruas sua moradia por vários fatores – desemprego, pobreza, conflitos familiares, uso ou

¹⁶ Considerada pioneira do feminismo negro, foi escravizada e vendida em um leilão com 9 anos de idade (Akotirene, 2019).

¹⁷ Grifo da autora.

abuso/prejudicial de álcool e outras de drogas, violências domésticas vivenciadas, falta de oportunidades, falta de moradia, entre outros.

Possuem uma narrativa de luta em que suas ‘avenidas identitárias’ não se apresentam de forma hierarquizadas, sendo fundamental entendermos que existe uma igualdade analítica, na qual raça traz elementos de gênero e classe.

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (Akotirene, 2019, p. 37-38).

A teoria interseccional adotada pelo feminismo negro não abarca o somatório das diferentes “avenidas identitárias”, não podendo focar em lutas contra uma única forma de opressão. Ela nos instrumentaliza de forma a perceber essa *matriz colonial moderna*¹⁸, propiciando a identificação dos grupos efetivamente oprimidos (Akotirene, 2019) – tocadas por essas matrizes de opressão, sendo imprescindível “utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e ‘mulheres de cor’ na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas” (Akotirene, 2019, p. 48). A interseccionalidade permite revelar as pessoas que efetivamente são marcadas pelas matrizes de opressões, a partir das diferentes formas e caminhos delineados do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado.

Dessa forma, isso define a interseccionalidade como uma sensibilidade analítica, pois “elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxo entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais”, impedindo o “reducionismo da política de identidade” (Akotirene, 2019, p. 59).

Verificamos, assim, em relação às mulheres negras – que se encontram em situação de rua –, que suas identidades são revertidas em mães solteiras ou chefes de famílias fora dos padrões estabelecidos, rotuladas como usuárias de drogas, prostitutas ou mulheres da vida, negligentes ou incapazes de cuidar de seus filhos, entre tantas outras identidades inferiorizadas. Dessa forma, deparamo-nos com a ineficácia das políticas públicas que não atendem às especificidades dessas mulheres, revertidas em fracassos individuais, em que elas são rotuladas e taxadas, e, conseqüentemente, marginalizadas.

¹⁸ Grifo da autora.

Identificamos também, nos instrumentos protecionistas de nosso país, a performance racista e sexista, sendo primordial o uso da abordagem interseccional, visto que só assim serão capazes de combater as discriminações e as opressões feminizadas (Akotirene, 2019). Exemplificando, temos a Constituição de 1988 que assegura em seu art. 5º o direito de todas e todos serem iguais perante a lei, contudo, o que verificamos na prática é uma intervenção sexista e racista com relação à população negra, principalmente a mais empobrecida. Constatamos, ainda, que nem todo menor de idade é efetivamente identificado como um adolescente, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente assegurar tal fato, pois o racismo está presente, fazendo com que os adolescentes negros sejam transformados em menores, e os brancos, em adolescentes, quando aos negros é atribuída autoria de atos infracionais e, conseqüentemente, a aplicação de medida socioeducativa pelo juizado especializado.

Socialmente, a experiência de gênero racializada leva adolescentes a serem tratados como homens negros, com responsabilidades precoces de classe, que deram margens aos atos infracionais, às sentenças definidas e às discriminações que fluem em atenção às identidades interseccionais (Akotirene, 2019, p. 66).

Tal fato também é reproduzido quando tratamos de mulheres em situação de rua, haja vista que toda legislação de proteção social sobre o enfiletamento da violência contra as mulheres destina-se a mulheres domiciliadas. Nessa lógica, é como se as mulheres que possuem as ruas como moradia não fossem identificadas como mulheres e dignas de proteção, estando sujeitas a uma expressão tamanha de violações e violências, e sem qualquer proteção social que as ampare, por parte do Estado.

Entendemos que a abordagem interseccional é fundamental para pensar nas diferentes opressões e vulnerabilidades a que estão vinculadas o segmento social – mulheres em situação de rua –, a personalização das desigualdades de gênero, raça e classe – mulher, negra e pobre, com múltiplas violências estruturais, desamparadas e desprotegidas socialmente, na busca de respostas efetivas do Estado.

A interseccionalidade é um debate de longa data, mas foi cunhada em 1989, a partir de um texto produzido pela jurista americana Kimberlé Crenshaw, em um contexto em que as ativistas de direitos humanos haviam conseguido assegurar, nas últimas décadas, pleitos de suas lutas, permitindo “a maior inclusão do tema do abuso dos direitos relativos às mulheres e ao gênero nos discursos dos direitos humanos” (Crenshaw, 2002, p. 171). Esse fato é bastante explorado em estudos e pesquisas que envolvam a interseccionalidade.

Episódios como o discurso de Sojourner Truth (em 1851) já apresentavam em seu conteúdo elementos que demarcavam a abordagem interseccional.

O discurso “Não sou eu uma mulher”, de Sojourner Truth, teve implicações ainda mais profundas, já que, ao que parece, também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente louvaram sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres reunidas em Akron que inicialmente se opuseram às mulheres negras terem voz na convenção, e os opositores dos direitos das mulheres tentaram tirar vantagem desse racismo (Davis, 2016, p. 72).

O acontecimento do discurso de Truth denuncia o racismo do feminismo branco, bem como a necessidade da inserção da raça nas pautas feministas (Davis, 2016).

Tomando por base os estudos desenvolvidos por Angela Davis (2016) sobre o contexto das lutas feministas que precederam o conceito da interseccionalidade, nos Estados Unidos da América do século XIX, o movimento de mulheres negras destacava-se por seu compromisso com a luta contra o racismo, uma questão muitas vezes negligenciada pelos movimentos feministas de mulheres brancas de classe média. Essas últimas frequentemente se concentravam em reivindicações como direito ao voto e ao trabalho, sem considerar a realidade de trabalho duro das mulheres negras ao longo de suas vidas. No início do século XX, o feminismo negro encontrava obstáculos significativos devido à segregação social institucionalizada, excluindo homens e mulheres negras de muitos espaços, e quando permitia a entrada, frequentemente era uma inserção precária. Além de suas lutas feministas, as mulheres negras também enfrentavam a ameaça constante de linchamentos e violência racial.

A autora identificou o começo da década de 1980 como um período de potencial da terceira onda do feminismo, com um contexto oportuno para não menosprezar ou ignorar os diversos movimentos de mulheres de diferentes origens, como as *negras, latinas, indígenas, asiáticas e brancas de classe trabalhadora*¹⁹. Propondo uma *unidade multirracial*²⁰, com a ideia de unir todos esses movimentos, abarcando as questões e preocupações desses movimentos (Davis, 2016).

Foi nesse cenário que Crenshaw (2002) introduziu o conceito de interseccionalidade, afastando-se das abordagens que se baseiam em categorias monolíticas de análise ou que, no melhor dos casos, as encaram de maneira meramente somativa, compreendendo, em vez disso, que

¹⁹ Grifo da autora.

²⁰ Grifo da autora.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Conforme destacado por Crenshaw (2002), diversas razões explicam por que as experiências específicas de subordinação interseccional frequentemente não recebem a análise apropriada ou são abordadas nas concepções tradicionais de discriminação, com base em gênero ou raça.

Em muitos casos, há uma notável invisibilidade relacionada com os desafios enfrentados por mulheres marginalizadas, mesmo quando já se possui algum conhecimento sobre suas dificuldades e condições de vida. Dando sequência à conceituação, Crenshaw (2002) define que quando determinados problemas são rotulados como manifestações da subordinação de gênero, em relação às mulheres ou da subordinação racial, em relação a grupos específicos, surgem desafios duplos, envolvendo tanto a *superinclusão*²¹ quanto a *subinclusão*²². Entendendo que a superinclusão

[...] ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância (Crenshaw, 2002, p. 174).

Crenshaw (2002, p.174) exemplifica a superinclusão a partir da discussão sobre o tráfico de mulheres, concluindo que “Uma análise do tráfico totalmente integrada sugeriria que todos os fatores que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres em tal contexto sejam incluídos tanto na análise quanto nas recomendações para o tratamento do problema”, em que a perspectiva de gênero não pode ser a única a ser levada em consideração, pois questões de raça podem ser fundamentais para a análise a ser realizada.

Em paralelo, uma análise de gênero pode ser subinclusiva

[...] quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes (Crenshaw, 2002, p. 175).

²¹ Grifo próprio.

²² Grifo próprio.

Como exemplo de subinclusão, Creshaw (2002) destaca a esterilização de mulheres marginalizadas em todo o mundo, ocorrida em 1950, mas também podemos evidenciar que, em tempos atuais, não é considerada a perspectiva racial, a de classe e outros fatores, já que, efetivamente, determinados grupos específicos de mulheres estão mais propensos a vivenciar esse tipo de opressão e violência em qualquer país.

Especificamente em relação a mulheres em situação de rua, podemos exemplificar nos tempos atuais, como um caso de subinclusão, a instituição da Portaria nº 13 SCTIE/MS, de 19 de abril de 2021, do MS (Brasil, 2021), que tratava de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel em grupos específicos de mulheres, no caso, nas mulheres em situação de rua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa portaria foi revogada a partir da Recomendação nº 009, de 4 de maio de 2021, do Conselho Nacional de Saúde (2021), visto que, entre outras considerações, infringia os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, cerceando a autonomia dessas mulheres quanto à escolha de uso (ou não) dos métodos contraceptivos. As mulheres que se encontram em situação de rua não podem ser enquadradas na determinação de utilização de métodos contraceptivos específicos pelo simples fato de viverem nas ruas.

Destacamos, ainda, as contribuições teórico-críticas de Collins e Bilge (2021) em relação à interseccionalidade. Nesse sentido, a entendendo como uma ferramenta analítica a partir de uma práxis-crítica, na qual as categorias raça, gênero, classe, entre outras, são estruturas interconectadas que desempenham um papel na determinação de múltiplos fenômenos e questões sociais. Dessa forma, ressaltam a importância da pesquisa (investigação) e da aplicação crítica (práxis-crítica) como elementos centrais no uso da interseccionalidade como instrumento de análise. A aplicação prática da interseccionalidade está ligada à integração de estruturas interseccionais no cotidiano das pessoas, concluindo que “Rejeitar essa falsa divisão entre academia e ativismo, ou pensar e o fazer, sugere que a interseccionalidade como forma de investigação e práxis-crítica pode ocorrer em qualquer lugar” (Collins; Bilge, 2021, p. 52).

Vale ressaltar a valorização que as autoras demonstram ao abordar a sinergia entre esses dois extremos. Enquanto a pesquisa tem um papel central nos estudos acadêmicos e a práxis-crítica está associada aos movimentos sociais, a combinação efetiva desses dois polos resulta em um efeito conjunto que supera a soma de suas partes em separado: “No caso da interseccionalidade, a sinergia entre investigação e a práxis pode produzir novos conhecimentos e/ou práticas importantes” (Collins; Bilge, 2021, p. 53). As autoras destacam uma grande característica da interseccionalidade relacionada com a importância do conceito: “A

interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas” (Collins; Bilge, 2021, p. 57).

Ainda de acordo com as autoras, além da significativa contribuição dos diversos movimentos sociais de mulheres nos Estados Unidos da América, incluindo mulheres negras, chicanas, latinas, asiático-americanas e indígenas, para formação do conceito, é essencial enfatizar a pressão exercida por esses movimentos, assim como por outros, em prol da inclusão de indivíduos marginalizados nas instituições acadêmicas. Durante as décadas de 1980 e 1990, observamos uma transformação nos contextos institucionais desses ambientes, o que teve impactos perceptíveis na concepção da interseccionalidade, tanto no âmbito da pesquisa quanto na prática. Assim,

Nas faculdades e nas universidades, essa transição da política visível dos movimentos sociais para incorporação institucional teve implicações importantes para interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas. Muitas afro-americanas, latinas, asiático-americanas, indígenas, mulheres brancas pobres e da classe trabalhadora que se engajaram no ativismo social viram-se nas mesmas instituições que antes as excluía (Collins; Bilge, 2021, p. 105).

Por extensão, essa luta por parte dos movimentos sociais propiciou que as concepções de interseccionalidade fossem veiculadas na academia, considerando que, a partir da entrada das mulheres feministas no mundo acadêmico, transpuseram as ‘orres de marfim’²³ os ideais da política feminista, por meio de diferentes projetos do feminismo negro, e, conseqüentemente, nos quais a produção intelectual das mulheres negras estava evidenciando uma análise explicitamente interligada entre raça, gênero, classe e as relações de poder.

2.2.2 Raça, Classe, Gênero, Territorialidade e Aquilobamento no estudo de mulheres em situação de rua

Trazemos a noção de raça e de racismo por entendermos que estamos falando de uma sociedade com origem escravocrata, tendo o racismo como sua principal fundação, como veremos mais adiante.

Dessa forma, iniciamos o entendimento de raça nos reportando à abordagem de Carneiro (2023, p. 20-21), que pressupõe que “raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial [...] visto que nelas [sociedades multirraciais] raça/cor/etnia (em especial no Brasil) são variáveis que impactam a própria estrutura de classes”,

²³ Ver Santos (2006).

invisibilizando e mascarando as contradições raciais, a nosso ver, enraizadas em nosso país. Entendendo o racismo enquanto uma *pseudociência*²⁴, conforme sinaliza Carneiro (2023, p. 20-21), pois permite que a supremacia branca produza formas de exclusão social, a partir da dominação e exploração em prol das relevâncias científicas que “invalida qualquer sustentação para o conceito de raça”.

Assim, compartilhamos a noção de raça com que Carneiro (2023) trabalha, laborada por Antonio Sérgio Guimarães

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas por mais que repugne a empulhação que o conceito de “raça” permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (Guimarães, 1999, p. 11).

Carneiro conclui, portanto, que a cor “enquanto conceito racialmente definido” pode justificar as diferenças sociais estabelecidas entre pretos e brancos, podendo a partir dela “estabelecer diferenciações de raça” (Carneiro, 2023, p. 20).

A PSR em nosso país é majoritariamente negra, fazendo parte de um grupo populacional heterogêneo de nossa sociedade, com pobreza extrema, confirmando as reflexões desenvolvidas por Nascimento (2021, p. 57): “O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação”. Isso perpetua um processo de domínio social e privilégio racial, no qual negros internalizam os lugares mais inferiores na sociedade, abdicando do acesso aos espaços que sistematicamente são preenchidos pelas pessoas de cor mais clara.

Ademais, vivenciam na carne a reprodução do racismo como um instrumento de dominação e exploração social, da naturalização da inferioridade social a que pessoas pretas estão submetidas em nosso país (Carneiro, 2023; Nascimento, 2021). Fato este também sinalizado por Clóvis Moura:

O negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro, pois o interesse

²⁴ Grifo próprio.

das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto. O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. E por que isto acontece? Porque não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e complexa democracia racial, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista (1994, p. 160).

Outrossim, Guimarães (1999), reiterado por Carneiro (2023), trabalha com o conceito de racismo como “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (Guimarães, 1999, p. 11).

Carneiro (2011) salienta o racismo científico do século XIX como uma das heranças da escravidão, permitindo uma divisão e hierarquização das raças, propiciando um escalonamento entre raças superiores e inferiores, desencadeando e reproduzindo as desigualdades sociais. Ressalta as matrizes teóricas e ideológicas em disputa na sociedade: o mito da democracia racial e a perspectiva analítica da luta de classes que colocam à parte as desigualdades raciais. Ainda, chamando a atenção que ambas as ideologias têm em comum

[...] a minimização ou não reconhecimento e/ou invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas (Carneiro, 2011, p. 18-19).

Comungamos desse pensamento por entender que o racismo não pode ser abordado de forma lateral, dentro da concepção de classes, pois raça e classe são elementos sociais sobredeterminados (Almeida, 2019), estruturantes das desigualdades sociais em nosso país (Carneiro, 2011).

Entendendo um pouco mais as reflexões fundamentais que Gonzalez (2020) traz em seus estudos sobre a *neurose cultural brasileira*²⁵, a autora compreende o efeito de identificação do dominado por seu dominador, a partir do entendimento desse racismo como sintomática da neurose cultural brasileira, articulado com o sexismo, produzindo – racismo e sexismo – efeitos efetivamente violentos em relação à mulher negra em especial.

Enfatiza o ocultamento do mito da democracia racial que, de forma simbólica, exerce a violência contra a mulher negra, passando do seu endeusamento no carnaval – a mulata sedutora – que se transforma na empregada doméstica do dia a dia, ou na mucama²⁶ nos tempos da

²⁵ Grifo próprio.

²⁶ Lélia Gonzalez (2020) analisa várias definições de mucamas (Hahner, 1978; Saffioti, 1976).

escravidão, como Gonzalez (2020, p. 82) sinaliza: “constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se faz a partir da mucama”.

Cabe-nos, por hora, destacar como Gonzalez identifica classe, sendo um determinante fundamental e princípio organizativo, enquanto raça e sexo como opressões sustentadas pelo sistema capitalista. Gonzalez (2020) sinaliza a importância de caracterizar a construção ideológica do racismo e a sua concretização em práticas diferenciadas de discriminação racial, sendo perpetuado pelas pessoas que se beneficiam dele, lançando mão da proposição de Hasenbalg (1979, p. 113-114).

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução ampliada das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas – ou as outras relações de produção, no caso, são dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos.

Por outro lado, Carneiro e Gonzalez (2023) chamam a atenção para ideologia do branqueamento. Carneiro (2022) destaca que o povo de cor, negros e indígenas, nos séculos anteriores, já eram considerados incapazes, cristalizando-os nos extratos sociais mais pobres. Enquanto Lélia Gonzalez ressalta que o racismo latino-americano consegue manter negros e indígenas subordinadamente no interior das classes consideradas mais exploradas.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 131-132).

Na verdade, é fundamental olharmos para os grupos minoritários de uma sociedade, a fim de entendermos as classes em seu sentido material, por exemplo, as mulheres negras – nosso contingente de estudo –, pois essas ocupam as atividades em que estão localizadas as mais baixas remunerações, como as faxineiras, babás, empregadas domésticas, ocupando a base da pirâmide social. Especificamente em relação às mulheres em situação de rua, são cidadãs que se encontram maciçamente no trabalho informal, ocupando-se, a grande maioria, como

catadoras de materiais reciclados ou em vendas de balas e doces, visando a suas sobrevivências nas ruas.

Por conseguinte, é primordial trabalharmos com a concepção de que raça é um dos critérios de moldar as pessoas na hierarquia social, visto que, confirmando as proposições de Gonzales e Hasenbalg (2022, p. 112) já evidenciadas: “a raça se relaciona fundamentalmente a um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social”.

Dessa forma, é necessário entendermos que no Brasil, país em que há discriminações raciais, “‘classe’ pode ser compreendida como pertencendo à ordem das desigualdades de direitos, da distribuição da honra e do prestígio sociais [...] onde as classes médias não foram capazes de desfazer os privilégios sociais” (Guimarães, 2012, p. 43), sendo consideradas discriminações de classe. País que durante o capitalismo monopolista teve a população negra como a *massa marginal crescente*²⁷ e no capitalismo industrial competitivo, essa mesma população se configura no *exército industrial de reserva*²⁸ (Gonzalez, 2020), como anteriormente evidenciado.

Classe social, portanto, na sociedade brasileira, possui especificidades, alterando-se sua concepção ao longo dos séculos. De acordo com Guimarães (2012), considerando as principais correntes contemporâneas. Para a corrente marxista, “as classes fazem parte da teoria maior do materialismo histórico, como agentes que impulsionam a história. As sociedades de classes, portanto, pré-datariam as sociedades burguesas e capitalistas”, enquanto para a corrente weberiana, “restringem as classes temporalmente: elas seriam grupos sociais, ou seja, pressupõem indivíduos livres atuando em mercados” (Guimarães, 2021, p. 31), concluindo que

Na perspectiva weberiana, portanto, as classes sociais, em sua ideologia, aspiram a ser a expressão maior da liberdade e da igualdade individuais. Na versão marxista, tal igualdade é conspurcada pelo mais-valor, que fundamenta a teoria da exploração e o ideal revolucionário da sociedade sem classes (Guimarães, 2021, p. 32).

Cabe-nos reiterar que a questão de classe não pode ter primazia sobre as demais opressões, portanto, trazermos para nosso estudo as reflexões de Angela Davis quanto à forma como essas opressões – raça, classe e gênero – se entrecruzam e combinam:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É importante preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa

²⁷ Grifo próprio.

²⁸ Grifo próprio.

a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre a outra (Davis, 2016, p. 12-13).

Comungamos ainda do pensamento de Gonzalez (2020) quando afirma que determinadas análises, ao se deterem nas lutas de classes, deixam de incorporar as categorias de raça e gênero, fundamentais ao abordarmos as mulheres negras, em especial, as mulheres em situação de rua.

Não obstante, podemos afirmar que uma das contribuições mais significativas do feminismo negro é o questionamento da visão eurocêntrica, ocidental e universal das mulheres que servia de base para o feminismo predominante. O feminismo negro tem desafiado a ideia de que as experiências e perspectivas das mulheres são homogêneas, destacando a diversidade e a complexidade das experiências das mulheres de diferentes origens étnicas, culturais e sociais. Essa crítica tem sido fundamental para a construção de um feminismo mais inclusivo e sensível às realidades das mulheres não brancas e tem contribuído para a expansão e o aprimoramento do movimento feminista.

De acordo com Carneiro (2011), é possível afirmar que o feminismo negro, especialmente em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, tem o racismo como principal eixo articulador. Isso ocorre porque o racismo desempenha um papel fundamental na determinação da hierarquia de gênero nessas sociedades. O feminismo negro reconhece que as experiências das mulheres negras são moldadas de maneira única e frequentemente mais complexa devido à intersecção de raça e gênero. O racismo estrutural e sistêmico presente em sociedades latino-americanas afeta profundamente as vidas das mulheres negras, influenciando o acesso a oportunidades educacionais, emprego, cuidados de saúde, segurança e outros aspectos essenciais. Além disso, o racismo também é responsável por estereótipos e preconceitos que impactam negativamente as mulheres negras, contribuindo para a perpetuação de desigualdades de gênero.

Os feminismos negros desempenham um papel crucial na desestabilização dos pressupostos que anteriormente sustentavam o feminismo predominante. Essas interrogações não se limitam apenas à noção de mulher como uma entidade singular, mas se estendem em várias direções, uma vez que as experiências e as perspectivas das mulheres negras que o compõem são diversas. É relevante destacar que até mesmo o próprio conceito de gênero é questionado dada a sua suposta universalidade.

De acordo com Oyěwùmí, gênero, apesar de se ter a pretensão de ser universal, trata-se de um termo “particular a políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas, especialmente nos Estados Unidos” (Oyěwùmí, 2004, p. 3). Não podendo ser separado da noção de raça e classe: “Esta posição levou à insistência sobre as diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão”, e ainda, “particularmente sobre as quais as desigualdades de raça, gênero e as desigualdades de classe são evidentes” (Oyěwùmí, 2004, p. 3).

De fato, gênero é central nas teorias feministas e é usado para compreender as formas pelas quais as mulheres têm sido subordinadas e oprimidas em diferentes sociedades. No entanto, é fundamental reconhecer que o conceito de gênero não é estático, mas sim uma construção sociocultural. Gênero refere-se a expectativas, normas e papéis atribuídos às pessoas com base em sua identidade de gênero, que pode variar significativamente em diferentes culturas e ao longo do tempo. Como tal, o gênero não é universal, mas é moldado pelas normas e valores de uma sociedade específica. As pesquisadoras feministas estão cientes disso e incorporam essa compreensão em suas análises (Oyěwùmí, 2004).

Oyěwùmí (2004) desenvolveu a reflexão de que a limitação do gênero nas discussões feministas decorre, em parte, da centralidade do conceito de família nuclear²⁹ nessas abordagens. A argumentação é de que o feminismo branco tradicional frequentemente baseia suas teorias e lutas em torno da opressão das mulheres na estrutura da família nuclear que é vista como uma norma cultural e social, presumindo a existência de papéis de gênero distintos.

Metodologicamente, a unidade de análise é o lar da família nuclear, o que, teoricamente, então, reduz mulher à esposa. Porque raça e classe não são normalmente variáveis na família, faz sentido que o feminismo branco, que está preso na família, não veja raça ou classe. Assim, a categoria fundamental da diferença, que aparece como um universal a partir dos limites da família nuclear, é o gênero. A mulher no centro da teoria feminista, a esposa, nunca fica fora do domicílio. Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. O problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear. Consequentemente, sempre que mulher está presente, torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua própria presença define-a como tal” (Oyěwùmí, 2004, p. 5).

Tradicionalmente, a família nuclear é estruturada em torno dos papéis de gênero específicos, nos quais os homens são frequentemente associados às funções de provedores e as

²⁹ “A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro”, ainda, “presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela” (Oyěwùmí, 2004, p. 3-4).

mulheres são associadas às tarefas domésticas e ao cuidado das crianças. Isso cria uma divisão de trabalho baseada no gênero, em que cada membro da família tem papéis e responsabilidades claramente definidos de acordo com seu gênero (Oyěwùmí, 2004, p. 4): “Distinções de gênero são fundantes do estabelecimento e funcionamento deste tipo de família [...] o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear”. Assim, de acordo com o autor, “a mesmice de gênero é a principal fonte de identificação e solidariedade neste tipo de família” (Oyěwùmí, 2004, p. 4).

Ao relacionarmos o pensamento de Oyěwùmí (2004) com a PSR, estamos diante de um grande desafio aos papéis de gênero que tradicionalmente são compostos. Assim teríamos, por um lado, os homens em uma posição contrária àquela esperada por eles, como provedores da família, e por outro, a mulher em um espaço público – contrário ao esperado, que seria o privado – e rotuladas como incapazes de desempenharem sua função de cuidadora de sua prole, não exercendo, assim, a função caracol, a de carregar a casa em torno de si mesma; expectativa esperada em relação as mulheres. De fato, gênero no presente estudo deve ser pensado para além dos estreitos limites da família nuclear.

Akotirene (2019) lembra que uma tarefa de grande magnitude que as epistemologias africanas enfrentam é a necessidade de criticar abertamente teorias diaspóricas negras que fundamentam conceitos feministas e estudos de gênero em categorias ocidentais, frequentemente construídas de maneira simplista, binária e centradas na família nuclear, perpetuando a ideia de que o masculino é invariavelmente superior, como os estudos da pesquisadora nigeriana Oyěwùmí (2004) pontuam. Destaca a importância de reconhecer e abordar as consequências psicológicas e culturais dos povos que foram colonizados, especificamente no contexto africano. Ela argumenta que a colonização não apenas envolveu opressão política e econômica, mas também resultou na perda de significados espirituais, linguísticos e cosmológicos tradicionais para muitos povos africanos.

Oyěwùmí (2004) sugere que o feminismo, ao abordar a produção do conhecimento, a partir das categorias africanas, é um chamado para reconhecer e valorizar as perspectivas locais e epistemologias africanas, na análise das questões de gênero e opressão. Isso envolve considerar as maneiras pelas quais as tradições e a história africana moldam as relações sociais, incluindo as relações de gênero. A ideia de que a antiguidade modela interconexões nas relações sociais refere-se ao reconhecimento de que as raízes culturais e históricas desempenham um papel fundamental na compreensão das dinâmicas contemporâneas. Ao reconectar o conhecimento ancestral e as epistemologias africanas, argumenta que é possível enriquecer o

feminismo e outras perspectivas acadêmicas, oferecendo uma compreensão mais completa das experiências das mulheres e das dinâmicas de gênero, em contextos africanos e diaspóricos. Essa abordagem destaca a importância de valorizar a diversidade de perspectivas culturais e locais no feminismo, e de considerar as implicações da colonização no entendimento das questões de gênero (Akotirene, 2019).

Delineadas algumas reflexões sobre raça/racismo, classe e gênero, chegamos à discussão sobre territorialidade, considerando a importância desse eixo de subordinação para o nosso objeto de estudo.

Ao pensarmos em trabalhar a noção de territorialidade, partimos inicialmente do conceito de território de Santos (2007), em que, de acordo com estudos nessa área, podemos afirmar que sua a visão de território é complexa e interdisciplinar, refletindo sua formação em geografia, bem como sua influência do pensamento estruturalista e do materialismo histórico.

Assim, destacamos dois dos principais aspectos do entendimento de Santos sobre o território. I) como sistemas de objetos e sistemas de ações, uma vez que Santos concebe o território como uma entidade dinâmica que não se limita apenas a uma área geográfica física. Ele entende que o território é composto por sistemas de objetos (elementos materiais, como edifícios, estradas, recursos naturais) e sistemas de ações (ações humanas, como atividades econômicas, políticas e sociais). Dessa forma, “Território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza, a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2007, p. 13). II) como territorialidade: Santos enfatiza a importância das diferentes formas de territorialidades na construção do território. As pessoas, os grupos sociais e as instituições exercem suas territorialidades ao usar e apropriar o espaço de maneiras específicas, moldando o território de acordo com seus interesses e necessidades.

O território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem de ser entendido como *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. **A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.** O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, as trocas do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise nas disciplinas históricas, como a geografia. É o *território usado* que é uma categoria de análise (Santos, 2007, p. 14, grifo próprio).

Santos (2007) define a identidade como algo complexo e multifacetado; não sendo estática, mas sim um processo em constante evolução e transformação, portanto, continuamente em construção e reconstrução. A identidade não é algo fixo e predeterminado, ela é uma

construção social e cultural que se desenvolve ao longo do tempo. Isso significa que as identidades podem mudar e evoluir à medida que as pessoas e as comunidades interagem com seu ambiente e com outras culturas.

A relação entre as pessoas e o espaço geográfico molda sua identidade e como elas se relacionam com o mundo ao seu redor. O autor entende a afirmação da identidade como uma forma de resistência contra as forças de homogeneização cultural e social, argumentando que a valorização da identidade cultural era uma maneira de as comunidades se oporem ao imperialismo cultural e econômico, mantendo sua singularidade e autenticidade (Santos, 2007).

Santos (2000) vê a identidade como uma ferramenta para a resistência e como uma forma de as pessoas e as comunidades afirmarem sua singularidade em um mundo globalizado. Ele também enfatiza a importância da globalização e da dominação espacial na compreensão do território contemporâneo. Argumenta que o território é moldado por forças globais, como o capitalismo, mas também é um campo de luta no qual as pessoas podem buscar transformações e resistir a essas forças.

É nessa visão de luta que trazemos também para o presente estudo o quilombo, como um princípio ideológico, propiciando a base da identidade cultural negra, pois “o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional” (Nascimento, 2021, p. 167).

Assim, privilegiamos, dentro das produções de intelectuais negros(as) sobre quilombo (período de 1970 a 1980), Nascimento (2021, 109) que apresenta quilombo, assim como as favelas, como “Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros”. Entendemos não só a importância do olhar historiográfico, por parte da autora, colocando que o protagonismo do negro é fundamental para reconstruir uma história mais precisa e justa, reconhecendo, dessa forma, a complexidade das experiências humanas e desafiando as estruturas de racismo que persistem até os dias de hoje; como também pelo enfoque que Nascimento dá à exploração sexual sofrida pela mulher negra e seu papel enquanto força de trabalho, e, conseqüentemente, a relação dessa discussão com o nosso estudo sobre as mulheres em situação de rua.

Assim, a autora discorre sobre os quilombos

Numerosas foram as formas de resistência que o negro conservou ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista desses movimentos que, no âmbito “doméstico” ou social, se tornam mais fascinantes quanto mais se apresenta sua variedade linguístico, religiosos, artístico, social, político, de hábitos, gestos etc.[...] Trata-se do quilombo (*Kilombo*), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (Nascimento, 2021 p. 153).

A noção de quilombo estabelecida por Nascimento vai além da interpretação estrita de um espaço geográfico, ocupado por negros, durante o período escravista – embora os quilombos tradicionalmente tenham sido entendidos como comunidades de escravizados fugitivos, que estabeleceram assentamentos independentes nas regiões remotas do Brasil colonial. Assim, sugere que o conceito de ‘quilombamento’ diverge das abordagens metodológicas convencionais da historiografia sobre quilombos, entendendo o ‘quilombamento’ como um tipo de resistência cultural, política e social dos afrodescendentes em nosso país e em outras partes do mundo (Nascimento, 2021).

Dessa forma, de acordo com Nascimento, os quilombos, *embora transmutados*³⁰, sobrevivem até os dias de hoje. Mesmo que oficialmente a instituição dos quilombos tenha terminado com a abolição da escravatura, o conceito de quilombo ainda persiste de maneira transformada na sociedade, especialmente em contextos de resistência e enfrentamento das desigualdades e opressões. Apesar de a nomenclatura e de as condições específicas terem sido alteradas, o espírito de resistência e o enfrentamento, enquanto segmento populacional marginalizado racial e socialmente, ainda estão presentes. A referência às favelas e áreas periféricas das cidades é um exemplo importante desse fenômeno. Muitas vezes, as populações negras e outras minorias étnicas ou oprimidas são concentradas em áreas urbanas marginalizadas – como os locais de concentração de PSR – devido a uma série de fatores, incluindo discriminação racial, econômica e social. Nessas áreas, as pessoas continuam a enfrentar desafios socioeconômicos, falta de acesso a serviços básicos e oportunidades, e, muitas vezes, a exposição a formas de violência e discriminação (Nascimento, 2021).

É neste viés que apontamos a noção de quilombamento por parte da PSR, como a utilização de um espaço geográfico no qual essa população se agrupa, uma vez que se identifica como *pessoas que fazem das ruas seu local de moradia e sobrevivência*³¹, resistindo e permanecendo juntos, demarcando uma territorialidade. Local onde cotidianamente podemos observar a organização coletiva dessa população, o autocuidado, a construção e o fortalecimento de laços afetivos, a luta pela sobrevivência, e até a luta política, bem como a construção de novas histórias de vida dessa população. Nessa perspectiva, o quilombamento da PSR representa a resistência ativa, o fortalecimento na luta para sobrevivência nas ruas diante das violações e violências vivenciadas e naturalizadas no seu dia a dia.

³⁰ Grifo próprio.

³¹ Grifo próprio.

2.2.3 A naturalização das violências junto à população em situação de rua – Violência Estrutural e o Processo de Rualização

Para iniciarmos esta discussão, partimos da apresentação do conceito de violência. Chauí (2019, p. 35-36) a conceitua dividindo em cinco aspectos

Etimologicamente, “violência” vem do latim *vis*, força, significa: 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror.

Entendendo que a violência possui uma dimensão física, psíquica e simbólica, Chauí (2019) compreende também a violência como qualquer forma de ação, pensamento e sentimento que reduz uma pessoa à condição de coisa, tratando o outro não como um ser humano, mas como um objeto manipulável. Essa abordagem ampliada da violência enfatiza que as dinâmicas de opressão, dominação e exclusão não se limitam a contextos específicos, como a criminalidade, mas permeiam diversas esferas da sociedade. A violência, portanto, é vista como uma forma de relação social, manifestando-se em interações cotidianas, estruturas institucionais e práticas discriminatórias, marginalizando e desumanizando certos grupos (Chauí, 2019).

Fazendo uma relação das concepções de violência com nosso estudo, as mulheres em situação de rua vivenciam no seu cotidiano uma gama de violações de seus direitos, enquanto cidadãs e mulheres, sofrendo violências físicas, psíquicas e simbólicas.

Demais estudos na área de violência, como o de Barroso (2021, p. 398), afirmam que

Apesar de não ser uma marca específica da sociedade contemporânea, posto que acompanha a história desde seus primeiros registros, a cada tempo a violência torna-se visível em formas e circunstâncias particulares, e desempenha funções diversas nos distintos modos de produção e organização social.

Conclui em seu estudo que a análise, a compreensão e a conceituação da violência são, de fato, uma tarefa desafiadora devido à sua natureza polissêmica, significando que ‘violência’ pode ter diversas definições em diferentes contextos e para pessoas diferenciadas. Além disso, a percepção e a prática da violência podem variar amplamente de acordo com o tempo e o contexto cultural, social e político (Barroso, 2021).

A autora também aponta questões determinantes para existência da violência estrutural, em que a normalidade e a impessoalidade se apresentam como particularidades dessa violência. Segundo a autora, “Diz respeito à forma como a sociedade se organiza, as cidades se estruturam, ou seja, como se dá a produção e a reprodução da vida. *É a própria violência como modo de vida*”³² (Barroso, 2021, p. 399).

Ainda, o autor Miguel (2015, p. 33) define que “a violência estrutural é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sociais; é invisibilizada porque, ao contrário da violência aberta, não aparece como uma ruptura da normalidade”. Nesta mesma linha, Bozza (2016) pondera que a violência estrutural é uma forma de violência que, embora possa ser impessoal manifesta-se nos “comportamentos individuais ou institucionais que negam as necessidades humanas reais” (Bozza, 2016, p. 3).

Podemos observar, a partir do estudo desenvolvido por Barroso, que esses autores apresentam consenso em relação a impessoalidade da violência estrutural, contudo, “são distintas as formas de apreensão da sua relação com a estrutura social e suas expressões, que vão desde abordagens estrutural-funcionalistas até as perspectivas que se fundamentam na teoria crítica” (Barroso, 2021, p. 399).

A violência estrutural é muitas vezes insidiosa e sutil, o que a torna ainda mais desafiadora de identificar e combater. Ela está enraizada em estruturas sociais, econômicas e políticas, e muitas vezes é perpetuada como um estado natural das coisas.

[...] a desnaturalização da violência estrutural implica um processo de questionamento às relações sociais historicamente determinadas. A tarefa é complexa, pois essa violência se reveste de um caráter não violento e induz a sua apreensão como sendo um estado natural das coisas (Barroso, 2021, p. 402).

Identificamos a sutileza da violência estrutural nas mulheres em situação de rua no que tange a direitos básicos enquanto cidadãs, por exemplo, ao não acesso a banheiros públicos que garantam a privacidade dessas mulheres para suas necessidades fisiológicas e higiene pessoal, sendo encarado como natural que mulheres em situação de rua não tenham o direito à privacidade de seu corpo, e não como uma forma de violência. É naturalizado que mulheres em situação de rua não necessitem de privacidade, portanto, ter acesso a banheiros públicos, pois suas necessidades fisiológicas e higiene pessoais podem ser realizadas a céu aberto, em qualquer espaço, sendo insidiosa e sutil essa forma de violência.

³² Grifo próprio.

É importante compreender a violência estrutural como uma expressão das contradições entre aqueles que buscam manter privilégios e poder e aqueles que resistem à exploração e à opressão resultantes dessas estruturas de dominação. Essas estruturas de dominação podem ser econômicas, políticas, sociais, raciais ou de gênero, entre outras (Barroso, 2021).

A violência estrutural está ligada a sistemas de dominação, como o patriarcado, o racismo e o capitalismo, que moldam a sociabilidade atual, sendo muitas vezes uma ferramenta para manter essas estruturas de poder. A opressão e a exploração estão entrelaçadas com a violência estrutural à medida que as estruturas sociais mantêm desigualdades sistêmicas. Assim, o autor apresenta a análise da “violência como um fenômeno estrutural e estruturante da sociedade patriarcal-racista-capitalista” (Barroso 2021, p. 398).

Desigualdades sistêmicas que são perceptíveis quando nos debruçamos sobre o processo de realização da população que se encontra em situação de rua, na qual implicitamente a violência estrutural está presente. Assim, entendendo a realização como um processo, temos o cerne do conceito de processo de realização nos estudos de Prates; Prates; Machado (2011, p. 194).

O termo processo de realização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas.

O processo de realização é caracterizado quando se inicia o acesso à rua, mesmo temporariamente, por parte dos segmentos da população que fazem do espaço da rua a sua forma de sobrevivência e existência, assim como referência de moradia, de acordo com estudos na área, como de Machado (2012).

Estudos como os de Machado (2012) apontam uma relação direta entre o tempo de institucionalização e o distanciamento do convívio comunitário, principalmente nos serviços do nível de alta complexidade. De acordo com a autora, essa relação é um fator que contribui para que o processo de realização se cristalize. Machado (2012) sinaliza que, a partir do processo de realização desse segmento populacional, as necessidades dessas pessoas implicarão o tipo de serviços a serem ofertados, que, muitas vezes, fazem com que essa população fique apenas submetida a essa ação, não propiciando efetivamente um processo emancipatório desses sujeitos. O nosso entendimento é de que pessoas que apresentam um longo processo de realização necessitam de serviços que promovam o seu protagonismo, de forma que assegurem

e processo emancipatório e que não fiquem reféns das ações destinadas a eles nas unidades de acolhimento institucional (abrigos).

A autora ainda enfatiza o caráter estrutural do processo de rualização, visto que esses sujeitos

[...] vão sendo constantemente levados a viver as tragédias das desvinculações ocupacionais e a não fixação no mundo do trabalho. Assim, fere-se a identidade social, impossibilita-se a ascensão social e principalmente a transformação efetiva dessa condição, por se tratar de um processo que não tem caráter pontual, mas sim estrutural (Machado, 2012, p. 56).

Dessa forma, é fundamental a percepção da rualização como um processo em movimento, para que se possa realizar um trabalho efetivo com a população que se encontra em situação de rua, e, conseqüentemente, em processo de rualização. Nesse contexto, os serviços públicos ofertados a essa população devem contemplar esse movimento do processo de rualização de acordo com diferentes níveis (do processo de rualização) a que essa população está inserida, atuando de forma efetiva, deixando de lado práticas estigmatizadoras e estagnadas, permitindo ações que fortaleçam a prevenção e diminuam as vulnerabilidades sociais a que população está sujeita (Machado, 2012).

Outrossim, cabe evidenciar que temos utilizado as expressões ‘população em situação de rua’, ‘pessoa em situação de rua’, ‘mulheres em situação de rua’, pois entendemos ser esta uma condição temporária da população, da pessoa ou das mulheres. Estamos trabalhando, portanto, com a concepção de Prates, Prates e Machado (2011), *quanto à condição de estar na rua*³³ como um processo, não sendo um estado definitivo em relação a essa população/pessoa/mulher. Dessa forma, entendemos que esses segmentos populacionais vivenciam a condição de estar situacionalmente vivendo nas ruas, não sendo uma pessoa da rua, posto que nenhuma pessoa é da rua.

Alguns estudos, como de Cinacchi (2023), apresentam um histórico sobre as terminologias utilizadas em relação à PSR, assim como a construção lexical da expressão população ou pessoa em situação de rua.

Assim, é importante ressaltar nosso posicionamento quanto ao uso dessas expressões, e, para tanto, utilizando “população/pessoa/mulher em situação de rua”, considerando a gama de preconceitos e estigmas impregnados em demais nomeações utilizadas em relação a essa população, como mendigos, pedintes, moradores de rua, drogaditos, entre outras.

³³ Grifo próprio.

3 A TESSITURA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

*15 de junho... Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. [...] A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmolas e assim vão vivendo. [...] Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia:
– Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!
Penso: Será que ela procurou a Legião Brasileira ou o Serviço Social? Ela devia ir nos palacios falar com os manda chuva (Jesus, 1960, p. 56).*

Viver nas ruas, por si só, constitui-se um estado de total desproteção social. É um processo estigmatizante, uma vez que, apesar dessa condição causar comoção em algumas pessoas, a grande maioria não deseja ver ou conviver com pessoas em situação de rua, seja nas vias públicas – em uma total precarização de seus direitos básicos enquanto cidadãos –, seja nas vizinhanças – com as instalações de abrigo em áreas residenciais, permitindo algum nível de proteção social à população que faz da rua sua referência de moradia e de sobrevivência.

Dessa forma, o presente capítulo aborda o processo de construção de políticas públicas para a PSR. Trazemos o entendimento sobre proteção social e, conseqüentemente, sobre a necessidade de uma política de proteção social para a PSR. Na sequência, destacamos o contexto histórico e político em nível nacional, que propiciou a entrada da temática da PSR na agenda governamental, considerando a preocupação do Estado em relação ao fenômeno da PSR no país.

Posteriormente, abordamos o processo democrático de construção da política nacional para a PSR, enquanto uma política pública, com a efetiva participação dos movimentos sociais da PSR nesse processo. Também trabalhamos nosso entendimento da necessidade de o Estado construir políticas públicas para o enfrentamento das expressões da questão social, como a PSR; bem como a análise do conceito de PSR contido no Decreto nº 7.053/2009, e os princípios da PNPSR; além dos arts. 2º, 3º, 4º, 6º e 8º da PNPSR, considerando tratar-se de uma política pública social voltada para a PSR em todo território nacional (Brasil, 2009).

Dando sequência, tratamos das diretrizes de políticas públicas para o segmento das mulheres em situação de rua, trazendo a Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 do MDS e MS (Brasil, 2016) e a Resolução nº 40/2020 (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2020) sobre os direitos das mulheres, além de alguns estudos conclusivos sobre as políticas públicas voltadas para mulheres em situação de rua em nosso país.

Finalizando, tratamos das principais ações e atos do atual governo federal ao longo do ano de 2023 em relação à PSR para efetivação da PNPSR, traçando algumas análises dessas ações.

3.1 A (des)proteção social da população em situação de rua

É importante resgatarmos que o fenômeno da PSR é datado de muito tempo, desde o surgimento das primeiras cidades (Carvalho, 2002; Bursztyn, 2003); fato este sempre demarcado em estudos sobre essa temática. Contudo, nas sociedades capitalistas, esse fenômeno é potencializado, em que as desigualdades sociais e a pobreza se apresentam de forma mais acirrada. Compreendendo que a PSR não tem acesso a condições mínimas de sobrevivência, é fundamental algum nível de proteção social, entendendo proteção social com “o sentido de proteção (*protectione*, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração”. Ainda, “A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo”. Assim, “Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais” (Sposati, 2007, p. 21).

Dessa forma, podemos entender que toda e qualquer sociedade sempre necessitou de um sistema de proteção social em relação a sua população. Para tanto, é necessário destinar recursos financeiros e esforços em prol dessa finalidade, variando à forma desse sistema de proteção de acordo com o grupo social a que se destina, assim como o contexto histórico e cultural, o que nos permite dizer que tal fato caracteriza uma dimensão de poder, de acordo com Di Giovanni (1998). Ademais, entendendo como sistemas de proteção social “as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. Ainda, incluindo “neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais [...], quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social” (Di Giovanni, 1998, p. 10).

Ainda com base em Di Giovanni (1998), conforme os critérios estabelecidos para alocação dos recursos a esse sistema de proteção social, caracterizam-se três tipos de modalidade – a tradição, a troca e a autoridade. A tradição, envolvendo valores sociais, seja por meio da caridade/filantropia, seja da solidariedade, entre outras formas. A modalidade de troca, envolvendo práticas econômicas que podem variar desde a forma mais simples até as relações vinculadas ao mercado. Já na modalidade com base na autoridade, temos o Estado como

regulador e gestor das relações estabelecidas. O autor aponta que os sistemas de proteção social que mais se destacaram nas últimas décadas tiveram como base as sociedades capitalistas europeias, tendo o Estado como implementador e gestor desses sistemas. Desse modo, ao assumir os sistemas de proteção social, o Estado gerencia as alocações de recursos a esses sistemas, legitimando a proteção social perante a sociedade e traduzindo ações mediante políticas de caráter social (Di Giovanni, 1998).

Assim, pensar em formas de proteger uma população totalmente desprovida de suas condições básicas de mínimos sociais demanda pensar em uma política de proteção social para esse segmento populacional. Para isso, é necessário trazer o entendimento de que uma política de proteção social “compõe o conjunto de direitos de civilização de uma sociedade e/ou o elenco das manifestações e das decisões de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros”. Entendendo que, “Ela é uma política estabelecida para a preservação, a segurança e a dignidade de todos os cidadãos” (Sposati, 2007, p. 453).

Resgatando a história de PSR no Brasil, é importante destacar o histórico higienista com que o Estado sempre tratou a PSR em nosso país; concomitantemente, as ações caritativas sempre estiveram presentes por parte da sociedade civil. No entanto, o debate político e público sobre PSR se deu a partir de um encontro internacional paralelo à Cúpula Mundial do Meio Ambiente (Rio-92) ocorrida em São Paulo, no ano de 1992. Até então, as ações de cuidados voltadas para essas pessoas eram de cunho religioso, caritativo, conforme já mencionado. As primeiras Organizações Não Governamentais (ONG) religiosas incluíram a PSR em sua agenda, como a Organização de Auxílio Fraternal (OAF) e, em seguida, a Pastoral do Povo de Rua, ligada à Igreja Católica, adensando as discussões sobre a PSR (Sposati, 2009).

Com o crescente de pessoas em situação de rua e o não atendimento a todas as demandas de sobrevivência dessas pessoas, surgiram movimentos articulados de apoio a essa população, sem qualquer participação do poder público. Os catadores de materiais reciclados se organizaram constituindo uma associação, posteriormente, uma cooperativa, e, em sequência, constituíram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados (MNCR). Várias iniciativas foram sendo implementadas, algumas em parceria de diferentes grupos com universidades, desencadeando pressões por parte dessas entidades ao poder público em prol de uma política pública voltada para a PSR – culminando na construção do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e em ações como a Semana Ecumênica do Menor (entre os anos de 1981 e 1992), permitindo um maior aprofundamento e ampliação do debate político sobre a necessidade de ações para a PSR.

Apesar da promulgação da Constituição Federal de 1988, assim como a incorporação da Assistência Social como um direito social, o Estado continuou omissivo quanto a assegurar ações públicas por meio de uma política efetiva para a PSR naquele contexto. Evidenciava-se a necessidade de atividades que preservassem a população que se encontrava nas ruas, desenvolvendo serviços e ações que protegessem essa população de forma vigilante, preservacionista, proativa, evitando que alguma assolação viesse a ocorrer em torno dessa população tão (des)protegida socialmente.

3.2 Contextualizando a entrada da política nacional para a população em situação de rua na agenda governamental

A luta por dignidade e melhores condições da PSR tem como marco a década de 1980, que culminou, somente no ano de 2009, na PNPSR, quando da entrada desse segmento – PSR – na agenda governamental³⁴, de acordo com estudos³⁵ desenvolvidos sobre essa temática.

Dialogando com as abordagens realizadas por Senna e Reis (2022) sobre esse contexto, e considerando a incorporação do segmento PSR no cenário nacional, como sujeitos sociais, “a construção de uma política nacional para a população em situação de rua na perspectiva da inclusão social só irá compor a agenda governamental na segunda metade dos anos 2000”, tendo destaque “o movimento das pessoas em situação de rua e a atuação do próprio governo federal, em especial por meio do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS)” (Senna e Reis, 2022, p. 76).

Ainda sob a luz desse estudo, alguns dados corroboraram as primeiras ações governamentais voltadas para a PSR, baseadas nos direitos sociais naquele contexto, como: o crescimento da desigualdade social e da pobreza; e o número expressivo da PSR, que, por sua vez, vinha se mobilizando e organizando, a partir dos anos de 1970, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da Igreja Católica, pelas Pastorais, estimuladas pela Teologia da Libertação. Para além desses elementos, no país, alguns municípios tiveram novos gestores com perfil político mais progressista, e perante o novo modelo instituído pela Constituição Federal de 1988 – com base na descentralização político-administrativa –, os municípios passaram a receber dotação orçamentária para execução de políticas públicas (Senna; Reis, 2022). Destacam-se nessa época cidades que apresentaram as primeiras ações

³⁴ Não trataremos no presente estudo sobre o referencial teórico do modelo de múltiplos fluxos. Para maior aprofundamento, ver Kingdon (1995).

³⁵ Ver Machado (2017) e Nascimento (2019).

com enfoque nos direitos sociais da PSR, como: São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre³⁶.

Outrossim, considerando a nossa inserção como profissionais no quadro da PCRJ/SMDS desde 1987, que compartilhamos na introdução da presente tese, passamos a apresentar as primeiras ações para a PSR na agenda governamental em nível municipal, na cidade do Rio de Janeiro, como forma de ilustrar na prática a implantação dos serviços para essa população. Por conseguinte, podemos afirmar que essas primeiras ações para a PSR se iniciaram de forma pontual e fragmentada, a partir da realidade identificada, entre as décadas de 1980 e 1990. Foram ações voltadas inicialmente para o segmento de crianças e adolescentes em situação de rua – os meninos de rua –, na SMDS, que, em 1994, assumiu a pasta da política de assistência social no município do Rio de Janeiro diante de todo um contexto sociopolítico e da promulgação da LOAS.

No ano de 2002, oportunamente, tivemos acesso, por meio da PCRJ, às ações desenvolvidas na cidade de São Paulo para a PSR, que, à época, destacavam-se em nosso país, sendo referência para implantação dos serviços na cidade do Rio de Janeiro. A secretária municipal de assistência social era Aldaíza Sposati na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), sendo apresentado, na ocasião, o plano recém-elaborado de ações para a PSR na cidade de São Paulo³⁷, além das instalações físicas das unidades para atendimento desse segmento populacional naquele município. Senna e Reis (2022) destacam em seu estudo as ações vanguardas em relação à PSR, ainda na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) em São Paulo, que “realizou o primeiro estudo qualiquantitativo³⁸ do perfil socioeconômico dessa população e, desse modo, trouxe subsídios à construção de políticas públicas municipais dirigidas a esse segmento” (Senna e Reis, 2022, p. 75). Assim como a Lei Municipal nº 12.316/1997, de autoria da então vereadora Aldaíza Sposati, conferindo ao poder público a responsabilidade do atendimento das necessidades da PSR (São Paulo, 1997).

Estudos sobre a PNPSR apontam o contexto político e histórico da entrada da temática sobre a PSR na agenda governamental³⁹. Assim, de acordo com Nascimento (2019, p. 22), “A existência de uma política nacional para a população em situação de rua implica em que houve [...] um contexto histórico e político que possibilitou que o fenômeno da situação de rua fosse

³⁶ Ver Barbosa (2018) e Machado (2017).

³⁷ Tratava-se de portfólio da Secretaria Municipal de Assistência Social que congregava toda a proposta das ações voltadas para a PSR em São Paulo.

³⁸ Título: Contribuyó a la producción de argumentos para el combate contra la discriminación y estigmatización social que enfrentán estas personas (Ferro, 2011).

³⁹ Barbosa, 2018; Nascimento, 2019.

reconhecido como um problema merecedor da atenção do Estado brasileiro”, e conseqüentemente, “pudesse ser absorvido pela agenda governamental merecendo assim o interesse e produção de respostas por parte da gestão pública do País”.

Em pesquisa elaborada por Barbosa (2018), é apresentado quadro com as principais iniciativas do governo federal à ocasião, demarcando acontecimentos que propiciaram a instituição da PNPSR. Dentre eles, destacamos: Luiz Inácio Lula da Silva, o então Presidente da República do Brasil, no ano de 2003, teve a iniciativa de passar o Natal com os catadores de material reciclável e com pessoas em situação de rua; no ano de 2004, foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assegurando a cobertura da Assistência Social para a População em Situação de Rua; no ano de 2005, foi realizado o I Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua; no ano de 2005, foi promulgada a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS e estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à PSR; no ano de 2006, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), objetivando a elaboração estudos e a formulação de políticas públicas para a inclusão social da PSR; nos anos de 2007 e 2008, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua; no ano de 2009, foi realizado o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua; também no ano de 2009, foi estabelecido o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a PNPSR e a criação do CIAMP-Rua; no ano de 2010, a Instrução Operacional (conjunta SNAS e SENARC nº 07) que estabelece orientações para os municípios e para o Distrito Federal visou à inclusão de pessoas em situação de rua no CadÚnico.

Destacamos ainda outro fato, violento e desumano, que propiciou a entrada da PSR na agenda governamental – o Massacre da Sé, atentado ocorrido entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, na escadaria da Catedral da Sé, na região central de São Paulo. Machado (2020) ressalta esse fato como o evento foco (Kingdon, 1995), enaltecendo a necessidade de a PSR entrar na pauta das políticas públicas. Essa chacina originou o Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua.

De acordo com Senna e Reis (2022) e demais estudos⁴⁰, a entrada da PSR na agenda governamental e, conseqüentemente, a instituição da PNPSR no Brasil tiveram como marcos a organização e a mobilização desse segmento populacional, bem como a articulação das organizações da sociedade civil e as alterações administrativas na esfera pública federal.

⁴⁰ Ferro (2011); Machado (2017); Barbosa (2018); Nascimento (2019); Cinacchi (2023).

Partilhamos do pensamento de Nunes; Senna; Cinacchi (2022, p. 25) de que “as ruas simbolizam palcos de lutas e resistência, representam espelhos de múltiplas manifestações das relações sociais, sobretudo, no reflexo por sobrevivência”, pois “São as ruas que refletem as tramas mais simbólicas de reprodução da sociedade e das mais variadas expressões humanas”. Dessa forma, “compreender a população em situação de rua requer considerá-la na sua heterogeneidade e na multiplicidade de suas necessidades” (Nunes; Senna; Cinacchi 2022, p. 25).

A luta por sobrevivência é um marco na história da PSR, tendo a resistência como elemento fundamental na entrada dessa população na agenda governamental, assim como na construção da PNPSR no Brasil.

3.3 A construção de uma política pública para a população em situação de rua

A partir de meados dos anos 2000, ocorreram alterações no contexto de assistencialismo, marcado pela ausência de orientações e diretrizes do Estado, e entramos em uma nova era em que se iniciou uma interlocução entre a PSR e o governo federal, com políticas públicas nas quais é garantida a inserção desse segmento populacional com a participação e o controle social, destacando-se a instituição da PNPSR (Barbosa, 2018).

Alijada de toda e qualquer política pública em nível nacional⁴¹, a PSR esteve, até a década de 1990, sob os cuidados das instituições religiosas que prestavam assistência a essa população, já que não era identificada na perspectiva da pessoa como sujeito de direitos. O contexto era de mobilização dos movimentos sociais e de entidades que assumiram a luta dos direitos da PSR, liderados pela Pastoral do Povo da Rua, propiciando ações como o Fórum Nacional sobre População de Rua (1993), o 1º Grito dos Excluídos (1995), o 1º Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis e a Marcha do Povo da Rua (2001) (Rodrigues, 2018).

É importante resgatarmos que a PNPSR demarcou um momento ímpar não só pela instituição de uma nova relação Estado-PSR, com um modelo de atenção alicerçado em um sistema de proteção social, como também o processo democrático que envolveu a própria construção dessa política, com a participação efetiva de pessoas com trajetória em situação de rua nessa construção. (Barbosa, 2018; Cinacchi, 2023; Ferro, 2011; Machado, 2017; Nascimento, 2019; Rodrigues, 2018; Senna; Reis, 2020).

⁴¹ Existiam ações pontuais em São Paulo e em Belo Horizonte.

A elaboração da PNPSR foi realizada por meio do GTI, conforme já sinalizado, instituído pelo Decreto nº 5.948 de 25 de outubro de 2006, no governo de Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi composto pelos seguintes órgãos: MDS; Ministério das Cidades; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; MS; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Justiça. Além da participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Defensoria Pública da União (DPU), com a participação da sociedade civil organizada, por meio do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), representantes da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social – CONGEMAS, de acordo com estudos de Rodrigues (2018) e Silva (2023) sobre essa temática. Como Cinacchi (2023, p. 97) destaca, “A Política Nacional para a População em Situação de Rua se configura em uma expressão dos processos de disputa política engendrados na arena de formulação de políticas públicas, tendo uma expressiva participação de movimentos sociais”.

Diante de toda realidade evidenciada, a PSR “torna-se alvo de políticas públicas dentro de um sistema de proteção social”. Desta forma, “indicamos que a PNPSR é um instrumento legal criado para atender às necessidades da PSR, utilizando-se de propriedades intersetoriais e integradas às políticas de seguridade social brasileira no objetivo de enfrentar a Questão Social” (Machado, 2020, p. 103).

Nessa perspectiva, parte-se do entendimento da PSR como uma expressão da questão social, cabendo ao Estado o enfrentamento dessas expressões, mediante ações da implementação de políticas públicas. Além disso, trabalhando com a compreensão de que as políticas públicas visam assegurar os direitos sociais da população e que são decorrentes das relações estabelecidas entre o Estado e a própria sociedade, em um campo de disputa entre esses atores. Ainda, tendo o entendimento de políticas sociais como políticas públicas com base em Pereira (2008), pois partimos do entendimento que as políticas sociais são partes integrantes das políticas públicas, desempenhando, ambas, papéis fundamentais para minimizar as desigualdades sociais.

Retomando a elaboração e o contexto da política nacional, é importante destacar a mobilização ocorrida não só por diferentes segmentos da sociedade como também o desprendimento de recursos, diante do fenômeno crescente do número de pessoas em situação de rua no país. Várias iniciativas impulsionadas pelo MDS foram realizadas objetivando a contagem da PSR no cenário nacional, sendo realizadas pesquisas e censo demográfico, bem como amostragem de PSR. Desse modo, destaca-se a Pesquisa Nacional sobre População em

Situação de Rua realizada em 2007-2008 que subsidiou a formulação da PNPSR. Trata-se da única pesquisa nacional⁴² para a PSR desenvolvida até os dias atuais.

Em 23 de dezembro de 2009, foi instituída a PNPSR⁴³, pelo então Presidente Lula, por intermédio de ato solene, envolvendo um número significativo de pessoas em situação de rua, movimentos sociais e catadores de material reciclados.

A PNPSR deveria ser desenvolvida a partir da articulação entre governo federal e municípios, de forma descentralizada, tendo como um de seus objetivos “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (Brasil, 2009b). Outrossim, garantindo que a PSR tivesse acesso às diferentes políticas públicas sociais, evidenciando o esforço do Estado em delinear diretrizes visando à garantia de direitos preconizados pela Constituição Federal de 1988.

Ao analisarmos a PNPSR, inicialmente, destacamos o conceito e a definição de PSR. Em seu parágrafo único, diz: “considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular”, e ainda que “utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Brasil, 2009a).

Um primeiro aspecto que ressaltamos – considerando se tratar de uma política pública social – diz respeito ao conceito estabelecido em relação às pessoas em situação de rua, caracterizando-as como um grupo heterogêneo, contudo, contraditoriamente, desconsiderando a questão étnico-racial como um elemento estruturante na desigualdade social, “a constituição da PSR se compõe pela grande maioria negra e o racismo estrutural impera diante da estratificação do poder que reordena a sociedade entre superiores e inferiores”, estando “no topo da pirâmide o grupo racial branco, rico e de origens europeias e no alicerce a camada da população negra, pobre e de origem africana” (CNDH, 2020, p. 25).

Compreendemos ‘Raça’ como um elemento essencial para nossa análise e um dos eixos de subordinação da abordagem teórica metodológica adotada no presente estudo. Desse modo, é importante entender que somente a partir de uma análise mais cuidadosa das opressões vivenciadas por uma população marcada racialmente é possível apontar ações e serviços que

⁴² Ressaltamos que não foi um censo, e sim uma pesquisa, possuindo algumas limitações.

⁴³ Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a PNPSR e seu CIAMP-Rua, e dá outras providências (Brasil, 2009a).

efetivamente protejam mais eficazmente essa população, evidenciando a necessidade de que a PNPSR considere que estamos falando de pessoas racializadas, incorporando *Raça* como elemento estruturante na sociedade brasileira. Assim, “o processo sócio-histórico que permeia a situação de rua não pode ser ignorado pela ótica da formulação de políticas públicas” (Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2020, p. 25).

Dando sequência e destacando os princípios da PNPSR, em seu art. 5º, temos: “I – respeito à dignidade da pessoa humana; II – direito à convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito à vida e à cidadania; IV – atendimento humanizado e universalizado”; e ainda “V – respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência” (Brasil, 2009a, n.p). Além desses, há os princípios de igualdade e equidade, alinhados à Constituição Federal de 1988, estabelecendo diretrizes e bases para as ações de uma política pública social, a serem desenvolvidas em prol da PSR, nas diferentes instâncias da federação (Brasil, 2009a).

Desse modo, o Decreto nº 7.053/2009, em seus arts. 2º, 3º e 4º, destaca a participação dessas diferentes instâncias – estado e municípios –, bem como entidades da sociedade civil, estabelecendo um pacto federativo para execução da política pública social para a PSR. Assim, no seu art. 2º, “A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio”. Tendo em seu parágrafo único “O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas”. No seu art. 3º, “Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais”, que deverão ser “integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população”. Já em seu art. 4º, “O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos”, visando “o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua” (Brasil, 2009a).

A análise que apresentamos tem como prerrogativa o tempo decorrido entre a instituição do decreto (Brasil, 2009a) e o número de municípios da federação que aderiram à PNPSR até

2020, totalizando 5 estados e 15 municípios em todo o continente nacional, de acordo com ADPF nº 976 MC/DF/23⁴⁴(Brasil, 2023b).

Conclui-se que, após 12 anos de instituída a PNPSR (tomando por base 2020), a política pública social voltada para a PSR não conta com a adesão da maioria dos entes federativos descentralizados. Nossa ponderação é que a implementação de uma política pública não depende do critério de adesão ou não dos entes federativos, apesar de concordarmos da importância do pacto federativo estabelecido pela PNPSR. Avaliamos que deveria ter como indicativo a vinculação de todos os entes federativos à política nacional. Afinal, pela PNPSR se tratar de uma política pública, contém as diretrizes estabelecidas para execução de ações voltadas para cidadãos que necessitam ser protegidos socialmente em todo o país, não devendo ser facultado aos estados e municípios a decisão de adesão ou não a política nacional para a PSR. Ademais, cabe ainda à instância federal a garantia do repasse de recursos aos estados e municípios, visando à execução das ações pertinentes às diretrizes estabelecidas pela PNPSR. Estudos como de Cinacchi (2023) sinalizam a percepção que temos em relação à PNPSR:

A adesão voluntária dos entes federativos é uma fragilidade que destacamos desse instrumento legal. A não obrigatoriedade da implementação de ações, a não criação de meios (especialmente orçamentários) para que haja cumprimento e a consequente inexistência de sanções, quando do não cumprimento da política, são elementos dificultadores para a efetivação dos pressupostos da PNPR (2023, p. 98).

Dessa forma, o que temos ao longo desses anos é que apenas alguns municípios e estados constituíram os comitês locais de acompanhamento e monitoramento da política para a PSR desde o ano de 2009, contando com a participação da sociedade civil e das instâncias governamentais. Atualmente, ainda temos vários municípios e estados que não aderiram à PNPSR e, por conseguinte, não instituíram seus comitês locais nos conformes do CIAMP-Rua, fazendo com que as ações desenvolvidas para a PSR nessas localidades não estejam em consonância com a PNPSR. A fragilidade mais uma vez se impõe em relação ao Decreto nº 7.053/2009, considerando que a instituição dos CIAMP-Rua estava facultada a uma decisão do ente federativo. Não obstante essa dificuldade, em 27 de junho de 2019, no governo de Jair Bolsonaro, foi expedido o Decreto nº 9.894, que revogou dos arts. 9º ao 14 do Decreto nº 7.053/2009 que dispõe sobre o CIAMP-Rua⁴⁵. Esse fato trouxe descontinuidades e alterações

⁴⁴ De acordo com a com ADPF nº 976 MC/DF/23: os cinco estados (Distrito Federal, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco) e 15 municípios (São Paulo (SP), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Rio Branco (AC), Uberaba (MG), Recife (PE), Passos (MG), Novo Hamburgo (RS), Foz do Iguaçu (PR), Serra (ES), Juiz de Fora (MG), Fortaleza (CE)) aderiram à PNPSR.

⁴⁵ Para maior aprofundamento das alterações sobre o CIAMP-Rua, quadro comparativo entre o Decreto nº 7.053/2009 e o Decreto nº 9.894/2019 em Cinacchi (2023).

em relação ao CIAMP-Rua, havendo uma redução na participação de ministérios e da sociedade civil, causando um impacto no monitoramento das ações para a PSR por parte da sociedade civil. Por outro lado, estabeleceu a participação permanente do Ministério Público Federal (MPF) e da DPU, o que avaliamos ser extremamente positivo, considerando que a PSR vivencia o cotidiano de violações de seus direitos sociais.

As diretrizes da PNPSR, estabelecidas no seu art. 6º, apontam as formas como a política pública social deve ser implementada. Considerando a importância da intersectorialidade para a implementação de uma política pública voltada para a PSR, destacamos os incisos “III – articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e IV – integração das políticas públicas em cada nível de governo”. Da mesma forma, por entender ser fundamental a integração das diferentes instâncias federativas, para efetivação dessa política pública, considerando ainda que a garantia da participação de pessoas com trajetória em situação de rua na elaboração, monitoramento e acompanhamento da PNPSR seja condição primordial para uma política pública atingir efetivamente a proteção social daquele segmento populacional, além de poder garantir um processo democrático na implementação desta política pública. Identificamos essa diretriz no inciso “V – integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução”; e no inciso “VI – participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas” (Brasil, 2009^a, n.p).

Quanto às orientações técnicas para o atendimento de pessoas em situação de rua, seguem os modelos de tipificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando o art. 8º, § 1º do Decreto nº 7.053/2009. Nesse sentido, cabe aos estados e municípios a alocação de recursos para tal: “Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2009a, n.p)”. De acordo com o art.8º, “O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas”, devendo ter “respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos” (Brasil, 2009a). Ademais, devendo “a política de assistência social ser desencadeadora do processo de identificação e reconhecimento desse coletivo populacional [PSR] pela sua responsabilidade em afiançar a segurança de acolhimento como proteção e seguridade social” (Sposati, 2009, p. 194).

Podemos afirmar que PNPSR estabeleceu uma nova relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, em uma linha de fortalecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos conforme sinalizado por Cinacchi (2023, 97):

A PNPR (2009) consolidou uma importante mudança paradigmática: as pessoas em situação de rua deixam de ser, ao menos pela letra da norma, invisíveis e rejeitados urbanos para se transformarem em sujeitos de direitos que contam com um arcabouço jurídico para a proteção desses direitos.

Passados 14 anos de sua instituição, podemos afirmar que a efetivação desta política pública social ainda está por se concretizar. Tendo como princípio a dignidade da pessoa humana e respaldada pelo decreto que a institui, a PNPSR apresenta algumas provocações como a sujeição orçamentária por parte do Estado, a dificuldade do gestor público de compreender a complexidade do fenômeno da PSR e suas especificidades, além do preconceito e discriminação da PSR, por parte da sociedade, fazendo com que essa população, em tempos atuais, ainda permaneça (des)protegida socialmente.

3.4 Falando de política pública para mulheres em situação de rua

Evidenciamos na introdução do presente estudo os dados disponibilizados pelo Relatório Digital do Governo Federal recentemente (Brasil, 2023)⁴⁶, no qual informa que 40% dos casos de violência em 2022 são referentes a mulheres em situação de rua, destacando-se as mulheres transgêneras que apresentam a maior expressão dos casos notificados. Lembrando que estamos falando de dados com base em notificações oficiais de violência, portanto, esse percentual de casos de violência contra mulheres em situação de rua pode ser mais elevado do que o registrado mediante notificações.

De fato, a literatura científica brasileira recente sobre essa temática, mesmo não sendo vasta, ressalta a violência como fenômeno inerente, atravessado e categórico na vida das mulheres em situação de rua (Richwin; Zanello, 2023). Realidade esta já evidenciada anteriormente, em que outros estudos de Browne (1993); Cezimbra (2001); Prates, Abreu, Cezimbra (2004). sobre mulheres em situação de rua reiteram a violência como condicionante do processo de rualização, trazendo outras questões relacionadas com a fragilidade desse

⁴⁶ As bases de dados consultadas para o relatório foram: da Assistência Social (CadÚnico e Regiro Mensal de Atendimentos – RMA) e da Saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB). (Brasil, 2023a).

segmento populacional, demarcando uma desvalorização relativa à perspectiva de gênero, com evidência na subalternidade em relação a parceiros, além do cotidiano de violências sofridas nas ruas (Prates, 2011).

Os dados projetados atualmente não são fidedignos, necessitando de um censo específico sobre a população que se encontra em situação de rua em cada território do país, pois esses dados privilegiam a população que já possui acesso às políticas públicas de assistência social, considerando que a base de informação utilizada foi o CadÚnico e o Registro Mensal de Atendimentos. Portanto, é fundamental a realização de um Censo da População em Situação de Rua para que se possa ter um olhar mais específico em cada território, demandando ações mais direcionadas para esse segmento populacional.

Conclui-se, portanto, que os mecanismos de prevenção e redução que possam estar sendo implementados em prol do segmento mulheres em situação de rua não têm surtido o resultado esperado, evitando ou minimizando o fenômeno da violência, intrínseco ao cotidiano desta população. Contudo, verifica-se algo mais complexo quando se observam as ações públicas que vêm sendo realizadas no sentido de proteger socialmente esse segmento populacional, haja vista que se constata a ausência de todo e qualquer serviço que iniba ou amenize que mulheres em situação de rua estejam mais propensas a sofrer violências por estarem na condição de viver nas ruas.

Essa constatação pode ser evidenciada a partir do levantamento bibliográfico na busca por uma literatura científica, voltada para mulheres em situação de rua, quando identificamos a pesquisa de Leal, *et al* (2020) apresentada no 14º Congresso Internacional da Rede Unida, datada de 2020, que aponta conclusivamente que, após analisar as políticas públicas para as mulheres, foi observado que o enfoque dessas políticas está voltado para as mulheres que vivem em um contexto domiciliar.

A pesquisa teve como objetivo verificar as políticas públicas voltadas para as mulheres e analisar se tais políticas foram pensadas para atender às necessidades de todas as mulheres. Para tanto, foi utilizada uma revisão bibliográfica e análise documental das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), sendo identificada a pouca fomentação de ações em prol das mulheres em situação de rua nessas políticas públicas apesar da análise realizada de que a rua é um fator de vulnerabilidade socioeconômica e de exposição à violência e precariedade para as condições de saúde das mulheres que se encontram nas ruas. As conclusões da pesquisa também abordam que existem iniciativas nas áreas da assistência social e da saúde, mas que ainda é um desafio dar visibilidade e reconhecer os direitos básicos de mulheres em situação de rua, apontado que a invisibilidade

quanto à PSR em relação à sociedade mostra-se mais desafiante quando se trata de mulheres em situação de rua.

Fica constatado por meio deste estudo que mesmo as ações governamentais, em que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007) formalizou um acordo federativo tripartite para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com base na implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional, não alcançam as mulheres que se encontram em situação de rua, pois estão direcionadas às mulheres que possuem domicílio. A pesquisa ainda esclarece a existência da rede de atendimento à mulher em situação de violência que envolve diferentes setores/áreas (saúde, justiça, segurança pública e assistência social). Ressalta ainda o Programa Mulher Viver sem Violência com ações estratégicas para a promoção da integração dos diversos serviços públicos existentes de atendimento às mulheres em situação de violência, com a articulação dos atendimentos especializados nos âmbitos da saúde, segurança pública, justiça, atendimento socioassistencial, psicossocial e promoção da autonomia econômica. No entanto, todas as ações e serviços não atendem às necessidades das mulheres em situação de rua (Leal *et al.*, 2020).

Ainda com base nas informações do governo federal, os equipamentos e serviços da política de saúde e da assistência social são escassos para atender às necessidades do contingente de PSR em nível nacional. Assim, de acordo com os dados de Relatório de Brasil, (2023a) tendo como referência dezembro de 2022, 145 municípios possuíam equipes de Consultório na Rua (eCR), para atender 3.354 pessoas cadastradas no CadÚnico.

Ressalta-se a necessidade de serviços de saúde específicos e itinerantes, como serviços de prevenção para o atendimento da PSR, o que não quer dizer que as ações/serviços do SUS não atendam essa população. A instituição das eCR foi formada em 2011, mas, em 2018, foram revistos os parâmetros populacionais. Dessa foram, ficou estabelecido que “número máximo de eCR financiadas pelo Ministério da Saúde por município e Distrito Federal corresponderá ao resultado da divisão do número de pessoas em situação de rua do ente federativo pelo número quinhentos (população de rua/500)” (Brasil, 2017), tendo o limite mínimo de 80 pessoas em situação de rua no ente federativo. Isso equivale, portanto, no ano base de 2022, ao número de 328 municípios. Ficou também estabelecido que os entes federativos com “população total estimada de mais de 100.000 (cem mil) habitantes terão, no mínimo, 1 eCR financiada pelo Ministério da Saúde” (BRASIL, 2017c), totalizando, em 2022, 319 municípios. Mesmo com municípios com o porte populacional para habilitação, apenas 145 municípios dispunham de eCR em dezembro de 2022, como já evidenciado (Brasil, 2023c).

Em estudo realizado sobre a saúde da mulher em situação de rua, Dionísio (2021, p. 47), concluiu que, “no Brasil, a construção das políticas públicas à saúde mulher é excludente”. Não existindo “estratégias e ações voltadas as mulheres em situação de rua na Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher”. Verificando ainda “que as mulheres estão incluídas na PNPSR e no Manual sobre o Cuidados a PSR⁴⁷, entretanto, não há ações e serviços que considerem os agravamentos resultante das questões de gênero” (Brasil, 2012b).

Retomando os dados do relatório de Brasil (2023a) o número do Centro POP em nível nacional era de 246 unidades, totalizando um número de atendimentos de 578.218 em todo o país.

O Centro POP é uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, implantado para o atendimento da PSR em todo o território nacional, onde “são desenvolvidas ações de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional”, compondo “um conjunto de ações de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades da população em situação de rua” (Brasil, 2023d, p. 27 Apud Brasil, 2011).

Os serviços do Centro POP “são voltados ao atendimento de jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, e são ofertados por demanda espontânea ou por encaminhamentos do Serviço Especializado em Abordagem Social”, demais “serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos” (Brasil, 2023d, p. 27 apud Brasil, 2014a)

Para além do Centro POP, o CREAS, unidade de Proteção Social de Média Complexidade do SUAS, também oferece serviços de atendimento à PSR, em situações específicas de violação de direitos. Dentre esses serviços, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que compreende ações de atenção e orientação direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (Brasil, 2009).

A quantidade de CREAS em todo o território nacional é de 2.845 unidades, totalizando, no ano de 2022, a inserção de 23.012 pessoas em situação de rua no acompanhamento do

⁴⁷ O Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua foi lançado em 2012 pelo MS, inaugurando um novo marco na atenção à saúde da PSR no SUS. Ver referências.

PAEFI. Portanto, é fundamental o trabalho desenvolvido pelos serviços de proteção especial como os CREAS e Centro POP, bem como os CRAS e demais serviços, visando prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer vínculos familiares e comunitários, considerando que a principal motivação para o processo de realização das pessoas em situação de rua está relacionada com problemas familiares (Brasil, 2023d).

Considerando os dados apresentados pelo MDH e objetivando elencar elementos que possam subsidiar o fortalecimento de políticas públicas para mulheres em situação de rua, e, conseqüentemente, apontar caminhos que, na nossa visão, possam embasar as ações de governo federal para que efetivamente atendam e protejam as mulheres, resgatamos dois dispositivos legais que apontam diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das PSR, tendo a prerrogativa de apontar a construção de fluxos de atendimento para as mulheres em situação de rua. São eles: a Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 do MDS e do MS, e a Resolução nº 40/2020 do CNDH.

A Nota Técnica Conjunta nº 0001/2016 (MDS e MS) estabelece as diretrizes e fluxograma para atenção integral à saúde das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos.

Comungamos das análises apresentadas pelo estudo de Dionísio (2021, p. 47) sobre essa nota técnica, uma vez que verificamos que “O documento direciona e reconhece o protagonismo do SUS na atenção integral a essa população, ressaltando as barreiras de acesso as ações e serviços públicos”. Verifica-se que “incentiva que os gestores e profissionais de saúde atuem na eliminação de empecilhos e garanta, como previsto na Constituição Federal e Lei 8.080/00, o acesso universal e igualitário, em especial nos pontos estratégicos da rede de saúde”, nos serviços “como os Consultórios na Rua (CnaR), a Estratégia Saúde da Família (ESF), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)”.

A nota técnica ressalta ser indispensável a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, cabendo a elas o direito de decisão sobre ter ou não filhos, de forma responsável e livre, assim como a quantidade desses filhos, garantindo o exercício livre e pleno da sexualidade sem vergonha, medo, culpa e crenças falsas, independentemente de seu estado civil, idade ou condição física (Brasil, 2016). Ainda sob a luz do estudo de Dionísio (2021, p. 47)., a Nota Técnica nº 001/2016 “reforça as pactuações da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim sobre a Saúde da Mulher, que visa desenvolver a promoção de proteção dos direitos das mulheres e o acesso a serviços de atenção primária e atendimento à saúde sexual e reprodutiva de qualidade (ONU, 1995)”.

Atribui ainda às mulheres, às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos, portanto, fundamental à garantia do direito de convivência familiar, bem como serviços públicos de qualidade e a partir da sua real necessidade e especificidade, baseados em marcos normativos nacionais e internacionais. Considera a complexidade das necessidades do uso abusivo/prejudicial de álcool e outras drogas, demandando questões ligadas à saúde e à exclusão social, requerendo, portanto, uma abordagem multissetorial e interdisciplinar da Saúde e da Assistência Social, assim como outros atores do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos, a partir de uma ação integrada do SUS e do SUAS e esses atores. Isso aponta uma integração dessas equipes a partir da aproximação desse público na rua, estabelecendo fluxos de referência e contrarreferência, em “uma proposta de gestão integrada de cuidado” (MDS; MS, 2016, p. 1). Além disso, reforça a importância da intersetorialidade para uma política pública para a PSR e emana diretrizes específicas para o segmento de mulheres em situação de rua.

Tais orientações, contidas na nota técnica, foram provocadas a partir de fatos ocorridos em Minas Gerais⁴⁸, (Minas Gerais, 2014) em que o MPF fez recomendações para comunicação imediata dos profissionais da saúde e da assistência social ao Poder Judiciário nos casos “do nascimento de crianças filhas de mulheres em situação de rua e/ou usuárias de crack/outras drogas; a situação de vida de gestantes nas mesmas condições e que se recusam a realizar o pré-natal”, desencadeando “decisões precipitadas quanto ao afastamento das crianças recém-nascidas de suas mães sem uma avaliação técnica de cada caso” (Brasil, 2016, p. 2); sendo observado que, mesmo nos estados em que não houve uma recomendação explícita do MP, era vivenciado esse tipo de exercício. De forma conclusiva, a nota técnica indica a necessidade de uma modalidade específica de atendimento voltado para essas mulheres em situação de rua, com histórico do uso abusivo/prejudicial de álcool ou outras drogas e seus filhos recém-nascidos. Dessa forma, “Devem ser espaços que podem transitar entre a Saúde e a Assistência Social, promovendo o cuidado compartilhado da criança com a mulher”, como também “assegurando ações que garantam a proteção desses sujeitos, assim como a possibilidade das mulheres vivenciarem outras formas de sociabilidade, caso desejem” (Brasil, 2016, p. 8).

Nossa concepção, para além das compartilhadas inicialmente, que esses espaços sejam efetivamente de acolhida e escuta qualificada, sem cercear os direitos das mulheres em situação de rua e seus filhos. Portanto, demandando uma equipe qualificada e especializada, utilizando-se de uma metodologia que, para além da proteção social, promova a autonomia e o protagonismo das mulheres, enquanto mães, permitindo que elas incluam o papel do cuidado

⁴⁸ Conforme Recomendações do Ministério Público de Minas Gerais (Minas Gerais, 2014).

em seu projeto de vida, assim como proteção e afeto em relação a seus filhos. Para tanto, todas as ações a partir da abordagem às mulheres em situação de rua e seus filhos devem ocorrer de forma integrada, em que todos os diferentes órgãos – saúde, assistência social, segurança pública, conselhos, representações da PSR, defensoria pública e outros – atuem em consonância com essa metodologia proposta.

O outro dispositivo – a Resolução nº 40 (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 20) que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua de acordo com a PNPSR. Trata-se de resolução do CNDH que, de acordo com exercício de suas atribuições (Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014), em sua 9ª Reunião Extraordinária (realizada em 13 de outubro de 2020), deu sequência à deliberação tomada unanimemente. Destaca-se que se trata de uma resolução do CNDH, portanto, apresenta os detalhamentos para a normatização das leis vigentes, especificando como as diretrizes serão aplicadas em situações específicas.

A deliberação da resolução pelo CNDH ocorreu em um contexto de acirramento das desigualdades sociais, com um crescimento significativo da PSR nas cidades de todo o território nacional, conforme explicitado na exposição de motivos da própria resolução: “Em contexto de crise do capital amplia-se a quantidade de pessoas em situação de rua nas cidades do Brasil”, é evidente “um cenário de desigualdade e injustiça social. As cidades aparecem como o mirante dessa realidade descortinada nas ruas por situações de extrema pobreza” (Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2020, p. 24).

Ressaltamos inicialmente que, dentre as considerações que embasam a Resolução nº 40, destacamos a reiteração da PNPSR, por meio do Decreto nº 7.053/2009, que institui a PNPSR e o seu CIAMP-Rua, alterado pelo Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019 – assim como a Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 do MDS e do MS.

Apresentamos a seguir quadro condensado, contendo a identificação dos princípios da PNPSR (para além dos princípios da igualdade e equidade), contidos na Resolução nº 40/2020 do CNDH, referente ao Capítulo VIII e IX dos Direitos Humanos e dos Direitos das Mulheres, e dos Direitos Humanos e LGBTQIA+.

Quadro 1 – Princípios PNPSR X Resolução nº 40 do CNDH/2020

| Princípios PNPSR | Resolução nº 40/CNDH/2020 |
|--|--|
| Respeito à dignidade da pessoa humana. Valorização e respeito a vida e a cidadania. | Art. 123 As mulheres (cis ou trans), adultas, adolescentes e crianças em situação de rua devem ter seus direitos humanos protegidos, sendo a elas garantida uma vida livre de violência. |

| | |
|--|---|
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> | <p>Art. 124 O Estado deve garantir o acesso à moradia permanente prioritariamente às mulheres em situação de rua e suas famílias, principalmente com crianças e adolescentes, com registro do imóvel em seu nome, quando for o caso.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 125 O Estado deve garantir o eventual acolhimento das mulheres em situação de rua e suas famílias, principalmente com crianças e adolescentes, em serviço adequado, preservando o convívio familiar.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 126 Os serviços de atendimento para a população em situação de rua devem considerar que as mulheres, adolescentes e crianças podem demandar atenção específica em relação às questões fisiológicas, devendo lhes ser ofertado absorvente, contraceptivo, acompanhamento ginecológico e obstétrico no pré-natal, no parto e pós-parto, dentre outros.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 127 O Sistema Único de Saúde deve garantir às mulheres adultas e adolescentes em situação de rua o acompanhamento no período pré-natal, parto e pós-parto, de forma articulada e intersetorial com o SUAS, com o objetivo de garantir o cuidado integral ao recém-nascido e à mãe, e fortalecer o vínculo materno e a integração de todos na família natural e/ou extensa.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 128 O Estado deve garantir as condições materiais necessárias, tais como moradia e renda, bem como apoio social e psicológico especializado, para que as mulheres adultas e adolescentes em situação de rua possam ter a guarda de seus filhos e suas filhas considerando o direito à convivência familiar e comunitária e o melhor interesse da criança.</p> <p>§ 1º A situação de rua por si só não pode configurar fundamento para a retirada de crianças de suas mães.</p> <p>§ 2º O melhor interesse da criança deve estar sempre vinculado ao direito à convivência familiar e comunitária, devendo ter primazia medidas que permitam a permanência da criança com seus genitores ou família extensa.</p> <p>§ 3º A garantia dos direitos das mulheres em situação de rua não deve competir com o direito das crianças e adolescentes em situação de rua.</p> |

| | |
|--|--|
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 129 A rede de atenção à saúde deve garantir que os direitos à saúde das mulheres adultas e adolescentes em situação de rua não se restrinjam aos direitos reprodutivos, sendo a elas garantido o direito à saúde de forma integral conforme é preconizado no SUS.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 130 O poder público deve garantir a proteção das mulheres adultas e adolescentes em situação de rua vítimas de violência, garantindo atendimento integral e intersetorial com articulação institucionalizada entre o sistema de justiça, os demais serviços da rede de atendimento, conselhos de direitos e sociedade civil organizada.</p> <p>§ 1º O Estado deve ter especial atenção à violência no contexto doméstico e familiar da qual podem ser vítimas mulheres em situação de rua, em qualquer fase da vida, devendo garantir estratégias adequadas de prevenção e proteção, considerando suas especificidades, tais como o acolhimento emergencial.</p> <p>§ 2º O Estado deve adotar medidas de enfrentamento à violência sexual, inclusive exploração sexual, sofrida pelas mulheres em situação de rua, em qualquer fase da vida, adotando estratégias adequadas de prevenção e proteção, garantia do acesso ao aborto legal, bem como de identificação e responsabilização dos autores.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Valorização e respeito a vida e a cidadania.</p> <p>Atendimento humanizado e universalizado.</p> | <p>Art. 131 Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e intersexos – LGBTI em situação de rua devem ter seus direitos humanos protegidos, sendo-lhes garantida uma vida livre de violência, exclusão, discriminação e preconceito, com respeito à orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p>Parágrafo único: Para fins desta Resolução considera-se:</p> <p>I – Cisgênero: Pessoa que se identifica com o gênero igual ao do sexo de nascimento.</p> <p>II – Transgênero: Termo genérico que vale para qualquer pessoa que se identifique com um gênero diferente ao do sexo de nascimento, a exemplo de homens trans, mulheres trans e travestis.</p> <p>III – Identidade de Gênero: Forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero masculino e feminino. Nem todas as pessoas se enquadram na noção binária de homem/mulher. IV – Orientação Sexual: forma como nos sentimos em relação à afetividade e sexualidade. Os conceitos de homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade e assexualidade são os tipos de orientação sexual. Esse conceito também é conhecido como orientação afetivo-sexual, uma vez que não diz respeito apenas a sexo.</p> <p>V – Intersexo: pessoas que nascem com qualquer variação de caracteres sexuais, incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais, que fogem aos padrões socialmente determinados para os sexos masculino ou feminino.</p> |
| <p>Respeito à dignidade da pessoa humana.</p> <p>Direito à convivência familiar e comunitária.</p> | <p>Art. 132 As pessoas em situação de rua travestis e transsexuais devem ser tratadas pelo pronome de tratamento que desejarem e ter seu nome social reconhecido, caso solicitem. Também deve ser feito o uso dos espaços coletivos</p> |

| | |
|---|---|
| Valorização e respeito a vida e a cidadania. Atendimento humanizado e universalizado. | separados por gênero, como banheiros, vestiários e alojamentos, conforme à sua identidade de gênero. |
| Respeito à dignidade da pessoa humana. Direito à convivência familiar e comunitária. Valorização e respeito a vida e a cidadania. Atendimento humanizado e universalizado. | Art. 133 Os serviços de atendimento para a população em situação de rua devem considerar que as mulheres cisgênero e homens trans demandam atenção específica em relação às questões fisiológicas, devendo ser ofertado absorvente, contraceptivo, acompanhamento ginecológico e obstétrico no pré-natal, no parto e pós-parto. |
| Respeito à dignidade da pessoa humana. Direito à convivência familiar e comunitária. Valorização e respeito a vida e a cidadania. Atendimento humanizado e universalizado. | Art. 134 Os homens transsexuais em situação de rua que ainda possuem os órgãos reprodutores do gênero feminino, deverão ser contemplados com o disposto nos art. do Capítulo VIII que os beneficiará, principalmente em relação à gravidez e manutenção da guarda dos filhos e filhas. |
| Respeito à dignidade da pessoa humana. Direito à convivência familiar e comunitária. Valorização e respeito a vida e a cidadania. Atendimento humanizado e universalizado. | Art. 135 As travestis e mulheres transsexuais em situação de rua que ainda possuem os órgãos reprodutores do sexo masculino, demandam atenção específica em relação às suas questões fisiológicas. Parágrafo Único: As travestis e mulheres transsexuais devem ser contempladas com o disposto nos art. do Capítulo VIII |

Fonte: elaboração própria a partir da PNPSR e de Conselho Nacional de Direitos Humanos (2020).

Podemos observar que a Resolução nº 40/2020 do CNDH, em especial em seus Capítulos VIII e Capítulo IX, apresenta diretrizes para normatização das ações que garantam uma política pública ao segmento populacional de mulheres (cisgênera ou transgênera) em situação de rua, apontando compromissos por parte do Estado em prol da promoção, proteção e defesa desses segmentos. Assim, reiteramos a análise de Dionísio (2021) em relação à urgência de estudos sobre mulheres em situação de rua:

Urge ampliar estudos em torno da temática de mulheres em situação de rua, pois políticas públicas da atualidade não são suficientes para contemplar as diversas demandas e necessidades das mulheres brasileiras em situação de rua (Dionísio, 2021, p.48).

Nessa perspectiva, estar na rua faz desse segmento social – mulheres em situação de rua – a personalização das desigualdades de gênero, raça e classe sobre seus corpos (Santos *et al.*,

2020). Mulher, negra e pobre, com múltiplas violências estruturais e institucionais, desamparada e desprotegida socialmente, na busca de respostas efetivas do Estado.

3.5 As bases para efetivação da política nacional para a população em situação de rua na gestão atual do governo lula (2023)

O cenário brasileiro atual marcado pelo crescimento do contingente de PSR de 38% de 2019-2022, chegando à estimativa de 281.472 de pessoas em situação de rua, no contexto pós-pandemia da covid-19, de acordo com o IPEA, demanda que ações efetivas sejam implementadas em favor dessa população. Fato este agregado aos dados do Boletim Epidemiológico do MS de que, em três anos (2015-2017), 17 mil casos de violência foram notificados, tendo como motivação o fato de a vítima encontrar-se em situação de rua, sendo a maior frequência de vítimas do sexo feminino (50,8%) e com a prevalência de pessoas pretas e pardas (54,8%), chegando à casa de 9.522 notificações nesse mesmo período. Isso reforça que estar em situação de rua é um fator relevante em relação à exposição das pessoas a diferentes formas de violência (Brasil, 2023g).

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao assumir o governo do Brasil em janeiro de 2023, diante das demandas dos movimentos sociais da PSR, a partir do MDH, instituiu a Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua (DDPR), por meio do Decreto nº 1.341, de 1º de janeiro de 2023. Ligada à Secretaria Nacional de Promoção e de Defesa dos Direitos Humanos (SNDH), cabe a esta a formulação, a coordenação e o estabelecimento de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos da PSR. Entendemos que a criação da DDPR traduz a preocupação na tratativa da temática da PSR, considerando que cabe a essa diretoria coordenar a articulação intersetorial e auxiliar na implementação da PNPSR, assim como dialogar continuamente com a sociedade civil sobre as pautas pertinentes à PSR.

O STF, no dia 25 de julho de 2023, por intermédio da ADP nº 976 (Brasil, 2023b), determinou a formulação do *Plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da política nacional para a população em situação de rua*, pelo Poder Executivo federal, no prazo de 120 dias, tendo a participação, entre outros órgãos, do CIAMP-Rua, do CNDH, da DPU e do MNPR. Entre outras coisas, ordenou a proibição de remoções forçadas de pessoas em situação de rua, bem como de seus bens e pertences pessoais, perante total omissão dos Estados, Distrito Federal e Municípios em adotarem medidas para implementação da PNPSR, instituída pelo Decreto Federal nº 7.053/2009.

É importante resgatar que, diante das competências do MDH e, sobretudo, da decisão judicial do STF, na ADPF nº 976/2023, fica estabelecido o compromisso do Ministério em relação à garantia dos direitos da PSR e da efetivação da PNPSR, com a implantação do CIAMP-Rua e a adesão de todos os entes federativos à Política Nacional, independentemente da assinatura de cada ente federativo ao termo de adesão. Esse fato colabora efetivamente para que os municípios se organizem para execução efetiva da PNPSR em sua jurisdição. Como bem sinalizamos anteriormente, a adesão voluntária dos entes federativos demarcava uma fragilidade no estabelecimento de uma política pública para a PSR.

Dentre as ações desenvolvidas, destacamos o Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, em que é instituído o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Brasil, 2023h). O programa propõe assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual, com vistas à promoção da dignidade menstrual das pessoas, considerando principalmente que, desde 2014, a Organização das Nações Unidas – ONU reconhece o direito à higiene menstrual como uma questão de saúde pública e de direitos humanos. No entanto, esse programa encontra-se em fase de implementação, considerando o recente lançamento (janeiro de 2024) do Guia de Implementação do Programa Dignidade Menstrual (Brasil, 2023f).

Dando continuidade às ações voltadas para a PSR, o MDH, em 6 de abril de 2023, por meio do Decreto nº 11.472, estabelece uma nova composição para o CIAMP-Rua, ampliando a participação da sociedade civil, com mais 11 representantes (de cada setor), totalizando 22 integrantes desse órgão colegiado que integra a estrutura desse Ministério. Entre as mudanças apontadas nesse decreto, as novas atribuições do CIAMP-Rua englobam a realização periódica de encontros nacionais, objetivando avaliar e formular ações para a consolidação efetiva da política nacional para a PSR, além da perspectiva da participação da sociedade civil na composição da gestão do comitê por meio do assento na vice coordenação do CIAMP-Rua (Brasil, 2023c).

A posse dessa nova gestão no biênio 2023-2025 ocorreu no dia 10 de outubro de 2023, contando com a composição de 6 representantes de movimentos sociais⁴⁹, 5 de entidades da

⁴⁹ Entidades eleitas dos movimentos sociais: 1. Movimento Nacional da População de Rua (MNPR – NACIONAL); 2. Movimento Nacional da População de Rua / RJ (MNPR – RJ); 3. MNMMR; 4. Movimento Nacional de Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua (MNLDPSP – SP); 5. Movimento Nacional de Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua (MNLDPSP – NACIONAL); 6. Movimento Nacional da População de Rua.

sociedade civil⁵⁰ e 11 do governo federal, tendo como coordenador-geral do CIAMP-Rua, pela primeira vez nesse cargo, uma pessoa com trajetória de rua. Entendemos tratar-se de um momento histórico, não só pela ocupação de um cargo importante, na esfera federal, de uma pessoa com trajetória de rua no acompanhamento e monitoramento da política nacional para a PSR, como também por demarcar uma vitória na luta dos movimentos sociais da PSR ao longo de tantos anos.

Em 27 de junho de 2023, foi publicada a portaria 367/2023 que estabelece a Comissão Eleitoral de Chamamento Público (CECP) para eleição das entidades da sociedade civil e movimentos sociais que irão fazer parte do CIAMP-Rua no período de 2023 a 2025, cuja composição por parte dos representantes governamentais passa a ser dos seguintes órgãos públicos: MDH (com servidores da DDPR); CNDH e DPU.

O MDH instituiu, em 30 de junho de 2023, a Portaria nº 383, que implanta a Operação Inverno Acolhedor, abrangendo as capitais das regiões Sul e do Sudeste, contando com um investimento de R\$ 5 milhões. De acordo com a portaria, serão distribuídos itens que ofereçam proteção térmica, além de serem desenvolvidas ações do poder público, voltadas ao acolhimento das pessoas em situação de rua, para promover orientação a essa população sobre cuidados de saúde e funcionamento da rede de serviços especializados no atendimento desse público (Brasil, 2023d).

Ainda no mês de julho de 2023, no dia 18, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) (Brasil, 2023i) entre o MDH e o IPEA, retomando as pesquisas relacionadas com os direitos de pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, PSR, pessoas privadas de liberdade, vítimas de violações de direitos, entre outras violências – fato este de tamanha importância diante da perspectiva do censo de PSR a ser realizado em nível nacional. De acordo com informações do MDH, também se encontra em fase final de elaboração o ACT com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando ao inédito censo de PSR, considerando que só tivemos uma Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, datada de 2008.

O MDH lançou em 14 de setembro de 2023 o Relatório *População em Situação de Rua: diagnóstico com base nos dados disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal* (Brasil, 2023a), atendendo à decisão do STF (ADPF nº 976/2023), na qual é

⁵⁰ Entidades eleitas da sociedade civil: 1. Aborda; 2. Associação Pastoral Nacional do Povo de Rua; 3. Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da População em Situação de Rua; 4. Fórum Nacional da População de Rua; 5. Pretas Ruas.

recomendada a elaboração de um diagnóstico da PSR e, conseqüentemente, concretizando-se nas ações a serem desenvolvidas pela PNPSR.

Fruto da parceria com o IPEA, o MDH lançou, em 20 de setembro de 2023, o Guia INCLUA – Pop Rua (Brasil, 2023g), Tendo como ferramenta a Plataforma de recursos pró- equidade em políticas públicas do IPEA (INCLUA⁵¹). O Guia INCLUA – Pop Rua reúne orientações técnicas, boas práticas e outras informações que apoiem e facilitem a condução de trabalhos, o tratamento humanizado e as entregas adequadas à PSR. A partir do Guia INCLUA – Pop Rua, os agentes públicos poderão ser sensibilizados na busca de capacitação e educação continuada. Mais uma vez, a ação do MDHC está alinhada com a decisão liminar do STF (ADPF nº 976/2023).

Ressaltamos que o Guia INCLUA – Pop Rua, para além do compartilhamento de orientações, traz em seu apêndice fundamentações teóricas e conceituais, visando ao aprofundamento da temática da PSR, e destacamos a abordagem da interseccionalidade contida nele:

As vivências de gênero, raça, classe, origem e sexualidade, entre outras, imbricam-se em uma matriz de opressão. A proposta de interseccionalidade em políticas públicas toma esse imbricamento como referência para intervenções sociais e políticas (Brasil, 2023g, p. 51).

Resgatando a interseccionalidade como uma teoria social crítica, com base no arcabouço do Feminismo Negro, são citadas estudiosas como Crenshaw (2002) e Collins (2015), enfatizando a origem da interseccionalidade a partir dos movimentos sociais das mulheres negras ao longo da história, e a partir de suas lutas. Concluindo:

Desse modo, a proposta de interseccionalidade em políticas públicas deveria incorporar sua dimensão epistemológica, em que o conteúdo e as produtoras de conhecimento têm base social na disputa por justiça social; sua dimensão analítica, que considera as especificidades dos indivíduos e seu imbricamento como complexidade a ser captada e alcançada pela ação pública, e ainda como referência para intervenção social, em projetos de emancipação social e política que só serão efetivos quando alcançarem todos os nós dessa matriz de opressão (Brasil, 2023g, p. 51-52).

Collins (2021) entende que a interseccionalidade é uma práxis política, é “também uma importante estratégia de intervenção para o trabalho de justiça social” (Collins, 2021, p. 66). Dessa forma, ao nos depararmos com um guia de orientação elaborado pelo governo federal

⁵¹ Instrumento virtual de diagnósticos e subsídios para auxiliar agentes públicos na execução de políticas públicas no Brasil.

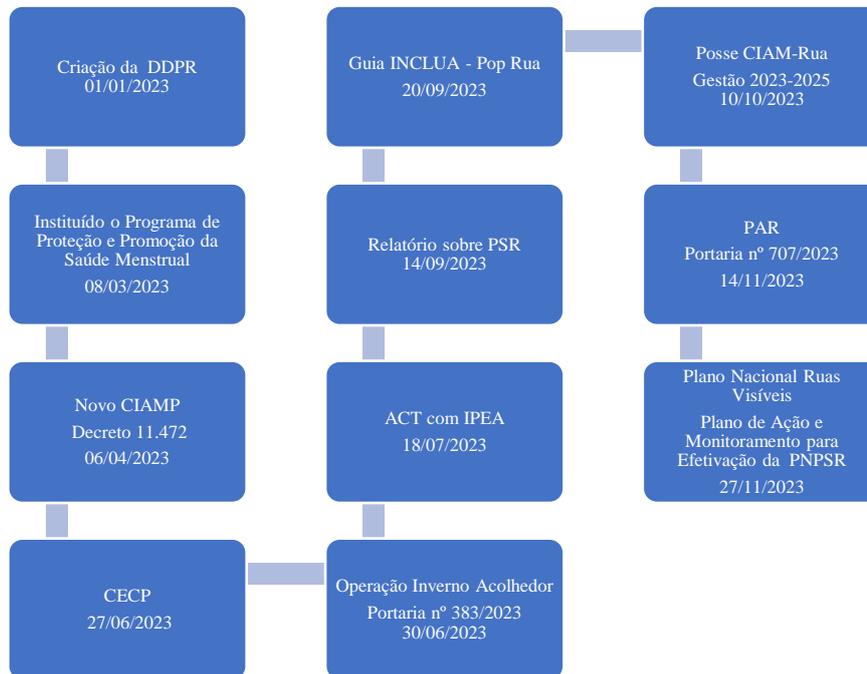
voltado para o diagnóstico de cada território nacional, em relação à PSR, cuja fundamentação teórica toma por base a interseccionalidade, entendemos a preocupação na elaboração de uma política pública que atenda efetivamente às especificidades da população que deve ser protegida socialmente. Dessa forma, “Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas”, por extensão, a PSR, “pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Retomando as ações do MDH no ano de 2023, em 14 de novembro de 2023, foi instituído o Programa PAR, Por meio da Portaria nº 707/2023 desse ministério, consistindo no fomento de serviços públicos de cuidado de higiene pessoal da PSR, a partir de espaços e equipamentos públicos, mediante parcerias com entidades da sociedade civil (Brasil, 2023e). A proposta é que esses espaços ofereçam serviços de guarda de bens e pertences de pessoas em situação de rua, além de prestar informações sobre cuidados de saúde e higiene pessoal e demais orientações dos direitos e serviços pertinentes a essa população. O PAR funcionará a partir da articulação das Unidades da Proteção Social Especial do SUAS, os Centros POP, os CREAS e os Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias. Além disso, deve ser estabelecido o fluxo entre o PAR e o SUAS por ato normativo entre o MDH e o MDS.

O Plano Nacional Ruas Visíveis – Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da PNPSR (Brasil, 2023f), elaborado pelo governo federal sob a coordenação do MDH, foi entregue ao STF no dia 27 de novembro de 2023, com orçamento inicial de R\$ 982.086.246,22 e entregue no prazo de 120 dias estabelecido pelo STF, pela ADPF nº 976/2023. O referido plano propõe medidas de alcance em sete eixos: assistência social e segurança alimentar; saúde; violência institucional; cidadania, educação e cultura; habitação; trabalho e renda; e produção e gestão de dados. O plano tem como destaque o Programa Moradia Cidadã, “proposta inovadora de política de atenção à população em situação crônica de rua, com promoção do acesso à moradia, com acompanhamento de equipes profissionais para pessoas ou famílias em situação crônica de rua” com o objetivo de “construir uma vida autônoma e de consolidação dos seus direitos humanos, com vistas à superação da situação de rua” (Brasil, 2023f, p. 3).

Abaixo, a representação gráfica das principais ações desenvolvidas em relação à PSR pelo MDH de janeiro a novembro de 2023; período em que elaboramos o presente capítulo.

Figura 1 – Principais ações do governo federal voltadas para a PSR no ano de 2023



Fonte: elaboração própria a partir do Brasil, (2023f).

Elencamos, portanto, os principais atos que foram executados ao longo do ano de 2023 pelo governo federal em relação à PSR, visando trazer preliminarmente algumas das reflexões tecidas, pois avaliamos serem pertinentes para o presente estudo. Dada a implantação recente da gestão federal, as informações aqui compartilhadas tiveram por base exclusivamente a consulta ao *site* oficial do MDH, além de demais veículos de comunicação, visto que não identificamos literatura que abordasse e analisasse os fatos recentes.

Assim, com base nesse levantamento, podemos identificar a preocupação por parte da atual gestão do governo federal em fortalecer a PNPSR elaborada em 2009, estabelecendo ações e orientações para que as instâncias estaduais e municipais possam efetivamente implementar serviços em consonância com uma política nacional para a PSR, apontando a elaboração do Plano Nacional Ruas Visíveis – Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

No cenário nacional, avaliamos que alguns fatores colaboraram para o contexto atual, como a mudança do governo federal, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o fortalecimento da mobilização e organização dos movimentos sociais, como também dos partidos políticos engajados na luta da PSR, consolidado no pedido da medida cautelar, constituindo a ADPF nº 976/2023 do STF; determinante para a celeridade nas iniciativas realizadas por parte do governo federal.

4 AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE NITERÓI – MULHERES NEGRAS QUE FAZEM DAS RUAS SEU LOCAL DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA

17 de JUNHO Passei a noite assim: eu despertava e escrevia. Depois eu adormeci novamente. Às 5h da manhã a Vera começou a vomitar. Eu dei-lhe um calmante e ela dormiu. Quando a chuva passou aproveitei para sair. Catei um saco de papel.[...]. Eu recebi só 12 cruzeiros. Catei uns tomates e um pouco de alho e vim para casa porque a Vera está doente. Cheguei ela estava dormindo. Com meus ruídos ela despertou. Disse estar com fome. Comprei leite e fiz um mingau para ela. Ela tomou e vomitou um verme. Depois levantou-se e andou um pouco e deitou-se outra vez. ...Eu fui no Seu Manoel vender uns ferros para arranjar dinheiro. Estou nervosa com medo da Vera piorar, porque o dinheiro que tenho não dá para pagar medico. [...]Hoje eu estou rezando e pedindo a Deus para Vera melhorar. (Jesus, 1960, p. 59).

O estudo que apresentamos é sobre mulheres – cisgêneras e transgêneras –, em sua maioria negras, que fazem da rua a sua referência de moradia, de sobrevivência. Mulheres que lutam cotidianamente na garantia de seus direitos básicos como cidadãs. Que apresentam histórico de violações, mas também de muitas lutas, traçando estratégias para superar cada desafio que é imposto, pois a sociedade não enxerga as diferentes opressões diárias a que estão submetidas.

São mulheres como Dandara, Sueli, Conceição, Beatriz, Lélia e Carolina Maria, prenomes de mulheres negras de luta que fizeram e fazem parte da história brasileira. Assim vamos cognominar as mulheres que entrevistamos quando apresentarmos suas falas, mantendo-as no anonimato, mas caracterizando-as como grandes mulheres negras de luta que construíram e constroem a história deste país.

No presente capítulo, apresentamos inicialmente o território, o *locus*, de onde desenvolvemos este estudo, portanto, a cidade de Niterói. Posteriormente, a partir dos dados extraídos da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a População em Situação de Rua*, discorreremos quem são as mulheres em situação de rua do município. Elencamos o perfil sociodemográfico dessas mulheres, as principais razões para estarem nas ruas, além das dificuldades e das necessidades vivenciadas por elas, as implicações por viverem nas ruas em relação à saúde sexual e reprodutiva delas, e os serviços que acessam na cidade de Niterói. De forma similar, o nosso olhar como pesquisadora participante deste estudo desenvolvido, no qual compartilhamos as falas sobre as formas de sobrevivência das mulheres que entrevistamos. Na sequência, a análise interseccional que tecemos, a partir de todos os dados expostos e da apresentação dessas mulheres entrevistadas, tendo como eixo condutor a fundamentação teórica que desenvolvemos no primeiro capítulo.

4.1 O panorama do território da nossa pesquisa: de onde falamos?

A cidade de Niterói, pertence à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui uma área territorial de 134 km², dividida em cinco RA, conforme demonstrado pelo mapa abaixo.

Figura 2 – Mapa de Niterói por Regiões Administrativas



Fonte: elaboração própria

Praias da Baía é a região administrativa onde há maior concentração de favelas no município de Niterói, tendo como base os números do IBGE de 2010, considerando que os dados referentes a aglomerados subnormais (favelas) do Censo Demográfico de 2022 ainda não foram disponibilizados. Dessa forma, sob essa referência, temos o seguinte panorama populacional das favelas da cidade: 4.073 habitantes no Morro de São Paulo (próximo ao Centro da Cidade, em área comercial); 1.851 habitantes no Morro do Palácio (entre os bairros do Ingá/São Domingos e Boa Viagem); 2.302 habitantes no Morro do Cavalão (entre os bairros de Icaraí e São Francisco); e 5.744 no Morro do Preventório (no bairro de Charitas). Ao mesmo

tempo, estudos como a pesquisa de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023) demarcam que é onde se concentra a maior parte da população niteroiense, assim como maior concentração de estabelecimentos comerciais e serviços na cidade. Niterói apresenta cerca de 52 bairros distribuídos por essas RA, dispostos no próximo quadro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016; 2010; 2021; 2022).

Quadro 2 – Divisão de bairros por Região Administrativa do município de Niterói

| BAIRROS | RA |
|---|----------------|
| Charitas, Jurujuba, São Francisco, Santa Rosa, Vital Brazil, Cachoeira, Viradouro, Cubango, Pé Pequeno, Fátima, Centro, Morro do Estado, São Domingos, Ingá, Gragoatá, Boa Viagem, Ponta D´Areia, Santana, Ilha da Conceição, São Lourenço, Icaraí. | Praias da Baía |
| Engenhoca, Tenente Jardim, Baldeador, Santa Barbara, Caramujo, Viçoso Jardim, Barreto, Fonseca. | Norte |
| Itaipu, Itacoatiara, Maravista, Cambinhas, Cafubá, Santo Antônio, Jacaré, Engenho do Mato, Serra Grande, Piratininga, Jardim Imbuí. | Oceânica |
| Badu, Sapê, Matapaca, Cantagalo, Maceió, Largo da Batalha, Ititioca. | Pendotiba |
| Muriqui, Rio do Ouro, V. Progresso, Várzea Das Moças, Maria Paula. | Leste |

Fonte: elaboração própria a partir da Prefeitura de Niterói (2021).

Do ponto de vista histórico, importa destacar que Niterói foi sede da capital do estado do Rio de Janeiro até 1975, o que lhe rendeu como herança uma expressiva rede de serviços públicos construída no município. Posteriormente, a partir da fusão com o estado da Guanabara, a capital passou a ser a cidade do Rio de Janeiro. Diante dos serviços públicos em diferentes setores sociais no município, Niterói tornou-se referência para os municípios vizinhos, como São Gonçalo e Maricá. Há estudos do IBGE (2016) que sinalizam sobre a relação de arranjos população e concentração urbana, caracterizando um movimento pendular entre Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro (Cinacchi, 2023).

Nesse contexto, outros estudos destacam o caráter exitoso do município de Niterói na implementação de políticas públicas. Na saúde, destaca-se a adoção pioneira do Modelo de Atenção Primária à Saúde, Por intermédio do Programa Médico da Família (Senna, 1995). Mais recentemente, destacou-se na criação e na coordenação das ações de enfrentamento da covid-

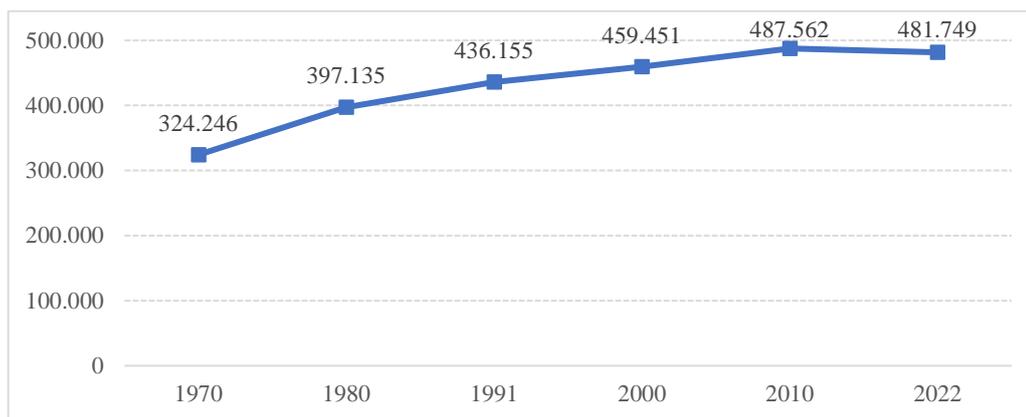
19, em ações clínicas e sanitárias, apresentando alternativas para reduzir os impactos sociais e econômicos da pandemia, segundo Conceição *et al.* (2020).

Na política de assistência social, apresentou-se como vanguarda na implantação do SUAS no Brasil, sendo uma das cidades pioneiras na adesão do sistema (Souza, 2011).

4.1.1 Dados Demográficos e Sociais sobre Niterói

No que tange a sua população, Niterói possui 481.749 habitantes, com uma densidade demográfica de 3.601,67 habitantes por km² (IBGE, 2022). Esses dados mostram um decréscimo na população, que, mantida, pode apontar uma mudança na tendência de crescimento populacional, observada nas últimas décadas, conforme mostram os dados do gráfico abaixo.

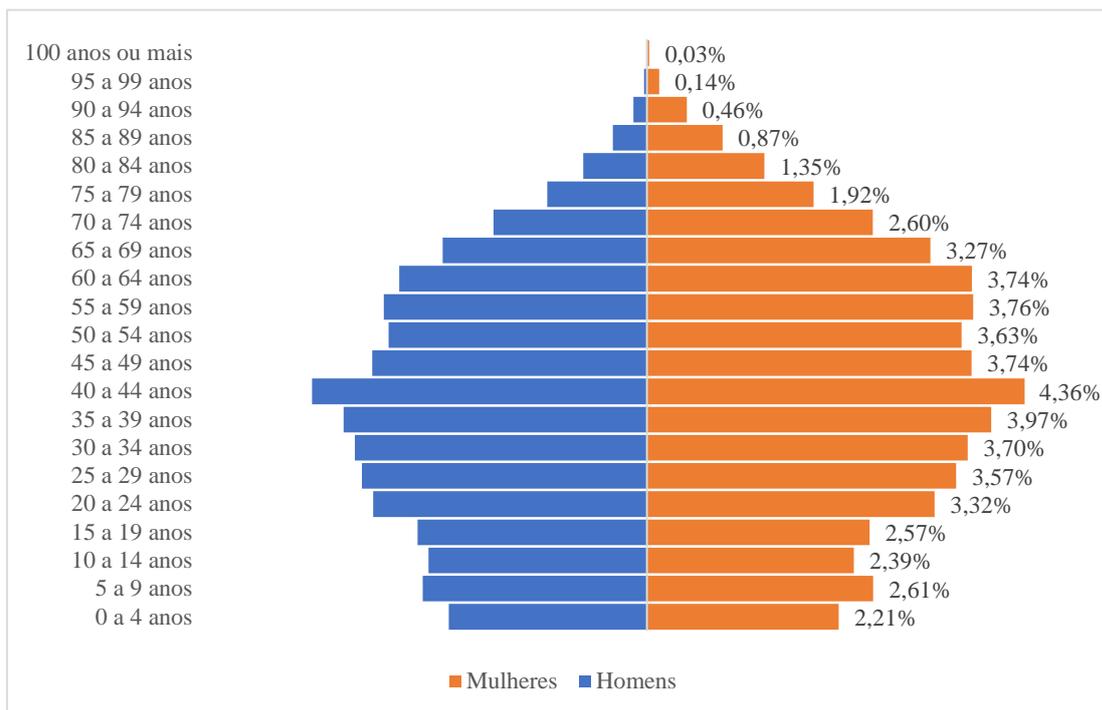
Gráfico 1 – Crescimento Populacional de Niterói



Fonte: IBGE (2022).

Ainda em termos demográficos, Niterói é considerado um município de grande porte, cuja população é totalmente urbana, com uma proporção de 54,20% mulheres (261.069) para 45,80% de homens (220.680), considerando pessoas domiciliadas (IBGE, 2022).

Em relação a sua composição etária, a população niteroiense segue a tendência observada no país de mudança da pirâmide etária, com redução da natalidade e aumento da longevidade, isto é, das pessoas vivendo nas faixas etárias mais elevadas, e maior concentração de mulheres nestas faixas. O gráfico abaixo apresenta essa distribuição por sexo.

Gráfico 2 – Faixa etária masculina e feminina de Niterói

Fonte: IBGE (2022).

Quanto à cor ou raça, de acordo com o Censo 2022, a população de Niterói se declarou ter o predomínio de pessoas brancas, da ordem de 57,15% (275.336) da população total da cidade (481.749). Entre pardas (144.324) e pretas (60.286), aproximadamente 29,96% e 12,52%, respectivamente, totalizam 42,48% de pessoas negras na cidade. A população declarada como amarela é de 0,24% (1.161), seguida pela indígena com 0,13% (625).

Em relação às condições habitacionais, em torno de 91% dos seus domicílios possuíam esgotamento sanitário adequado, 78,5% dos domicílios em vias públicas com arborização e 58,8% desses domicílios com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010).

Os dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são de 2010 e mostram que Niterói, naquela ocasião, apresentava o índice de 0.837, o mais alto do estado do Rio de Janeiro e o sétimo em nível nacional. Apesar disso, os dados do Censo de 2010 mostram que 11,6% da população vivia na pobreza, e 0,8%, na extrema pobreza.

No que se refere aos dados econômicos, de acordo com o IBGE (2021), Niterói possui um PIB per capita é de R\$ 128.333,01, o que o coloca na sétima posição no estado do Rio de Janeiro e em 122º, em um universo de 5.570 municípios existentes no país. Sua população ocupada corresponde a 39,3% do total, com salário médio mensal de 3,1 salários-mínimos. Não dispomos de dados atualizados sobre o percentual de pessoas com rendimento médio de até

meio salário mínimo, o que seria extremamente importante, visto que é o público-alvo dos programas sociais de renda. Os dados disponíveis de 2010 mostram um percentual de 29,5% da população com rendimento nessa faixa (IBGE, 2010).

Segundo Costa (2019), a desigualdade de Niterói é reflexo de um crescimento desordenado com ocupações irregulares e, por conseguinte, com crescimento no número de pessoas com vulnerabilidade social no município.

A PSR de Niterói, Cadastrada no CadÚnico, em 2023, segundo a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) do MDS (Brasil, [200?]), era de 820 pessoas, o que corresponde a 0,05% dos 151.559 cadastrados no sistema.

Cabe destacar que o fato de alguns dados sociais e ambientais apresentados acima estarem desatualizados deve-se ao atraso na realização do Censo Demográfico, pelo governo federal anterior, que não priorizou sua realização no ano de 2020, que seria o previsto, o que dificulta a qualidade da análise sobre pobreza e desigualdade social.

4.2 As mulheres em situação de rua na cidade de Niterói

Compartilhamos os resultados do presente estudo, em que objetivamos o desenvolvimento de uma análise interseccional das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói. Para tanto, buscamos compreender: quem são as mulheres em situação de rua dessa cidade; os principais motivos que causaram a ida dessas mulheres para as ruas; as dificuldades e necessidades vivenciadas por elas; as principais implicações de viver nas ruas em relação a saúde sexual e reprodutiva, e o direito à maternidade dessas mulheres; o acesso das mulheres em situação de rua aos programas e serviços na cidade de Niterói; e o cotidiano de sobrevivências delas nas ruas.

4.2.1 Quem são essas mulheres: perfil sociodemográfico

O universo da Pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersectoriais para a População em Situação de Rua* foi composto por 157 pessoas, adultas, 118 foram feitas com homens, 35 com mulheres cisgêneras, 4 com mulheres transgêneras e/ou travestis. O período da coleta dos dados da pesquisa foi de abril a agosto do ano de 2022, conforme já evidenciado anteriormente.

O recorte desta tese enfoca a análise no grupo das 39 mulheres (cisgêneras e transgêneras), destacando, inicialmente, o perfil dessas mulheres.

O primeiro dado que chama atenção nesse grupo é o fato de corresponder a 25% do total de pessoas adultas em situação de rua na cidade de Niterói quando comparado com os dados projetados em nível nacional no Relatório Digital do Governo Federal (Brasil, 2023a), que aponta que 13% da PSR são mulheres.

Tabela 1 – Raça declarada das mulheres em Situação de Rua (n = 39). Niterói, 2022

| RAÇA | Mulher cisgênera | | Mulher transgêneras/ travesti | | TOTAL | |
|--------------|------------------|--------|-------------------------------|-----|-------|--------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Preto/ Pardo | 30 | 85,71% | 3 | 75% | 33 | 84,62 |
| Branco | 4 | 11,43% | 1 | 25% | 4 | 10,26 |
| Amarelo | 1 | 2,86% | 0 | 0% | 1 | 2,56 |
| Total | 35 | | 4 | | 39 | 100,00 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Os dados acima mostram uma predominância de mulheres que se declaram pretas/pardas (85,71%) tanto nas mulheres cisgêneras quanto entre as mulheres transgêneras/travesti (75%), enquanto apenas 11,43% das mulheres cisgêneras e 25% das mulheres transgêneras se declararam brancas. Esses dados reiteram o panorama nacional disponibilizados no Relatório Digital do Governo Federal em 2023, que estima, a partir do CadÚnico, que o percentual de pessoas em situação de rua é composto, em sua grande maioria (68%), da raça negra.

Tabela 2 – Faixa etária da PSR por gênero (n = 39). Niterói, 2022

| Faixa Etária | Mulher cis | | Mulher trans/travesti | | TOTAL | |
|-------------------|------------|--------|-----------------------|-----|-------|--------|
| | N | % | N | % | N | % |
| 20 a 29 anos | 8 | 22,86 | 2 | 50 | 10 | 25,64 |
| 30 a 39 anos | 9 | 25,71 | 1 | 25 | 10 | 25,64 |
| 40 a 49 anos | 10 | 28,57 | 0 | 0 | 10 | 25,64 |
| 50 a 59 anos | 6 | 17,14 | 0 | 0 | 6 | 15,38 |
| Maior que 60 anos | 2 | 5,71 | 1 | 25 | 3 | 7,69 |
| Total | 35 | 100,00 | 4 | 100 | 39 | 100,00 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Embora os dados da população de mulheres transgêneras e travestis sejam menores do que os observados para mulheres cisgêneras, é possível observar na tabela acima que, no universo entrevistado, as mulheres transgêneras passam a viver em situação de rua mais jovens

(20-29 anos) que as mulheres cisgêneras (40-49 anos), o que pode sugerir que o preconceito enfrentado por essas mulheres as impulsionem a viver nas ruas mais cedo do que as demais.

Tabela 3 – Escolaridade de mulheres em situação de rua por gênero e raça (n = 39). Niterói, 2022

| Escolaridade | Mulher cisgênera | | | | | | Mulher transgênera | | | | Total das mulheres | |
|-------------------------------|------------------|------------|----------|------------|----------|------------|--------------------|------------|----------|------------|--------------------|------------|
| | Negra | % | Branca | % | Amarela | % | Negra | % | Branca | % | N | % |
| Nunca frequentou a escola | 2 | 6,7 | 0 | | 0 | | 0 | | 0 | | 2 | 5,1 |
| Ensino fundamental incompleto | 19 | 63,3 | 2 | 50,0 | 1 | | 1 | 33,3 | | | 23 | 59,0 |
| Ensino fundamental completo | 2 | 6,7 | | 0,0 | | | 1 | 33,3 | | | 3 | 7,7 |
| Ensino médio incompleto | 3 | 10,0 | | 0,0 | | | 1 | 33,3 | | | 4 | 10,3 |
| Ensino médio completo | 3 | 10,0 | 1 | 25,0 | | | | 0,0 | | | 4 | 10,3 |
| Ensino técnico completo | 0 | 0,0 | 1 | 25,0 | | | | 0,0 | | | 1 | 2,6 |
| Ensino superior incompleto | 1 | 3,3 | | 0,0 | | | | 0,0 | | | 1 | 2,6 |
| Ensino superior completo | 0 | 0,0 | | 0,0 | | | | 0,0 | | | 0 | 0,0 |
| Pós-graduação | 0 | 0,0 | | 0 | | | | 0,0 | 1 | 100 | 1 | 2,6 |
| Não respondeu | 0 | 0,0 | | 0 | | | | 0,0 | | | 0 | 0,0 |
| Total | 30 | 100 | 4 | 100 | 1 | 100 | 3 | 100 | 1 | 100 | 39 | 100 |

Fonte: elaboração própria com base em Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Em relação à escolaridade, os dados mostram que cerca de 59% das mulheres em situação de rua sequer completaram o Ensino Fundamental, o que demonstra sua baixa escolaridade. Entre as mulheres cisgêneras que se declaram negras, esse percentual é maior ainda (63,33%), o que nos aponta a importância da raça nesse marcador.

No tocante às relações de trabalho, a tabela abaixo mostra a fragilidade desses vínculos entre as mulheres em situação de rua. No total, 51,28% têm a informalidade na inserção no mundo laboral, o que pode ter contribuído para a sua ida para as ruas.

Tabela 4 – Situação de trabalho das mulheres em situação de rua antes de irem para as ruas por raça e gênero (n = 39). Niterói, 2022

| Trabalhava antes da situação de rua | Mulher cisgênera | | | | | | | | Mulher transgênera | | | | | | Mulheres | |
|-------------------------------------|------------------|--------|--------|-----|---------|-----|-------|-------|--------------------|---|--------|---|-------|-----|----------|-------|
| | Negra | | branca | | Amarela | | total | | negras | | branca | | total | | total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Nunca Trabalhou | 4 | 13,33 | 1 | 25 | | | 5 | 14,29 | | | | | 0 | | 5 | 12,82 |
| Trabalho Formal | 6 | 20,00 | | 0 | 1 | 100 | 7 | 20,00 | | 0 | 1 | | 1 | 25 | 8 | 20,51 |
| Trabalho Informal | 14 | 46,67 | 3 | 75 | | | 17 | 48,57 | | 3 | | | 3 | 75 | 20 | 51,28 |
| Trabalhava e ficou desempregado | 0 | 0,00 | | 0 | | | | 0 | | | | | | 0 | 0 | 0,00 |
| Não respondeu | 6 | 20,00 | | 0 | | | 6 | 17,14 | | | | | | 0 | 6 | 15,38 |
| Total | 30 | 100,00 | 4 | 100 | 1 | 100 | 35 | 100 | | 3 | 1 | | 4 | 100 | 39 | 100 |

Fonte: elaboração própria com base em Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

As mulheres negras transgêneras, bem como as mulheres brancas cisgêneras, são as que informaram ser a informalidade maior, de 75% cada, percentual este maior do que o verificado entre as mulheres negras cisgêneras (46,67%). Esse resultado pode estar influenciado pelo quantitativo de mulheres negras que não responderam a essa questão. Outro fator que pode ser explicativo é o menor número absoluto entre as pessoas que se encontram em situação de rua.

A precariedade da situação de moradia que antecede a ida para as ruas pode ser observada na tabela abaixo, em que 44,1% das mulheres relatam que viviam em comunidade/favela seguidas daquelas que relatam ter residido em bairros periféricos nas áreas urbanas (42,2%). O percentual daquelas que declararam viver em região central é de apenas 14,7%. Nenhuma mulher – cisgênera ou transgênera – declarou residir na zona rural ou área ocupada por classes altas.

Tabela 5 – Local de moradia anterior a situação de rua, por gênero (n = 34). Niterói, 2022

| Local moradia | Mulher cis | | Mulher trans | | Total | |
|--------------------------------------|------------|--------|--------------|-----|-------|-------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Em comunidade/ favela | 14 | 46,67% | 1 | 25% | 15 | 44,1 |
| Em bairro periférico, na área urbana | 13 | 43,33% | 1 | 25% | 14 | 41,2 |
| Em região central | 3 | 10,00% | 2 | 50% | 5 | 14,7 |
| Total de Respondentes | 30 | | 4 | | 34 | 100,0 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Em relação à religião, observamos que 41,03% das mulheres em situação de rua declaram não ter nenhuma religião. Entre aquelas com religião, há uma predominância da religião evangélica seguida da religião católica.

Tabela 6 – Religião da PSR por gênero (n = 39). Niterói, 2022

| Religião | Mulher Cisgênera | | Mulher Transgênera | | TOTAL | |
|----------------------------|------------------|-------|--------------------|-----|-------|-------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Não possui | 15 | 42,86 | 1 | 25 | 16 | 41,03 |
| Católica | 6 | 17,14 | 1 | 25 | 7 | 17,95 |
| Evangélica | 9 | 25,71 | 0 | 0 | 9 | 23,08 |
| Espírita | 1 | 2,86 | 0 | 0 | 1 | 2,56 |
| Religiões afro-brasileiras | 1 | 2,86 | 1 | 25 | 2 | 5,13 |
| Cristão/Crê em Jesus | 1 | 2,86 | 1 | 25 | 2 | 5,13 |
| Espiritualista | 1 | 2,86 | 0 | 0 | 1 | 2,56 |
| Não respondeu | 1 | 2,86 | 0 | 0 | 1 | 2,56 |
| Total | 35 | 100 | 4 | 100 | 39 | 100 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Entre as pessoas cisgêneras, há uma predominância de mulheres que declararam não possuir religião (42,86%). Entre as quatro mulheres transgêneras entrevistadas, uma declarou não possuir religião. Em relação àquelas que declararam possuir religião, entre as mulheres cisgêneras, há uma maior incidência das que se dizem evangélicas. Na população de mulheres transgêneras/travestis, há uma distribuição uniforme entre as religiões católica, afro-brasileiras e aquelas que creem em Jesus. Cabe destacar que poucas mulheres se identificam com as religiões de matrizes afro-brasileiras, ao contrário do que o senso comum imagina de associação entre identificação de raça e religião, uma vez que a maioria das mulheres são negras. Tal fato pode sugerir que o trabalho de entidades e grupos religiosos com essa população possa estar influenciando nessa distribuição.

4.2.2 Principais motivos para as mulheres estarem em situação de rua

Foi perguntado às mulheres as principais razões que as levaram à situação de rua. A tabela abaixo sintetiza essas informações. As mulheres poderiam escolher mais de uma razão.

Tabela 7 – Principais motivos para as mulheres estarem em situação de rua, por gênero. Niterói, 2022

| Motivos | Mulher cisgêneras | | Mulher transgêneras | | Total | |
|---|-------------------|------|---------------------|-----|-------|------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Conflitos familiares | 12 | 34,3 | 4 | 100 | 16 | 41,0 |
| Desemprego | 25 | 71,4 | 0 | 0 | 25 | 64,1 |
| Despejo/ não conseguiu pagar aluguel | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |
| Diminuição da renda | 2 | 5,7 | 0 | 0 | 2 | 5,1 |
| Violência no território de origem/ Expulsão por tráfico/ Milícia | 6 | 17,1 | 0 | 0 | 6 | 15,4 |
| Falecimento de Familiares | 4 | 11,4 | 0 | 0 | 4 | 10,3 |
| Opção própria/Prefere ficar na rua | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |
| Perda da casa por causas naturais ou acidentes | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |
| Prisão de Familiares | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |
| Uso abusivo ou nocivo de álcool e outras drogas | 2 | 5,7 | 0 | 0 | 2 | 5,1 |
| Violência doméstica | 3 | 8,6 | 0 | 0 | 3 | 7,7 |
| Violência sexual | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |
| Cuidar da filha em situação de rua | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |
| Queria morar em Niterói | 1 | 2,9 | 0 | 0 | 1 | 2,6 |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

É possível observar que, no total de mulheres, 64% afirmam que o desemprego é a maior causa para a ida para a situação de rua, sendo percentual maior entre as mulheres cisgêneras (71,4%). Em seguida, vêm os conflitos familiares com 41%, sendo estes a causa principal para a população transgênera (100%) vivenciarem a situação de rua. Esses dados demarcam a necessidade de especificidades de cada grupo serem consideradas na implementação de serviços e ações voltadas para as mulheres em situação de rua na cidade de Niterói.

4.2.3 Dificuldades e necessidades vivenciadas pelas mulheres em situação de rua

Para melhor compreensão das dificuldades e necessidades das mulheres, são apresentados a seguir os dados dos questionários estendidos por gênero.

Entre as mulheres cisgêneras, as principais dificuldades encontram-se nas condições para a realização da higiene/banho (36,7%) e em relação a violências e agressões físicas/psicológicas que essas mulheres enfrentam no cotidiano das ruas (36,7%).

Tabela 8 – Dificuldades vivenciadas pelas mulheres cisgêneras nas ruas (n = 30). Niterói, 2022

| Dificuldades | N | % |
|---|-----------|--------------|
| Assédio/violência sexual | 3 | 10,0 |
| Violências/ Agressões físicas e psicológicas | 11 | 36,7 |
| Higiene/ Banho/ Banheiro | 11 | 36,7 |
| Emprego/ Trabalho na rua | 2 | 6,7 |
| Gravidez | 1 | 3,3 |
| Período menstrual | 2 | 6,7 |
| Não tem dificuldade/não vê diferença por estar na rua | 2 | 6,7 |
| Não Respondeu | 7 | 23,3 |
| Total | 30 | 100,0 |

Fonte: elaboração própria com base de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Em relação às mulheres transgêneras, as situações de transfobia correspondem às dificuldades vivenciadas por duas mulheres entrevistadas.

Tabela 9 – Dificuldades vivenciadas pelas mulheres transgêneras nas ruas (n = 4). Niterói, 2022

| Dificuldades | N | % |
|------------------------------|----------|--------------|
| Violência | 1 | 25,0 |
| Transfobia | 2 | 50,0 |
| Ir ao banheiro | 1 | 25,0 |
| Total de Respondentes | 4 | 100,0 |

Fonte: elaboração própria com base de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Quando indagadas especificamente sobre o tipo de violência que vivenciam no seu cotidiano, observamos que os tipos de violência a que essas mulheres estão submetidas se superpõem, o que demonstra a precariedade de suas vidas.

Entre as mulheres cisgêneras, o dado que mais chama a atenção refere-se à negação de ter sofrido casos de violência (29,1%), apesar de sabermos que estão sujeitas à violação estrutural de seus direitos. Entre aquelas que reconhecem ter sido vítimas de violência, os tipos identificados são a violência física (10,9%) e a violência contra a mulher (10,9%), seguidas pela violência institucional (9,09%).

Tabela 10 – Tipo de violência por gênero e raça. Niterói, 2022

| Tipo de violência | mulher cisgênera | | | | | | | | mulher transgênera | | | | | | TOTAL | |
|--|------------------|------|--------|------|---------|-----|-------|------|--------------------|---|--------|---|-------|----|-------|---|
| | Negra | | branca | | Amarela | | TOTAL | | negra | | branca | | TOTAL | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Nunca sofreu violência | 12 | 23,5 | 3 | 75,0 | 1 | 100 | 16 | 29,1 | 0 | | 0 | 0 | 0,0 | 16 | 23 | |
| Violência Física | 6 | 11,8 | | 0,0 | | | 6 | 10,9 | 2 | | 1 | 3 | 18,8 | 9 | 13 | |
| Violência Verbal | | 0 | | 0,0 | | | 0 | 0 | 1 | | 1 | 2 | 12,5 | 2 | 2,8 | |
| Violência Institucional (por parte de representantes públicos) | 5 | 9,8 | | 0,0 | | | 5 | 9,09 | 1 | | | 1 | 6,3 | 6 | 8,5 | |
| Violência Patrimonial (inclui retirada de pertences) | 3 | 5,88 | | 0,0 | | | 3 | 5,45 | 2 | | | 2 | 12,5 | 5 | 7 | |
| Violência Psicológica | 3 | 5,88 | | 0,0 | | | 3 | 5,45 | 1 | | | 1 | 6,3 | 4 | 5,6 | |
| Racismo | 3 | 5,88 | | 0,0 | | | 3 | 5,45 | 1 | | | 1 | 6,3 | 4 | 5,6 | |
| Violência Sexual | 4 | 7,84 | 1 | 25,0 | | | 4 | 7,27 | 2 | | 1 | 3 | 18,8 | 7 | 9,9 | |
| Violência contra a mulher | 6 | 11,8 | | 0,0 | | | 6 | 10,9 | 1 | | | 1 | 6,3 | 7 | 9,9 | |
| LGBTfobia | | 0 | | 0,0 | | | 0 | 0 | 1 | | 1 | 2 | 12,5 | 2 | 2,8 | |
| Outro (especifique) | 1 | 1,96 | | 0,0 | | | 1 | 1,82 | | | | | 0,0 | 1 | 1,4 | |
| Não respondeu | 8 | 15,7 | | 0,0 | | | 8 | 14,5 | | | | | 0,0 | 8 | 11 | |

Fonte: elaboração própria com base de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

No caso das mulheres transgêneras, todas relataram ter sofrido algum tipo de violência, fato que reitera os dados do cenário nacional, considerando que o maior número de notificações de violência é em relação às mulheres transgêneras, de acordo com Relatório Digital do Governo Federal sinalizado na introdução da presente tese. Outrossim, é perceptível a identificação da violência física (3) e da violência sexual (3) entre as principais causas de tipo de violência em relação às mulheres transgêneras. Também merecem destaque a violência patrimonial e a LGBTfobia relatadas por essas mulheres.

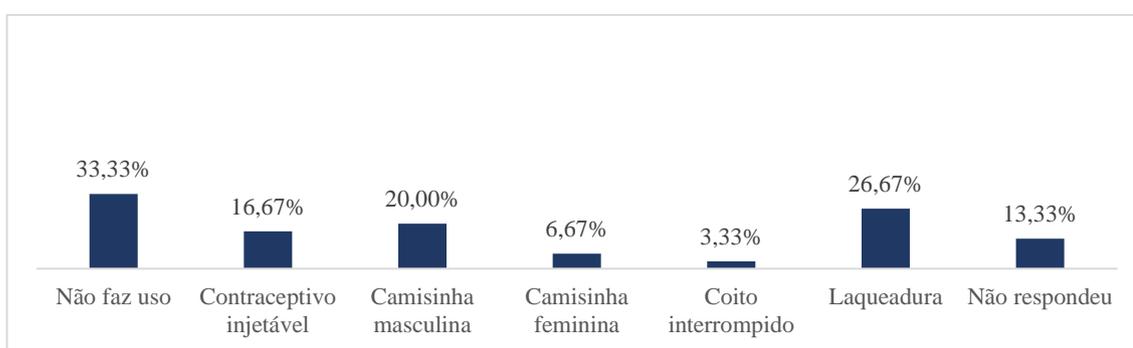
4.2.3.1 Implicações de viver nas ruas para a saúde sexual e reprodutiva da mulher e o direito à maternidade

Dentre todos os dados extraídos sobre a saúde sexual e reprodutiva, e o direito à maternidade, das mulheres em situação de Niterói, destacamos os referentes: ao uso de contraceptivos; ao uso de absorventes; ao uso de hormônio; à situação das crianças pós-parto;

à alternativa de ficar com a criança. Nesse sentido, consideramos as necessidades e as especificidades mais evidenciadas em relação às mulheres cisgêneras e transgêneras em situação de rua na cidade.

Assim, os dados sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres em situação de rua de Niterói revelam um percentual desse segmento, que não faz uso de qualquer tipo de contraceptivo (33,33%), conforme gráfico a seguir. Isso evidencia a necessidade de essas mulheres serem acompanhadas sistematicamente pela política de saúde da cidade.

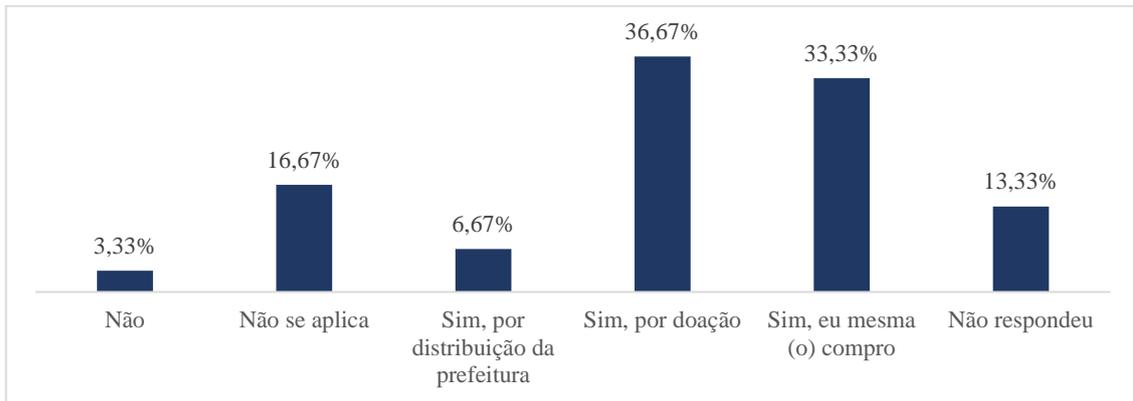
Gráfico 3 – Uso de contraceptivos (n = 30). Niterói, 2022



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Outro dado que chama atenção é o percentual de mulheres em situação de rua que realizaram a laqueadura (26,67%). Avaliamos ser um dado relevante em relação à saúde reprodutiva das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói, devendo ser examinado pela política de saúde da cidade. Destacamos o direito das mulheres em situação de rua em relação a sua autonomia na escolha (ou não) de seus métodos contraceptivos, para tanto, o acompanhamento e a orientação dessas mulheres por parte da política municipal de saúde são fundamentais.

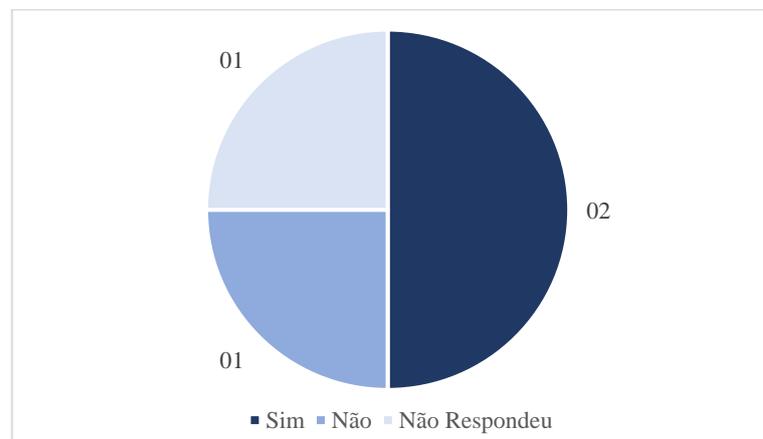
Ao observarmos os dados abaixo sobre o uso de absorventes pelas mulheres em situação de rua na cidade de Niterói, podemos sugerir que essas mulheres vivenciam a pobreza menstrual, pois dependem de doações para terem acesso a absorventes, dificultando sua higiene menstrual.

Gráfico 4 – Acesso absorventes (n = 30). Niterói, 2022

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

A pobreza menstrual é algo muito sério em nosso país, e essa realidade pôde ser também identificada na cidade de Niterói, considerando que 36,67% das mulheres em situação de rua têm acesso a absorventes por meio de doação, e 33,33% necessitam comprar seus absorventes. No cenário nacional, 33% das mulheres já utilizaram papel higiênico no lugar de absorventes (Brasil,2024). O acesso gratuito, por distribuição pela prefeitura de Niterói, só atingia, na época da pesquisa, cerca de 6,67% das mulheres em situação de rua. É fundamental a implementação de ações em Niterói, como o Programa Dignidade Menstrual, recém-lançado pelo governo federal (Brasil, 2024).

As mulheres transgêneras demandam acompanhamento sistemático especializado, na área da saúde, considerando o uso de hormônios e de acordo com os dados do gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Faz uso de hormônio (mulher transgênera) (n = 4). Niterói, 2022

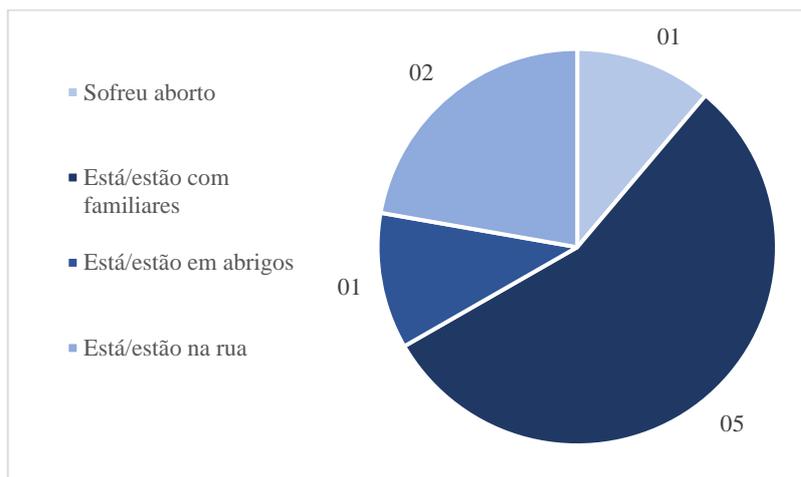
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Observamos que a metade (2) do total das mulheres transgêneras entrevistadas na cidade de Niterói informou fazer uso de hormônio. O acompanhamento público especializado se faz

necessário, considerando o alto risco do uso de hormônios acessados de forma clandestina, colocando em risco a saúde dessas mulheres.

Cerca de oito mulheres cisgêneras informaram ter vivenciado gestações na rua, e a maioria delas não se encontram na companhia de seus filhos, com base no gráfico a seguir.

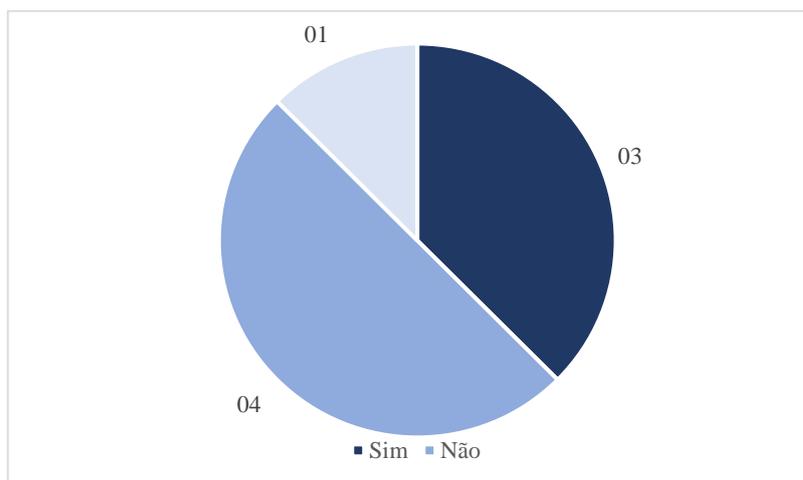
Gráfico 6 – Situação das crianças pós-parto (n = 8). Niterói, 2022



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Os filhos das mulheres em situação de rua na cidade de Niterói encontram-se, em sua grande maioria, com familiares dessas mulheres (5), denotando a dificuldade de permanecerem com seus filhos em suas companhias.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de pensar em ações públicas que possam contemplar efetivamente a proteção social de mulheres em situação de rua e suas crianças, para que ambas possam ter assegurado o direito à convivência familiar e comunitária, além do direito ao exercício da maternidade delas, pois a metade (4) da totalidade das mulheres em situação de rua entrevistadas na cidade de Niterói não tiveram alternativa de permanecerem com seus filhos.

Gráfico 7 – Alternativa de ficar com a criança (n = 8). Niterói, 2022

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *e-book* de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Os dados em relação às mulheres em situação de rua e seus filhos na cidade de Niterói são uma realidade identificada em demais cidades do cenário nacional, considerando a elaboração da Nota Técnica Conjunta⁵² nº 001/2016 do MDS e do MS, a qual estabeleceu as diretrizes e os fluxograma para atenção integral à saúde das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos. Isso aponta serviços e ações públicas que privilegiem a proteção social de ambos – mulher e crianças – com a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, e do direito ao exercício da maternidade.

4.3 O acesso das mulheres em situação de rua aos programas e serviços na cidade de Niterói

Apresentamos a seguir tabela condensando os principais serviços públicos utilizados pelas mulheres em situação de rua na cidade de Niterói. É importante sinalizarmos que tivemos 34 mulheres respondentes sobre os serviços acessados, considerando que, por razões diversas, a 5 mulheres, não foram aplicados os questionários estendidos, que continham as questões referentes aos serviços. As mulheres puderam apontar múltiplas respostas.

Ao analisarmos os dados representados na tabela abaixo, fica evidenciado que as mulheres cisgêneras negras são as que mais frequentam os serviços de assistência social e saúde. Dentre os atendimentos na área da assistência social dos quais as mulheres cisgêneras

⁵² Ver terceiro capítulo *A tessitura de Políticas Públicas para População em Situação de Rua*, desta tese.

negras fazem uso, o Centro POP é o que mais se destaca, seguido do acolhimento institucional (abrigo ou hotel). Em relação aos serviços de saúde, as mulheres cisgêneras negras mais utilizam os hospitais, seguidos do CAPS, CnaR e Posto de Saúde, apresentando a mesma quantidade de atendimento nessas unidades da saúde. Os serviços da assistência social de alta complexidade são os mais usados por essas mulheres ao serem comparados com os serviços de saúde. Essas mulheres são as únicas que também acessam o restaurante popular da cidade, pois os demais segmentos de mulheres não verbalizaram o utilizar. Os dados se apresentam mais expressivos, considerando a prevalência de mulheres negras cisgêneras em situação de rua na cidade de Niterói.

Em relação aos dados das mulheres transgêneras, verificamos que fizeram uso da mesma quantidade dos serviços da assistência social e da saúde. Sendo que a única mulher transgênera branca teve acesso a vários serviços da política de assistência social, como a abordagem, o CRAS, o CREAS e as unidades de acolhimento institucional; enquanto as mulheres transgêneras negras utilizaram as unidades de acolhimento e o Centro POP. Os serviços de saúde frequentados pelas mulheres transgêneras negras se concentram em CnaR, Hospitais e Posto de Saúde, enquanto a única mulher transgênera branca, os serviços são CAPS, CnaR e Hospitais.

Tabela 11 – Principais serviços públicos acessados na cidade de Niterói pelas mulheres em situação de rua por gênero e raça (n = 34). Niterói, 2022

| | Tipo de Atendimento | Mulher cisgênera | | | Mulher transgênera | |
|------------------------|---|------------------|--------|---------|--------------------|--------|
| | | Negra | Branca | Amarela | Negra | Branca |
| Assistência Social | Centro POP | 20 | 1 | 1 | 2 | 1 |
| | Acolhimento institucional (abrigo ou hotel) | 10 | 1 | | 2 | 1 |
| | Restaurante popular | 10 | | | | |
| | Abordagem social | 2 | | | | 1 |
| | CRAS | 4 | | | | 1 |
| | CREAS | 3 | | | | 1 |
| | ERAD | 0 | | | | |
| Saúde | CAPS | 4 | 1 | | | 1 |
| | CnaR | 4 | | | 2 | 1 |
| | Hospital | 6 | | | 1 | 1 |
| | Posto de Saúde | 4 | | 1 | 1 | |
| | Policlínica | 3 | 1 | | | |
| | Saúde da Família | 3 | 1 | | | |
| | UPA | 1 | | | | |
| | Serviço Privado (ONG's/igrejas) | 0 | | | | |
| Clínica de Hemodiálise | 1 | | | | | |

Fonte: elaboração própria com base na Pesquisa de Senna; Lobato; Cinacchi, (2023).

Fica demonstrado que os únicos serviços públicos que são utilizados pelas mulheres (cisgêneras e transgêneras) em situação de rua na cidade de Niterói são referentes à política de assistência social e política de saúde, não sendo identificada uma política habitacional voltada para atendimento dessas mulheres.

4.4 O cotidiano da sobrevivência nas ruas: o olhar das mulheres

Os registros que vamos apresentar fazem parte do diário de campo elaborado por esta pesquisadora, durante os cinco meses (de abril a agosto de 2022) do trabalho de campo da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para População em Situação de Rua*, e, conseqüentemente, também deste estudo que apresentamos na presente tese.

Entendemos o diário de campo como uma importante ferramenta para a pesquisa que desenvolvemos sobre as mulheres em situação de rua na cidade de Niterói, a fim de apontar os dados mais descritivos observados, assim como as impressões subjetivas pertinentes ao olhar desta pesquisadora, quando da realização das entrevistas desenvolvidas, a partir da aplicação dos questionários da pesquisa supramencionada. São falas colhidas onde nossa observação enquanto pesquisadoras foi fundamental para a percepção destes apontamentos.

Realizamos 6 entrevistas, a partir da aplicação de questionários a mulheres em situação de rua na cidade de Niterói, das 39 mulheres entrevistadas (35 mulheres cisgêneras e 4 mulheres transgêneras) em toda a pesquisa. Analisamos todos os questionários aplicados (39) e colhemos os registros e as falas de todas as mulheres entrevistadas, registradas nos campos de observação e nas perguntas com respostas abertas.

A análise de conteúdo desenvolvida foi com base nesses documentos selecionados, referente às anotações do diário de campo e dos questionários, contendo as falas das mulheres entrevistadas.

Destacamos aqui os seis casos em que entrevistamos a partir da aplicação dos questionários, considerando a utilização do diário de campo, como um importante instrumental de coleta de nossas percepções, reflexões e da nossa circulação nesse campo (Bonetti; Fleischer, 2007). Contudo, trazemos também as nossas observações provenientes da análise realizada sob o apontamento das falas das demais mulheres entrevistadas pelos outros pesquisadores, a partir dos lançamentos da totalidade dos 39 questionários aplicados a mulheres cisgêneras e transgêneras. Para tanto, apresentamos inicialmente quadro condensado do perfil dessas seis

mulheres em situação de rua, como forma de evidenciar alguns dados já apontados e destacar outros pertinentes para a análise interseccional que apresentaremos posteriormente.

É necessário lembrar que, ao nos referirmos às mulheres em situação de rua da cidade de Niterói, utilizamos os prenomes de mulheres negras históricas em nosso país. Dessa forma, trazemos as seis mulheres que entrevistamos diretamente, aqui denominadas: Dandara, Sueli, Conceição, Lélia, Beatriz e Carolina Maria – mulheres negras de luta e suas formas de sobrevivência.

Quadro 3 – Perfil das mulheres que responderam aos questionários aplicados pela autora (n = 6)

| Nome | Gênero | Idade | Raça /Cor | Escolaridade | Nº de filhos | Atividade laborativa na rua | Motivo que foi para rua | Tempo que se encontra em situação de rua |
|----------------|--------------------|-------|-----------|-------------------------------|-----------------|---|---|---|
| Dandara | Mulher Cisgênera | 32 | Preta | Assina o nome | 3 | Tomando conta de carro | Conflitos familiares | 3 anos |
| Sueli | Mulher Cisgênera | 40 | Parda | Ensino fundamental incompleto | 5 | Reciclagem e ferro velho | Perda de familiares | 22 anos |
| Conceição | Mulher Cisgênera | 43 | Parda | Ensino fundamental incompleto | --- | Pedinte de esmolas | Perda de familiares | 7 anos |
| Lélia | Mulher Cisgênera | 29 | Preta | Ensino fundamental incompleto | --- | Não trabalhava na ocasião por estar com tração na perna. Diz ter sido cabeleireira, manicure e fazer sobancelha | Saiu de casa para ficar na companhia de um companheiro. | 1 ano e meio (época da pandemia) |
| Beatriz | Mulher Cisgênera | 33 | Parda | Ensino médio completo | 2 | Vendendo doce | Conflitos familiares | 1 mês e meio |
| Carolina Maria | Mulher transgênera | 60 | Parda | Ensino fundamental completo | Não tem filhos. | Atualmente não trabalha. Diz ter sido prostituta e cuidadora | Conflitos familiares | Na ocasião no abrigo. Residiu por 10 anos no prédio ocupado ao lado da CEF. |

Fonte: elaboração própria a partir do diário de campo (2023).

Destacamos ainda que os casos aqui apresentados retratam a totalidade do segmento de nosso estudo, contemplando algumas variáveis, como gênero, faixa etária, população abrigada em unidade da Assistência Social, além de pessoas originárias de diferentes territórios da cidade de Niterói. Para além disso, ao trazermos o registro desses casos, destacamos as nuances do trabalho de campo, pois a rua foi o nosso *locus* de estudo, onde outras variáveis incidem sobre esta realidade.

Na sequência, a partir do olhar desta pesquisadora e baseada na análise de conteúdo desenvolvida, apresentamos as formas de sobrevivência dessas mulheres negras de luta que se encontravam em situação de rua em Niterói.

Outrossim, é importante esclarecer que denominamos formas de sobrevivência por entendermos que estamos falando de um lugar – Rua – que caracterizamos como um verdadeiro campo de guerra, onde, diariamente, cada mulher trava uma batalha para sobreviver as violações naturalizadas que lhes são impostas.

4.4.1 Dandara e suas formas de sobrevivência

Dandara, sempre sorrindo após cada resposta e muito colaboradora, mas demonstrando um lado bastante pueril e ingênuo, por vezes parecendo imaturidade ou até, com uma certa infantilização (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 1).

Tivemos o primeiro contato com Dandara⁵³ ainda no pré-teste da pesquisa, no dia 25 de abril de 2022, na área externa do Centro POP, enquanto aguardávamos por uma mulher transgênera que estava tomando banho e havia se disponibilizado a participar da pesquisa. Estávamos realizando o pré-teste em dupla de pesquisadores, no caso, estávamos acompanhadas da pesquisadora Marcella Matoso. Dandara se mostrou curiosa em saber qual nosso objetivo em estar naquele espaço, iniciando uma conversa conosco (Brasil, 2014b).

Muito simpática e interessada, pessoa bonita e com aparência bem cuidada, estava conduzindo seu cão que se chamava Pretinho. Estávamos conversando sobre a pesquisa quando verificamos que a mulher transgênera que aguardávamos havia se envolvido em uma discussão com uma educadora da unidade, gerando um grande tumulto, porque a mulher transgênera estava sendo advertida.

⁵³ Dandara dos Palmares foi “Guerreira do período colonial do Brasil, Dandara foi esposa de Zumbi, líder daquele que foi o maior quilombo das Américas: o Quilombo dos Palmares. Com ele, Dandara teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogiton. Valente, ela foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa do quilombo” (Brasil, 2014b).

Este fato desencadeou uma discussão intensa, acarretando que não entrevistássemos a mulher transgênera que estava muito alterada diante da determinação de sua proibição de entrar na unidade, pois infringiu as regras de convívio da unidade, conforme afirmado pela educadora. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 1).

Como Dandara mostrava-se interessada sobre a pesquisa, indagamos se gostaria de participar, e ela concordou. Estávamos em pé, na entrada do Centro POP, onde Dandara frequenta, e era um final de tarde quando iniciamos a entrevista. Passamos então a ler o TCLE e percebemos que Dandara não sabia ler. Foi o momento que também ficamos conhecendo o companheiro de Dandara que, ao ver o papel, aproximou-se para ter acesso ao teor dele. Inicialmente, avaliamos que se tratava de um cuidado por parte do companheiro, contudo, diante das atitudes dele e da reação de Dandara (que se apresentou com muita inquietude), ela estabeleceu com seu companheiro um limite para as interrupções que ele estava fazendo. De fato, o companheiro de Dandara nos pareceu exercer uma relação bastante dominadora com ela, sendo por vezes sinalizado por Dandara que ele estava se excedendo nas intervenções e na tentativa de participar da entrevista que estávamos realizando com ela. A situação foi tão intensa que a outra pesquisadora precisou abordá-lo, propondo entrevistá-lo. A nossa entrevista foi demasiadamente demorada em função das inúmeras interrupções realizadas por parte do companheiro de Dandara, uma vez que não conseguíamos finalizar a aplicação do questionário. Apesar das interrupções sistemáticas no decorrer da entrevista, conseguimos colher um pouco da história de Dandara, mulher que, entre tantas violações, vivenciava a negação do direito de exercer a maternidade aos seus filhos. *“Todos meus filhos estão com familiares. Não foi oferecida qualquer alternativa para que eu ficasse com os bebês. Tenho sempre contato com meus filhos, menos o que mora em Cacheira de Macacu”*. (Dandara, abril de 2022).

Dandara encontrava-se em situação de rua havia cerca de três anos na ocasião da entrevista, tendo vivido anteriormente em áreas favelizadas na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, em Niterói, na casa de uma avó, também em comunidade. Mulher cisgênera, com 32 anos, disse possuir 3 filhos que não estão com ela: um estaria com tio dela (menino), o outro filho (menino) estaria com o pai e uma filha com a avó paterna em Cachoeiras de Macacu. Em relação a benefícios sociais, Dandara estava recebendo a Moeda Araribóia, não possuindo outros benefícios sociais na ocasião. Ela era acompanhada e referenciada no Centro POP, local onde seus documentos pessoais ficavam guardados. Quanto às formas que tecia para sobreviver pelas ruas:

Quando estou sozinha na rua, sem companheiro, durmo ao lado do meu pai, o 'TT', que é desenhista e dorme na Amaral Peixoto (perto do banco), pois meu pai pode me proteger. Só durmo ao lado do meu pai na rua, quando brigo com meu atual companheiro. (Dandara, abril de 2022).

Também identificamos a realidade de Dandara em outras mulheres, entrevistadas por outros pesquisadores, quando informaram dormir sempre acompanhadas de outras pessoas com quem se sentiam seguras, como também próximas a locais onde tinham seguranças de lojas ou próximos a delegacias e ao fórum da cidade. De fato, a busca por segurança é uma das formas de sobreviverem a possíveis situações que envolvam algum tipo de violência nas ruas, onde o medo é evidenciado. Identificamos nos registros dos questionários, por vezes, o medo das ruas. A busca por estratégias que propiciem maior segurança nas ruas é identificado na maioria das falas das mulheres entrevistadas.

Em relação ao acesso à alimentação, Dandara se alimentava ora no Centro POP, ora nas carreatas dos grupos sociais/ONG. Quanto ao local que utilizava para suas necessidades fisiológicas, mais uma vez demonstrava estratégia para sobreviver pelas ruas, afirmando que fazia uso dos banheiros do CREAS, pois avaliava que no Centro POP sempre havia muita confusão nos banheiros; fato este que presenciamos quando da aplicação do questionário. Contudo, em relação ao banho “[...] tomo banho diariamente à noite, na casa alugada onde durmo quando estou com meu companheiro”. (Dandara, abril de 2022).

Sobre o uso de absorvente, Dandara afirmou: “O Centro POP não dá absorvente, só dá sabonete líquido, só tenho absorvente porque me dão. Quando estou menstruada fico na casa alugada e só faço higiene em casa”. (Dandara, abril de 2022).

Ainda, quando indagada como se vê dentro de cinco anos, Dandara disse: “[...] gostaria de ter minha casa, continuar trabalhando e ter acesso às minhas coisas”. (Dandara, abril de 2022).

Reencontramos Dandara posteriormente quando fomos entrevistar outras pessoas no Centro de Niterói. Ela nos identificou, já que não reconhecemos Dandara de imediato. Estava visivelmente diferente, aparentando estar pelas ruas sem ter acesso a sua higiene pessoal. Estava deitada sob lençóis na calçada, com outras mulheres na porta dos bancos na Av. Amaral Peixoto, aparentando estar sob o efeito do uso de alguma droga. Disse ter se separado do companheiro, visto que ele queria mandar nela. Na verdade, reencontramos ela no local onde costuma ficar quando não está com seu companheiro, já que havia nos informado ficar naquela localidade, ao lado de seu pai, para se sentir segura à noite.

O que de fato observamos é que Dandara não apresenta uma constância ao lado de seu companheiro, permanecendo sistematicamente nas ruas e pontualmente tendo acesso à casa que o companheiro aluga, pois é uma pessoa acompanhada pela equipe do Centro POP, unidade que está de posse de sua documentação, com a finalidade de evitar o extravio dela. Quando está com seu companheiro, trabalha tomando conta de carros, próximo ao *shopping* em Niterói, e tem melhor acesso à higiene pessoal e menstrual; fato este que não verificamos ao encontrá-la posteriormente.

A necessidade de garantir a sobrevivência está evidenciada em várias anotações das falas da grande maioria das mulheres entrevistadas. As formas tecidas por Dandara para ter acesso a alimentação, higiene, água e segurança na rua são as estratégias que muitas das mulheres em situação de rua tecem para sobreviver às mazelas da rua.

Assim como a segurança é identificada em quase todos os registros dos questionários, Dandara, como outras mulheres, se sente segura ao lado de alguma pessoa do sexo masculino, por vezes companheiros, outras ao lado do pai, ou pessoas do sexo masculino que fazem segurança no local onde pernoitam. Cada qual de forma peculiar e própria, mas todas traçam formas de minimizar as violações e as violências desse cotidiano que é naturalizado de tal jeito que se torna invisível aos olhos da sociedade.

4.4.2 Sueli e suas formas de sobrevivência

Já estava escurecendo quando chegamos na carroça onde Sueli morava com seu companheiro e o cachorro Bob Vira-lata. O dia estava chuvoso e frio. Ela estava deitada, mas se sentou na carroça para responder o questionário...

[...] Em relação a ter sofrido alguma violência na rua, refere ter sofrido racismo, violência física, violência patrimonial, com a retirada de seus pertences, violência psicológica e violência verbal. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 2).

Sueli⁵⁴ nos chamou a atenção por sua humildade. Estava deitada quando nos aproximamos de seu companheiro. Éramos três pesquisadores, e um deles conhecia o casal, visto que havia trabalhado no CnaR de Niterói. O companheiro de Sueli a chamou e falou o que

⁵⁴ Sueli Carneiro “é filósofa, ativista e uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. Nasceu em 24 de junho de 1950 em São Paulo. É fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, responsável pelo único programa de orientação específico para mulheres negras na área da saúde. Atua na criação de cursos de cidadania para mulheres da periferia e participa ativamente de políticas públicas para igualdade de gênero. Sueli já recebeu os prêmios Bertha Lutz (2003), Benedito Galvão (2014), Direitos Humanos da república Francesa e Itaú Cultural (2017)”. (Carneiro, 2023).

pretendíamos fazer. Pediu para que ela se levantasse para conversar comigo, e assim ela o fez, sentando-se na carroça.

Há 22 anos, Sueli mora nas ruas e encontra-se com seu companheiro há cerca de 12 anos. Moram em uma carroça construída por eles; local onde guardam seus pertences e dormem todas as noites. Possui uma história de vida de violações e violências. Possuem uma filha que não vive com eles nas ruas. *“Vivo nas ruas desde meus 18 anos, há 22 anos. Sofri tudo quanto é tipo de violência nesses anos todos que estou nas ruas”*. (Sueli, maio de 2022).

Desde seus 13 anos de idade, ainda adolescente, não lhe foi garantido o direito de estar ao lado de sua filha e aprender a exercer a maternidade, afinal, possuía apenas 13 anos. Hoje, aos 40 anos, ainda não conseguiu garantir esse direito. *“Tive minha primeira gravidez aos 13 anos e tenho uma filha com meu companheiro. Ela está com minha tia. Não tive ajuda para ficar com minhas filhas”*. (Sueli, maio de 2022).

Em sua história, a violência, por vezes, é evidenciada pela discriminação. *“As pessoas não gostam que a gente entre nos lugares porque somos moradores de rua. Muitas pessoas tinham medo d’eu chegar perto delas”*. (Sueli, maio de 2022).

O lar de Sueli, a carroça, que vive com seu companheiro e o cão Amarelo, possui uma boa aparência – feita com material reciclado, tem detalhes bem elaborados e práticos para as atividades da vida diária. Na calçada, em espaço externo, tem um pequeno fogareiro para esquentar água e realizar alimentação elementar, pois normalmente se alimentam de doações ou compram quentinhas. Ambos trabalham com reciclagem, catando latinhas na rua e vendendo no ferro velho. Sueli trabalhou como faxineira antes de viver nas ruas. *“É muito difícil trabalhar como faxineira sendo população em situação de rua, às vezes faço alguma faxina em casas de pessoas que me conhecem, mas é difícil isso acontecer”*. (Sueli, maio de 2022).

Sueli nos falou das dificuldades que sempre enfrentou para sobreviver nas ruas ao longo desses 22 anos:

Tenho dificuldades de me cuidar, tomar banho, é sempre muito perigoso, pois tem muito homem abusado...

Uso o posto de gasolina para fazer minhas necessidades, ir ao banheiro...

Só consigo água para beber no ferro velho ou então compro no mercadinho com o dinheiro que ganhei vendendo latinha...

Na rua ninguém é amigo de ninguém; tenho muito medo das pessoas com drogas fazerem alguma maldade comigo. Eu e meu companheiro nos revezamos para dormir, pois temos medo de perder nossos pertences e o que conseguimos ter. Fico mais segura na companhia do meu marido. (Sueli, maio de 2022).

Apresenta sonhos apesar de todos os percalços encontrados ao longo de sua vida. “Gostaria de sair das ruas, pois não aguento mais essa vida [...] Melhoraria minha vida se tivesse uma casa, sossego e paz. As pessoas em situação de rua precisam de um lar e um emprego”. (Sueli, maio de 2022).

Sueli é mais uma das mulheres negras em situação de rua na cidade de Niterói que possuem sonhos e esperança de uma vida mais digna.

Ela apresenta um longo histórico de viver nas ruas, visto que está por 22 anos nesse espaço – rua – demandando a necessidade de intervenções e ações públicas muito específicas perante todo um processo de rualização estabelecido. Possui duas filhas com as quais nunca conviveu e nunca exerceu a maternidade a elas. Teve seus direitos retirados precocemente, seja o direito de viver a adolescência plenamente, ao ficar grávida aos 13 anos, seja o direito de aprender a exercer a maternidade, quando não pôde permanecer ao lado de suas filhas ao nascerem. Possui um ciclo de violações de direitos enquanto cidadã, e enquanto mulher e mãe.

A forma de garantir mais segurança para dormir na sua carroça é a mesma de outras mulheres, quando buscam companhia à noite ou lugares mais seguros para o pernoite. A segurança é um destaque nos registros dos questionários e no diário de campo. O revezamento para dormir é algo muito comum entre as mulheres, já que o risco de violência sexual é muito grande, além de outros tipos de violência.

A violência, a princípio, pouco evidenciada pelas próprias mulheres, chama nossa atenção nas anotações do diário de campo diante das violações de direitos identificadas, gerando violência e sendo imperceptível aos olhos de quem já se acostumou com toda essa realidade.

A luta pela superação de uma violência motivada e expressa pela hierarquia estruturada em posições de dominação (masculina) e subordinação (feminina) fica muito agudizada nas ruas – e podemos identificá-la de muitas formas e em muitas das mulheres com as quais pudemos estar e escutar suas histórias. A história de Sueli foi uma delas!

4.4.3 Conceição e suas formas de sobrevivência

Conceição nasceu na cidade do RJ, tendo residido na comunidade da Nova Holanda e no Parque União, ambas no Complexo da Maré, indo morar pelas ruas da Praça XV posteriormente. Encontra-se em situação de rua há sete anos. Passa o dia e a noite no local onde a entrevistamos e realizamos a aplicação do questionário. Refere ter ido para as ruas após perder seus familiares. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 3).

Encontramos Conceição⁵⁵ na calçada da igreja, na Praça São João. Éramos em torno de seis pesquisadores, e esse era o segundo lugar em que fazíamos abordagem de pessoas em situação de rua no Centro de Niterói naquele dia. Estava entrando a noite quando chegamos à Praça São João, local de grande concentração de PSR em Niterói.

Conceição nos foi apresentada por seu companheiro que se encontra em situação de rua desde os 9 anos de idade. Ele é uma espécie de liderança naquele território. Possui uma cachorra de estimação chamada Branca. Infelizmente, nossa entrevista foi muito breve e não conseguimos aprofundar a história de Conceição devido ao estado de uso abusivo/prejudicial de álcool em que ela se encontrava.

Mulher cisgênera de 43 anos, referindo se encontrar em situação de rua. Iniciamos a entrevista e aplicação do questionário às 18:10h e finalizamos em torno das 19h, pois não foi possível aplicarmos o questionário estendido devido as condições de uso abusivo/prejudicial de álcool que Conceição se encontrava. Nascida em 26/10/1978, refere possuir uma cachorra de estimação, chamada Shakira. Conceição nos informou que dorme na rua todos os dias. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 3).

Na ocasião, Conceição estava havia sete anos em situação de rua, verbalizando ter ido para as ruas devido à perda de familiares. Conceição não trabalha e afirmou viver da mendicância, pois quando indagamos sobre sua profissão, sua resposta foi “*Pedir esmolas*”. (Conceição, maio de 2022).

Conceição faz parte de um pequeno contingente que se encontra em situação de rua e vive da mendicância. As condições em que permanece pelas ruas é de extrema miséria, dormindo nas calçadas da igreja católica da Praça São João, em grupos de pessoas, debaixo de papelão para se abrigar do frio.

A sobrevivência nas ruas aparece de diversas formas explicitamente, e, por vezes, de forma subjetiva nos registros das falas. Conceição é alimentada pela compaixão das pessoas que se penalizam ao ver sua situação miserável de vida. Não apresenta higiene pessoal e está

⁵⁵ Conceição Evaristo “[...] nasceu em 29 de dezembro de 1946 numa favela da zona sul de Belo Horizonte, Minas Gerais [...] Uma das principais expoentes da literatura Brasileira e Afro-brasileira atualmente, Conceição Evaristo tornou-se também uma escritora negra de projeção internacional, com livros traduzidos em outros idiomas. Publicou seu primeiro poema em 1990, no décimo terceiro volume dos Cadernos Negros, editado pelo grupo Quilombhoje, de São Paulo. Desde então, publicou diversos poemas e contos nos Cadernos, além de uma coletânea de poemas e dois romances. A poeta traz em sua literatura profundas reflexões acerca das questões de raça e de gênero, com o objetivo claro de revelar a desigualdade velada em nossa sociedade, de recuperar uma memória sofrida da população afro-brasileira em toda sua riqueza e sua potencialidade de ação. É Uma mulher que tem cuidado de abrir espaços para outras mulheres negras se apresentarem no mundo da literatura” (Brasil, 2013b).

longe dos padrões sociais, considerando seu aspecto que a caracteriza como uma mendiga, em que o odor de sua falta de higiene se mistura com o cheiro de álcool utilizado por ela.

Ela faz parte de um grupo em menor escala de mulheres, mas que existe nas ruas, visto que vive do que as pessoas doam. Seu acesso ao básico para viver é alimentado por esta condição, a de receber das outras pessoas aquilo que destinam a pessoas como ela. É esta a forma que ela sobrevive nas ruas – mendigando.

4.4.4 Beatriz e suas formas de sobrevivência

Mulher cisgênera de 29 anos, referindo se encontrar em situação de rua. Iniciamos a entrevista às 17h, finalizando em torno das 17:30h, pois não aplicamos o questionário estendido devido a mulher ter se envolvido numa discussão que acarretou sua dispersão e afastamento do local. Beatriz, nascida em 18/03/1989, refere não possuir apelido e nem ter algum animal de estimação. Costuma dormir na rua (calçada, viaduto, praça etc.), diariamente. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 4).

A entrada na Praça Juscelino Kubitscheck, conhecida como Praça Branca, demandou muita discussão na equipe de pesquisadores, pois era considerado um espaço com certos riscos devido ao alto índice de assaltos e criminalidade no local apesar de ser um território de passagem de muitas pessoas que utilizam as barcas entre o Rio e Niterói e caminham até chegar ao Gragoatá/Praça da Cantareira. Foi na Praça Branca que conhecemos Beatriz⁵⁶.

Beatriz, mulher cisgênera, jovem de 29 anos, encontrava-se em situação de rua desde o início da pandemia, na ocasião, havia cerca de um ano e meio. Trabalhava de manicure, cabelereira e fazendo sobancelhas, mas sem vínculo trabalhista. “*Sou cabeleireira, manicure e faço sobancelha*”. (Beatriz, junho de 2022).

Não trabalhava na época que a conhecemos por ter sido atropelada e estar com tração em sua perna. Beatriz representa o grande contingente de mulheres em situação de rua da cidade de Niterói que não possuíam vínculo trabalhista antes de irem para as ruas, mas que exerciam atividade laboral, de baixa qualificação. Faz parte de um menor contingente das mulheres cisgêneras que atingiram uma maior escolaridade, uma vez que referia possuir ensino médio completo.

⁵⁶ “Historiadora, professora, poeta e ativista, Beatriz Nascimento deixou um legado intelectual múltiplo e profundo. Pensadora insurgente, à frente de seu tempo, dedicou-se a resgatar a história do negro no Brasil – algo a ser construído, ela defendia. Uma história negra, feita por pessoas negras, com intuito de romper com quatro séculos de invisibilização numa sociedade da qual elas participaram em todos os níveis”. (Nascimento, 2021, p1).

Quanto ao motivo pelo qual se encontra em situação de rua, de forma assertiva, verbalizou: “*Preferi ficar com um homem do que em casa*”. (Beatriz, junho de 2022).

Sobre as formas de sobreviver nas ruas, não conseguimos identificar suas estratégias para se alimentar, fazer sua higiene pessoal, ter acesso à água potável e a banheiros. Contudo, presenciamos sua discussão com um homem, que também se encontra em situação de rua, e pudemos identificar o quanto ela e tantas outras estão sujeitas à violência por estarem nas ruas.

Nos impressionou a destreza dela, de corpo franzino e baixa estatura, puxando de uma perna, se defendeu da agressão verbal daquele homem de forma a se impor, para que o mesmo não a agredisse fisicamente. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 4).

Na verdade, a partir da entrevista de Beatriz, identificamos a concretude da insegurança das ruas, principalmente em relação às mulheres, e percebemos que a forma como ela se impõe e sobrevive a todo um processo de violência verbal e até física é como tece sua sobrevivência naquela territorialidade, protegendo-se e mostrando-se capaz de rebater as possíveis agressões que lhe são dirigidas. A sobrevivência de Beatriz é imperceptível nos registros das falas, mas evidente nas nossas observações sobre as ruas.

Beatriz nos trouxe o componente da violência que está presente em quase todas as histórias ouvidas das mulheres que se encontram na rua, algumas de forma concreta, evidenciadas por meio da violência verbal e física, como presenciamos, outras de forma sutil e velada, invisível, no cotidiano da negação de seus direitos básicos, de uma forma estrutural.

4.4.5 Lélia e suas formas de sobrevivência

Lélia foi solicitar ser entrevistada enquanto estávamos aplicando o questionário em outras pessoas em situação de rua naquele local. Possui uma aparência muito boa, não demonstrando estar em situação de rua; com maquiagem e com vestimentas limpas e de boa aparência. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 5).

Conhecemos Lélia⁵⁷ quando estávamos entrevistando e aplicando o questionário a um homem na Av. Rui Barbosa, ao lado da Caixa Econômica Federal (CEF), em São Francisco. Mulher cisgênera, jovem de 33 anos, estava havia cerca de um mês nas ruas com seu companheiro. Alega ter saído de casa por conflitos familiares.

⁵⁷ “Lélia Gonzalez (1935-94) foi uma das importantes intelectuais brasileiras do século XX. Professora da UERJ e diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, mobilizou conceitos de áreas diversas. Autora de extensa produção escrita, grande parte de sua obra encontra-se reunida na coletânea *Por um feminismo afro—latino-americano*, publicado pela Zahar”. (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 1).

Sabendo ler e escrever, Lélia nos informou ter concluído o ensino médio completo e ter trabalhado anteriormente com carteira assinada como vendedora de telemarketing. Na ocasião da entrevista, vendia doce nas ruas para ter acesso à comida, mas nem sempre estava conseguindo comer. Como outras mulheres em situação de rua, Lélia também teve seu direito de maternidade negado, pois suas duas filhas encontravam-se sob a responsabilidade de seus pais. *“Tenho uma filha de 11 anos e outra de 12 anos que estão com meus pais. Tenho receio de ir lá, mas gostaria de ver minhas filhas”*. (Lélia, junho de 2022).

Apesar do pouco tempo nas ruas, já criou algumas estratégias para sobreviver. *“Tenho tomado banho no mesmo posto de gasolina que faço minhas necessidades. Tomar banho de roupa não é tomar banho”*. (Lélia, junho de 2022).

Sua fala reforça os medos que estão presentes na realidade das mulheres em situação de rua, assim como as violações e violências.

Tenho medo da violência, do abuso sexual, de não ter acesso a alimentação, de não poder viver, de não poder me cuidar...

A principal dificuldade nas ruas é a higiene pessoal, medo de violência sexual e física...

Conseguí fazer minha higiene no pernoite e como estou há algumas semanas na rua, tive acesso a absorvente no Centro Pop. (Lélia, junho de 2022).

Os sonhos aparecem praticamente na totalidade das falas registradas e nas nossas observações do campo. É como se impulsionassem as mulheres entrevistadas a continuarem a viver, uma vez que sonham por lugares diferentes das ruas para viverem, sonham por terem seus filhos em suas companhias, sonham por terem o que comer, sonham por sobreviverem. Lélia possui sonhos e desejos, visto que, quando indagada sobre como se vê dentro de cinco anos, Lélia responde com muita exatidão *“Com muito sucesso, saindo da rua ainda este mês [...] Sonho sair da rua e ter um emprego”*. (Lélia, junho de 2022).

Lélia é uma entre algumas das mulheres que apresentam um histórico de saúde mental com uso abusivo/prejudicial de álcool e outras drogas, pois disse ter conhecido seu atual companheiro nos Narcóticos Anônimos (NA). Tem um histórico de uso de cocaína e álcool, além de medicação controlada, fazendo parte do quantitativo de mulheres com uso/abuso de drogas que se encontram nas ruas e necessitam ser referenciadas em tratamento especializado, uma vez que viver nas ruas propicia situações que podem reforçar o uso de substâncias psicoativas, inclusive como forma de conter os medos e violências tão presentes no dia a dia.

O exemplo de Lélia é importante para entendermos concretamente o quão difícil é a realidade de viver nas ruas, já que tivemos a oportunidade de conhecer o local onde ela tem

pernoitado com seu companheiro. Quando finalizamos a entrevista com Lélia, a acompanhamos até o local onde tem dormido, do outro lado da CEF, na calçada. Seu companheiro estava pegando mais papelão para ser colocado debaixo do lençol, e auxiliamos ele nessa tarefa. Já era noite, e estávamos em pleno inverno, recorro bem da friagem que estava caindo e fiquei refletindo sobre como as desigualdades sociais se fazem presentes no cotidiano daquelas pessoas tão desprotegidas socialmente.

Lélia faz parte do contingente de mulheres que se encontram em situação de rua e que necessitam de intervenções específicas e qualificadas para que possam exercer o seu direito de estar com seus filhos, ambos (mulher e filhos) recebendo a proteção social necessária por parte do Estado, para que possam exercer o direito da convivência familiar e comunitária.

4.4.6 Carolina Maria e suas formas de sobrevivência

Mulher transgênera de 60 anos, há dois anos no Abrigo Lélia Gonzalez, não se considera população de rua, pois foi retirada do prédio ao lado da CEF na Amaral Peixoto, onde viveu por dez anos. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 6).

Quando chegamos ao Abrigo Lélia Gonzalez, onde estão acolhidas mulheres e famílias no município de Niterói, Carolina Maria⁵⁸ nos aguardava ansiosa para a entrevista e a aplicação do questionário. De imediato, afirmou não ser PSR. *“Tive que sair do prédio que foi desocupado, vindo para o abrigo, antes da pandemia da covid-19 e não sou população de rua”.* (Carolina Maria, julho de 2022).

Aos 60 anos, Carolina Maria

[...] apresenta alguns problemas de saúde como colesterol alto, depressão, diabetes, hipertensão arterial, problemas cardíacos; ficou com sequela motora, pois teve um AVC e seu lado esquerdo ficou paralisado, necessitando se deslocar com andador. (registro do diário de campo da presente pesquisa – caso 6).

Possui um histórico de prostituição internacional, haja vista que, quando indagada sobre sua profissão, foi bem enfática: *“Trabalhei como cuidadora por dez anos numa instituição pública e fui prostituta por muito tempo no Brasil e fora do país. Acho que dão mais valor à prostituição fora daqui do nosso país”.* (Carolina Maria, julho de 2022).

⁵⁸ Carolina Maria de Jesus (1914-77) foi uma escritora brasileira, considerada uma das primeiras e mais destacadas escritoras negras do País. “Foi catadora de papel e viveu na favela do Canindé. Apaixonada por livros, ela alimentava sonhos e desabafava a sua triste realidade nas folhas encardidas dos seus cadernos, que mais tarde se tornaram públicas por meio desta obra”. (Jesus, 2014).

Trabalhou também como transformista em casas de *show* na Lapa e em Niterói. Como uma mulher transgênera, viveu e ainda vive muita situação de violação e de violência. *Saí de casa aos 13 anos de idade, pois meu pai não aceitava d’eu ser homossexual [...] Eles têm muito preconceito por eu ser trans.* (Carolina Maria, julho de 2022).

Foi ofertada a Carolina Maria a possibilidade de alterar seu nome em seus documentos pessoais. *“Quando fui fazer minha segunda via da minha identidade, me ofereceram trocar meu nome, mas achei que era muito tarde para isso”.* (Carolina Maria, julho de 2022).

Carolina Maria gostaria de sair do abrigo e aguardava ansiosamente pelo recebimento de uma aposentadoria para que esse sonho fosse concretizado. Como outras mulheres transgêneras, Carolina Maria, mesmo não se identificando como pessoa em situação de rua, afirmou: *“Tenho muitos medos e dificuldade em pensar em viver nas ruas”.* (Carolina Maria, julho de 2022).

Afirmou que projetava sua vida melhor dentro de cinco anos, morando fora do abrigo. Possuía sonhos em ter acesso a um benefício social e voltar a residir em um lugar que fosse seu (alugado ou próprio), onde o pertencimento e a privacidade fossem a tônica desse espaço territorial, como a ocupação do prédio onde permaneceu por dez anos e foi retirada para o abrigo.

Carolina Maria não se via como PSR, pois tinha a referência de um espaço físico, de um lugar do qual pertencia, de sua casa que era o prédio onde residiu por dez anos a partir de uma ocupação, tendo uma forte relação de pertencimento com esse lugar. Todas as pessoas foram retiradas dessa ocupação, e Carolina Maria foi para uma unidade de acolhimento da política de assistência social que atende mulheres e famílias.

O sonho de Carolina Maria é acessar uma moradia, que deveria ser assegurado como um de seus direitos básicos enquanto uma cidadã. É também o sonho de outras mulheres transgêneras que participaram da pesquisa. Ter uma casa, uma moradia, aparece na totalidade das falas que analisamos e algo que parece inalcançável para essas mulheres.

Cabe ao Estado garantir as condições materiais necessárias como moradia e renda para as mulheres em situação de rua, sejam elas cisgêneras ou transgêneras.

Falamos de Dandara, Sueli, Conceição, Lélia, Beatriz e Carolina Maria, algumas das mulheres negras em situação de rua que realizam verdadeiras batalhas e lutas, na dura aridez das vias da cidade de Niterói, na busca de alternativas, visando à garantia de suas sobrevivências no espaço que lhe foi destinado a viver – as ruas.

4.5 Uma análise interseccional das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói

A análise interseccional que aqui apresentamos teve por base os dados colhidos e extraídos da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a População em Situação de Rua*, e as análises dos recortes elencados sobre as mulheres em situação de rua da cidade de Niterói, além dos registros do diário de campo delineados anteriormente, na apresentação das seis mulheres que entrevistamos diretamente. A fundamentação teórica desenvolvida no segundo capítulo desta tese foi eixo condutor da análise interseccional que ora discorreremos.

O primeiro dado evidenciado diz respeito à questão étnico-racial da população que estamos estudando, considerando que as mulheres (cisgêneras e transgêneras) em situação da cidade de Niterói são majoritariamente negras.

Observamos que os dados estatísticos obtidos confirmam a configuração de que pessoas negras ocupam os espaços mais inferiores estabelecidos na hierarquia de classes, considerando que a maioria das mulheres em situação de rua respondente da pesquisa, além de ser negra, faz parte de um contingente populacional de extrema pobreza e desprovida dos seus direitos mínimos sociais.

O lugar estabelecido para as pessoas em situação de rua é de acordo com a dinâmica do sistema econômico, reiterando as análises sobre o critério racial, haja vista este se constitui em um mecanismo de seleção para delinear que pessoas negras ocupem os lugares mais baixos da hierarquia social, perpetuando um processo de domínio social e privilégio racial (Nascimento, 2021).

Isso caracteriza a raça como um atributo social que estabelece critério para distribuição de pessoas nessa hierarquia social, nas posições da estrutura de classes e, conseqüentemente, na estratificação social, sendo a raça um elemento estrutural de sociedades de origem colonial, como é o caso do nosso país, e uma variável que impacta a estrutura de classes, de forma invisível e mascarando algo enraizado como as contradições raciais. Fica evidenciado que as questões de raça e classe se imbricam no processo da pessoa negra, no processo do contingente do nosso estudo – no qual a maioria das mulheres entrevistadas se autodeclararam pessoas negras (pretas e pardas) e verbalizaram a violência e o preconceito racial sofrido, além da discriminação por serem pessoas que vivem nas vias da cidade.

As mulheres em situação de rua da cidade de Niterói, maciçamente negras, ocupam a base inferior da hierarquia social nesse município e ainda apresentam baixa escolaridade, sendo identificada uma exemplificação da desigualdade de gênero quando analisamos os dados de

escolaridade de toda a PSR do município. Verificamos que pessoas em situação de rua do gênero masculino tiveram maior acesso à escolaridade do que pessoas do gênero feminino nas mesmas condições. Isso ratifica que a baixa escolaridade identificada nas mulheres em situação de rua da cidade de Niterói precisa ser analisada a partir das categorias de raça e gênero, de forma que possa subsidiar uma política de educação que atenda à especificidade dessas mulheres negras, assim como as demais políticas sociais.

Essa constatação reitera a necessidade já explicitada sobre a utilização do arcabouço do feminismo negro ao traçarmos esta análise, pois é a partir dele que há o reconhecimento, que as experiências das mulheres negras são moldadas de maneira única, e frequentemente mais complexa, devido à interseção de raça e gênero. Destacamos que, nas sociedades em que o racismo é o principal eixo articulador, como em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, este desempenha um papel fundamental na determinação da hierarquia de gênero (Carneiro, 2011).

Tal fato ocorre especialmente em um país onde o racismo estrutural e sistêmico afeta profundamente as vidas das mulheres negras e, por extensão, as mulheres em situação de rua, influenciando o acesso a oportunidades educacionais, emprego, cuidados de saúde, segurança e muitos outros aspectos essenciais no cotidiano dessas mulheres. Além disso, o racismo também contribui para a perpetuação de desigualdades de gênero, uma vez que é responsável por estereótipos e preconceitos que impactam negativamente as mulheres negras e, mais especificamente, as mulheres em situação de rua. O racismo foi evidenciado nas histórias das mulheres em situação de rua compartilhadas neste estudo, sendo identificado como uma forma de violência a que essas mulheres estão submetidas em sua vida, quando não são aceitas a desempenhar determinadas atividades laborais, pela condição de serem negras e de serem pessoas que vivem nas ruas.

Os dados estatísticos também revelam a análise de que a mulher em situação de rua na cidade de Niterói encontra-se fora do perfil da mulher branca que apresenta a dita ‘boa aparência’ e ‘educação’ (Gonzalez, 2020).

Exemplificam a realidade em que a mulher negra perdeu seu lugar na classe operária, e mesmo com novas perspectivas no mercado de trabalho, o espaço destinado a ela é de ocupações de trabalho precário – serviços domésticos, de cuidados e de alimentação –, sem vínculo trabalhista, já que apresenta baixa escolaridade, sem qualquer acesso à qualificação profissional. Ainda, com baixa remuneração, visto que os salários mais baixos são destinados à mulher negra, reiterando a tese de que a liberdade da mulher branca foi à custa da exploração da mulher negra (Gonzalez, 2020).

Ratificam também a análise que foi apresentada sobre a exclusão da mulher negra brasileira, por meio de dois papéis sociais: a doméstica em seu lugar natural, nos afazeres domésticos ou como empregadas domésticas, babás, merendeiras, entre outras funções; e como a mulata, sendo um produto de exportação e utilizada como objeto sexual (Gonzalez, 2020).

É a constatação de que as mulheres negras sempre estiveram em um lugar específico em um cenário histórico, ocupando empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial e que isso acontece tanto por ser da raça negra quanto por seus antepassados terem sido escravizados. O trabalho da mulher negra sempre foi negligenciado, e no caso das mulheres em situação de rua, extremamente desqualificado, como catadoras de lixo e de materiais reciclados nas ruas. Evidenciam-se a sobreposição e o cruzamento das questões de raça, gênero e classe, as ‘avenidas identitárias’, como Akotirene (2019) denomina, haja vista que são mulheres chefes de famílias, negras e trabalhadoras. São mulheres que, em sua maioria, declararam ter ido para as ruas por questões de desemprego (cisgêneras) e por questões de conflitos familiares (transgêneras).

Os dados revelam que falamos de mulheres negras que são responsáveis pelo sustento da família, com vínculos trabalhistas frágeis por terem saído de trabalhos informais, fato que motivou a ida para as ruas. O que pretendemos evidenciar é a análise de que sempre couberam a essa mulher negra o sustento moral e a viga mestra de sua família, persistindo até os tempos atuais, em sua maioria, como a única provedora e responsável pela subsistência familiar. Os trabalhos que desenvolvem nas ruas confirmam a precarização das atividades laborais anterior a suas idas para a rua, sempre voltada para o trabalho informal; passando a trabalhar na reciclagem de lixo, como catadoras de latinhas ou tomando conta de carros nas ruas da cidade.

Entretanto, devemos refletir também que esses dados nos lançam o desafio de repensar os papéis de gênero que tradicionalmente são impostos, pois, ao homem, sempre coube a função de provedor da família, ocupando os espaços públicos, enquanto à mulher, a função de cuidadora de sua prole, permanecendo no espaço privado, exercendo a função caracol de carregar a casa em torno de si mesma (Oyěwùmí, 2004).

Estamos diante de uma realidade diferenciada quando falamos de mulheres em situação de rua que romperam com o espaço privado, com o papel esperado de esposa, dentro da família nuclear, na qual o gênero é o princípio organizador da família. De fato, é necessário pensar em gênero para além dos estreitos limites da família nuclear, extrapolando a unidade de análise que é o lar dessa família (Oyěwùmí, 2004), principalmente quando tratamos de mulheres em situação de rua, em sua maioria negras. Dessa forma, gênero não pode ser considerado fora de raça e classe, diferentes formas de opressão a que as mulheres estão submetidas.

Coadunado todos esses dados, as mulheres em situação de rua apresentam um histórico em que o direito à maternidade não é garantido, e isso fica evidenciado quando analisamos os dados declarados pelas mulheres que tiveram gestações nas ruas e foram entrevistadas. Tal fato ficou bastante explícito em relação as seis mulheres que apresentamos no estudo, ficando latente que o direito ao exercício da maternidade é subtraído dessas mulheres, devendo serem pensadas modalidades de atendimento de proteção social que contemplem o direito à convivência familiar e comunitária que ambos – mulher e criança – possuem, além do direito à maternidade.

Essa realidade nos reporta à constatação de que o escravismo é um marco para as mulheres negras em nosso país quanto à não garantia do direito ao exercício da maternidade. Afirmamos isso, uma vez que filhos de mulheres negras escravizadas eram vendidos e separados de suas mães biológicas. Reportamo-nos mais uma vez, na íntegra, ao discurso de Truth (2014, n.p)⁵⁹ que exemplifica bem essa realidade: “ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama [...] eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida para escravização”.

Analogamente, para a mulher negra em situação de rua, também não é ofertado o direito de permanecer com seus filhos, sob o discurso de proteção dessas crianças, ocorrendo a separação dos recém-nascidos da companhia de suas mães logo após o parto. Nesse contexto, o Estado não apresenta alternativas às mulheres que necessitam de ações públicas efetivas que garantam a proteção social a ambas: mulheres e suas crianças. Isso reitera a análise de que, a essas mulheres – sejam as negras que se encontram em situação de rua, sejam as que foram escravizadas –, a maternagem biológica não revela um destino biológico para todas elas, uma vez que, às mães negras, esse direito não é garantido (Akotirene, 2019).

O discurso de Sojourner Truth, datado de 1851, desmistifica a categoria de mulher universal, além de articular raça, classe e gênero, tendo a interseccionalidade como uma ferramenta ancestral. É fundamental entendermos as mulheres em situação de rua na diversidade de gênero, sexualidade, classe, nas suas geografias corporificadas e nas suas marcações subjetivas, impedindo um “reducionismo da política de identidade” (Akotirene, 2019), investigando contextos de colisão e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais.

São mulheres que possuem suas identidades reduzidas, revertidas e rotuladas em mães solteiras, usuárias de drogas, prostitutas ou mulheres da vida; mulheres negligentes e incapazes de cuidar de seus filhos, entre outras identidades que as inferiorizam e as marginalizam. É

⁵⁹ *Eu não sou uma mulher?* (Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, Akron, 1851).

exatamente o que Akotirene (2019) caracteriza como um reducionismo da política de identidade, no qual acaba se configurando que a ineficácia das políticas públicas – que não atendem às reais necessidades dessas mulheres – é revertida em fracassos individuais e pessoais, como pessoas incapazes.

As dificuldades evidenciadas pelas mulheres na sua higiene pessoal e menstrual reiteram a necessidade de haver ações públicas que garantam seus direitos básicos, enquanto mulheres, que atendam à demanda de atenção específica em relação as suas questões fisiológicas. Nesse sentido, devem ser ofertados absorventes, contraceptivos, acompanhamento ginecológico e obstétrico no pré-natal, no parto e pós-parto, atendimento especializado para mulheres transgêneras, entre outros, de acordo com as diretrizes da Resolução nº 40/2020 do CNDH (capítulos VIII e IX), respectivamente dos Direitos Humanos e o Direito das Mulheres, e dos Direitos Humanos e LGBTQIA+.

Ademais, considerando, dessa forma, efetivamente as especificidades de mulheres cisgêneras e mulheres transgêneras que se encontram em situação de rua, dando visibilidade aos desafios diários a que essas mulheres estão submetidas, em que há a personalização das desigualdades de gênero, classe e raça – mulher, pobre e negra e sujeita a todos os tipos de violações e violências, sem qualquer proteção social por parte do Estado. Entendemos que essas mulheres vivem um processo de tríplice discriminação, conforme Gonzalez (2020) sinaliza.

Outrossim, ao trabalharmos os dados sobre o local onde as mulheres em situação de rua residiam antes de irem para as ruas, verificamos que a maioria dessas mulheres são oriundas de comunidades/favelas.

Identificamos as favelas como uma forma atual de resistência dos negros, como os antigos quilombos, ambos fazendo parte dos “Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros”, denominados por Nascimento (2021, p. 109).

Entendemos as favelas urbanas como espaços nos quais existe um grande contingente de pessoas negras e como área de ex-quilombos⁶⁰, tornando-se assentamentos sociais, não mais com o nome de quilombo, mas permanecendo enquanto um recurso de resistência e enfretamento de uma sociedade que se constitui e que marginaliza a população negra. Podemos observar que as favelas sofrem o mesmo tipo de repressão que os antigos quilombos, como as incursões policiais nesses locais, além do comando das facções criminosas nessas áreas.

Comprendemos também o aquilombamento como uma forma de resistência cultural, política e social das pessoas negras em nosso país; identificamos nas pessoas em situação de

⁶⁰ A colina Favela que veio a designar todas as áreas de assentamento social nos morros do Rio de Janeiro fez parte do território de Canudos, quilombo no passado (Nascimento, 2021).

rua a utilização dos espaços geográficos. Locais onde se agrupam, pois se identificam enquanto *peças que fazem das ruas seu local de moradia e sobrevivência*⁶¹, demarcando uma territorialidade, moldando os espaços de acordo com seus interesses e necessidades, resistindo e permanecendo juntos. Espaços em que ocorre o fortalecimento de vínculos e laços afetivos entre essas pessoas, nos quais a luta para sobrevivência e pelo fortalecimento constroem outros formatos de famílias, em uma resistência ativa diante das violações e das violências do cotidiano das ruas.

Territórios onde mulheres com seus filhos constroem uma rede de proteção contra o aparato do Estado, quando este se faz unicamente presente de forma opressora para retirada de suas crianças, visto que umas se solidarizam com as outras mulheres negras, avisando e escondendo as crianças de profissionais que podem representar essas ações repressoras. Verificamos esse fato *in locus* durante o trabalho de campo da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a População em Situação de Rua*. As mulheres em situação de rua aquilombam-se, e protegem-se como forma de luta política, por seus direitos de estarem com seus filhos e exercerem a maternidade.

São mulheres que repetidas vezes são atingidas pelo cruzamento e pela sobreposição de gênero, raça, classe e territorialidade, e a interseccionalidade nos permite enxergar a colisão dessas estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias. Dessa forma, podemos afirmar que a capacidade, a resistência e a organização das mulheres negras são de longa data.

Ao analisarmos as maiores dificuldades encontradas nas ruas pelas mulheres cisgêneras e mulheres transgêneras, observamos que a violência está presente nas dificuldades apontadas. Isso entendendo a violência em uma abordagem ampliada em que a opressão, a dominação e a exclusão permeiam diversas esferas da sociedade, manifestando-se no dia a dia de forma discriminatória, marginalizando e desumanizando grupos como as mulheres em situação de rua.

Os dados extraídos reiteram que as mulheres, tanto cisgêneras quanto transgêneras em situação de rua, vivenciam no seu cotidiano uma gama de violações de seus direitos enquanto cidadãs e mulheres, gerando violências físicas, psíquicas e simbólicas.

Nesse panorama, entendendo a violência como um fenômeno estrutural e estruturante de sociedades patriarcais, racistas e capitalistas, sendo uma ferramenta para manter as estruturas de poder (Barroso, 2021). Logo, a opressão e a exploração estão intrínsecas à violência estrutural, mantendo as desigualdades sistêmicas, e estando enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e políticas, em que muitas vezes é perpetuada como um estado natural das coisas.

⁶¹ Grifo próprio.

Assim, podemos identificar a sutileza da violência estrutural nas mulheres em situação de rua no que tange a direitos básicos enquanto cidadãs, como acesso à alimentação, à água potável, ao uso de banheiro, ao banho – enfim, à sobrevivência nas ruas.

Concluimos que os dados da pesquisa ratificam que a sobrevivência nas ruas é algo invisibilizado, onde é evidenciada a violência estrutural em relação à PSR de forma sutil e revestida de um caráter não violento, como sendo um estado natural as pessoas em situação de rua não serem dignas de seus direitos básicos nem serem consideradas cidadãs.

Especificamente em relação às mulheres em situação de rua, a sutileza da violência estrutural está na naturalização de que mulheres – cisgêneras e transgêneras –, por viverem nas ruas, não necessitam de privacidade em relação a seus corpos, propiciando outros tipos de violência nas ruas – sejam as violências físicas e psicológicas em relação às mulheres cisgêneras, sejam os demais tipos de violência em relação às mulheres transgêneras –, fortalecendo um sistema de opressão e dominação em relação a essa população.

Assim, podemos inferir que a interseccionalidade nos permitiu identificar quais as condições estruturais que atravessam os corpos das mulheres em situação de rua – gênero, raça, classe, território/territorialidade –, uma vez que são mulheres, negras e pobres que se aquilombam, tecendo formas de sobreviver nas ruas da cidade de Niterói.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De onde veio a ideia para o título do seu livro?

É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e fomos morar debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo da cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (Jesus, 1960, p. 171).

Realidade concretamente visível nos tempos atuais, a PSR ainda se mostra de forma invisível diante dos olhos do Estado, em que as políticas sociais não atendem às peculiaridades dessa população, acirrando as desigualdades e as injustiças sociais, vivendo à margem da sociedade, logo, é ser parte dela, mas fora do corpo principal desta sociedade (hooks, 1989).

Nesta pesquisa, analisamos as mulheres em situação de rua, majoritariamente negras, a partir de uma perspectiva interseccional. Nossa compreensão é de que o arcabouço do feminismo negro nos permitiu entender que gênero, raça, classe e territorialidade atravessam o cotidiano dessas mulheres, demandando que toda ação pública voltada para as mulheres em situação de rua necessita atender às especificidades que elas possuem – são mulheres, negras, pobres que se aquilombam, buscando formas de sobrevivência ante as violações e violências do cotidiano das ruas, onde as políticas sociais não alcançam.

O tecer desta pesquisa teve como um grande obstáculo a pandemia da covid-19, considerando ainda, que o estudo teve como base os dados extraídos da pesquisa (Senna; Lobato; Cinacchi, 2023), que foi desenvolvida durante a pandemia e concluída em março de 2023. Pesquisa na qual tivemos a inserção enquanto pesquisadoras, participando das diferentes etapas dela, destacando o trabalho de campo que nos propiciou o convívio com o segmento da PSR de nosso estudo – as mulheres em situação de rua, nos diferentes territórios da cidade de Niterói, por cinco meses, em horários diurnos e noturnos.

Nesse período, vivenciamos experiências diferenciadas da época em que atuamos, enquanto assistentes sociais, nesse segmento populacional, na política de assistência social no município do Rio de Janeiro. O dia a dia das ruas é muito difícil, e a aproximação com essa realidade nos provocou e ainda provoca muitas reflexões, considerando as condições a que são submetidas as mulheres em situação de rua, na garantia dos mínimos sociais. Ocupamos um espaço que até então era um pouco desconhecido para nós, já que, apesar da experiência profissional em realizar abordagem social da PSR, nas ações desenvolvidas pela política de assistência social, nossa inserção nas ruas de Niterói foi enquanto pesquisadoras, não só pela

pesquisa já mencionada⁶² como também pelo estudo que aqui apresentamos por meio desta tese.

Nossa experiência travada com as mulheres em situação de rua havia sido em um espaço público, que se destinava a acolher temporariamente essas mulheres e propiciar que pudessem sair desse espaço posteriormente, com moradia, qualificação, trabalho, renda, autossustentando-se e tendo autonomia. Contudo, a realidade que vivenciamos ficava muito longe de um acolhimento, perpetuando a permanência dessas mulheres de forma asilar. Conseguíamos entender que as intervenções profissionais e as ações institucionais desenvolvidas não atendiam à realidade de muitas das mulheres acolhidas naquele equipamento público, em uma política pública municipal destinada a elas. Essa realidade provocou muitas das inquietudes que mencionamos no início deste estudo, propiciando nosso interesse por ele.

No entanto, tivemos muitas dificuldades em delimitar nosso objeto de estudo, que só ficou mais delineado a partir das contribuições da banca de nosso projeto de qualificação para o doutorado.

Hoje fazemos a leitura que o aprofundamento e o amadurecimento do presente estudo demandaram uma dedicação quase exclusiva no último ano desta formação acadêmica. Isso se soma as nossas atividades laborais atuais, enquanto assistentes sociais do quadro permanente do DEGASE, inseridas na Escola de Gestão Paulo Freire e fazendo parte da equipe técnica da Divisão Técnico-Pedagógica dessa escola, responsável pela formação e capacitação de todos os operadores do sistema socioeducativo – além da nossa inserção como pesquisadoras bolsistas de janeiro de 2021 até março de 2023 da pesquisa acima mencionada. Esse fato foi de fundamental importância para o estudo que ora apresentamos, conforme já evidenciado anteriormente.

Nosso maior desafio no desenvolvimento deste estudo foi anterior à banca de qualificação, pela busca sistemática da fundamentação teórica que permitisse o estudo sobre mulheres em situação de rua, já estabelecido em nosso pensamento, mas sem ainda estar delimitado o objeto.

Quanto às superações vivenciadas neste estudo, entendemos que estas acontecem diariamente a partir do desafio que é próprio em desenvolver um estudo deste porte. Estudo que vai para além de interesse pessoal suscitado, a partir de questionamentos surgidos em uma prática profissional de 30 anos, e a constatação da pertinência de pesquisas que propiciem tirar segmentos populacionais do anonimato, sendo efetivamente uma ferramenta política.

⁶² *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua.*

Na busca pelo aprofundamento sobre as mulheres em situação de rua, verificamos que era necessário nos apropriarmos de suas particularidades, pois nossa prática profissional nos dizia que muitas eram oriundas de instituições asilares, apresentando um longo histórico de institucionalização, outras com histórico de terem sido geradas na rua, possuindo um processo intenso de rualização, por vezes com comprometimento de sua saúde mental e/ou fazendo uso abusivo/prejudicial de álcool e outras drogas. Além disso, com baixo nível escolar e sem saber ler e escrever, muitas sem qualificação profissional e com o predomínio de mulheres negras.

Dessa forma, verificamos a necessidade de olhar para as mulheres em situação de rua identificando que as estruturas interconectadas – raça, gênero, classe, entre outras, como a territorialidade – desempenham um papel fundamental no cotidiano delas. No entanto, também, entendendo a interseccionalidade como uma significativa forma de intervenção para a justiça social (Collins; Bilge, 2021).

Para tanto, discorremos de onde vêm as marcas das mulheres em situação de rua que trazem um contexto cultural e social das mulheres negras, em que papéis sociais são definidos para essas mulheres em uma sociedade patriarcal. Temos a pretensão de que essas mulheres saiam do anonimato, da invisibilidade, visto que estamos falando de um lugar, de uma sociedade em que mulheres negras têm sido visíveis na condição de doméstica ou objeto sexual (Gonzalez, 2020) e, por outro lado, “invisíveis pela personificação do racismo” (Lorde, 2015, p. 2).

Muitos silêncios foram impostos a essas mulheres, que, ao longo de anos, têm sido invisibilizadas. Inicialmente, com o uso da máscara do silenciamento, estabelecendo as relações de domínio e de poder, de quem pode falar e de quem deve silenciar, até os tempos atuais, em que verdades são mantidas em segredo como o racismo. “A máscara vedando a boca do sujeito negro, impede-a/o de revelar tais verdades” (Kilomba, 2019, p. 41-42).

Trouxemos o discurso de Sojourner Truth em 1851 que articula as categorias raça, classe, gênero e desmistifica a categoria de mulher universal, reiterando que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, fornecendo uma instrumentalidade teórico-metodológica na qual não pode haver a dissonância estrutural do racismo, do capitalismo e do cis-heteropatriarcado. Nessa lógica, sendo o arcabouço teórico do feminismo negro o grande veículo para revelar as pessoas que efetivamente são marcadas pelas matrizes de opressões, impedindo um reducionismo da política de identidade em que mulheres em situação de rua sejam rotuladas como incapazes de cuidar de seus filhos, mães solteiras, usuárias de drogas, entre outras identidades que inferiorizam essas mulheres. Realidade na qual a ineficácia das políticas públicas que não conseguem atendê-las em suas especificidades torna-se fracassos individuais de mulheres, como as que se encontram em situação de rua (Akotirene, 2019).

Abordamos o contexto em que ocorreu a ‘cunhagem’ da interseccionalidade por Crenshaw (2002) e tratamos seu conceito, como também os conceitos de superinclusão e subinclusão adotados pela autora. Exemplificamos um caso recente de subinclusão em relação às mulheres em situação de rua, pois identificamos que se trata de um segmento populacional inferiorizado socialmente, que precisou enfrentar uma questão séria de gênero, visto que essa questão não faz parte da realidade do grupo das mulheres dominantes. Isto ocorreu quando foi instituída a Portaria nº 13/2021 SCTIE/MS, que tratava de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel em grupos específicos de mulheres, no caso, nas mulheres em situação de rua, no âmbito do SUS. Tal fato cerceou a autonomia dessas mulheres, tirando o direito de suas escolhas do método contraceptivo que desejavam (ou não) realizar. Compartilhamos também a informação que essa portaria foi revogada posteriormente pela Recomendação nº 009/2021 do CNS, exatamente por ferir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em situação de rua.

Tratamos as contribuições teórico-críticas de Collins e Bilge (2021) em relação à interseccionalidade, como uma ferramenta analítica em que raça, gênero e classe desempenham um papel na determinação de vários fenômenos e questões sociais, destacando a importância da investigação e da aplicação crítica. Dessa forma, a interseccionalidade é identificada como campo de estudo, uma ferramenta analítica e práxis para ação política, propiciando o empoderamento das mulheres (Collins, 2015, 2017).

No campo das políticas sociais voltadas para a PSR, observamos que despontam avanços, frutos da luta política organizada dos movimentos sociais dessa área, bem como de partidos políticos engajados nessa luta, além do compromisso na atual gestão do governo federal em diminuir as desigualdades sociais da população.

Assim, identificamos nas primeiras ações do atual governo federal, no ano de 2023, a preocupação com a incorporação da dimensão epistemológica e analítica da interseccionalidade nas políticas públicas voltadas para a PSR, por meio do lançamento do Guia INCLUA – Pop Rua⁶³, que apresenta a interseccionalidade como fundamentação teórica. Neste caso, deve ser incorporada pela ação pública a busca por justiça social, e consideradas as especificidades dos indivíduos para intervenção social em prol de projetos que visem efetivamente à emancipação social e política da PSR.

Apesar da precocidade no delineamento das ações do atual governo federal, é possível identificarmos no Guia INCLUA – Pop Rua que há diretrizes e orientações técnicas voltadas para boas práticas e demais informações pertinentes que propiciem uma intervenção

⁶³ Ver o terceiro capítulo, *A tessitura de Políticas Públicas para População em Situação de Rua*, desta tese.

humanizada e adequada à PSR, de forma que todas as unidades federativas no Brasil possam usufruir dessa referência. Da mesma forma, para que os agentes públicos possam incorporar atitudes e comportamentos no cotidiano que não reproduzam ainda mais a desigualdade social, que, por ser estrutural em nosso país, torna-se mais avassaladora nessa população, desprovida de seus direitos mínimos sociais.

Associado a isso, dentre as ações desenvolvidas, destacamos também o estabelecimento de uma nova composição do CIAMP-Rua, garantindo uma ampliação na participação da sociedade civil e tendo como coordenador-geral desse Comitê, pela primeira vez nesse cargo, uma pessoa com trajetória de rua. Portanto, tratando-se de um momento histórico na luta da PSR em nosso país. Para além disso, as mudanças apontadas no decreto do CIAMP-Rua (Brasil, 2023c) estabeleceram novas atribuições para o Comitê, com uma periodicidade de encontros nacionais, com a finalidade de avaliar e formular ações para a consolidação efetiva da política nacional para a PSR. De fato, isso permitirá a participação social dos representantes dos movimentos sociais que compõem a gestão do CIAMP-Rua no monitoramento da política pública a ser desenvolvida para a PSR.

Verificamos que as ações delineadas ao longo do primeiro ano do governo federal atual se apresentam em um escalonamento não só de apropriação de conhecimento mais aprofundado sobre a PSR, mas também com a preocupação de envolvimento e corresponsabilização de todos os entes federativos da nação em prol dessa população, culminando no lançamento, no final do ano de 2023, do Plano Nacional Ruas Visíveis – Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Dentre as avaliações que realizamos, evidencia-se que as ações tiveram celeridade por parte do governo federal perante a ADPF nº 976/2023 do STF. No entanto, já explicitado anteriormente, também é do nosso entendimento que o fortalecimento da mobilização dos movimentos sociais e dos partidos políticos, engajados na luta da PSR, além da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi determinante nesse processo, objetivando, assim, a garantia da efetivação de uma política pública que assegure os direitos da PSR.

Especificamente em relação às mulheres em situação de rua, muito recentemente (22 de janeiro de 2024), o governo federal lançou o Programa de Promoção e Proteção da Dignidade Menstrual, garantindo o acesso gratuito, por meio das Farmácias Populares, das pessoas que menstruam e que estejam inscritas no CadÚnico. Entendemos a relevância desse programa diante de questão da pobreza menstrual que atinge diretamente esse segmento populacional na cidade de Niterói, considerando que constatamos que existem mulheres em situação de rua no município que ainda usam panos e jornal no período menstrual. O Programa Dignidade

Menstrual propõe que mulheres em situação de rua, como demais mulheres, consigam garantir sua dignidade menstrual na medida em que tenham acesso gratuitamente de absorventes, assegurando mínimos para sua higiene, enquanto mulher.

Trouxemos, no presente estudo, documentos⁶⁴ que apontam diretrizes e orientações para o atendimento às mulheres em situação de rua (cisgêneras e transgêneras) e que também subsidiaram a elaboração que realizamos, enquanto pesquisadoras bolsistas, em relação às contribuições para uma política pública voltada para essas mulheres na cidade de Niterói, constando no *e-book* com os resultados da pesquisa *Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua*. Por conseguinte, ao pensarmos em destacar os principais aportes desta tese, não podemos deixar de mencionar o exercício no qual elencamos ações que devem ser incorporadas ao atendimento das mulheres em situação de rua que fazem parte do *e-book* mencionado, anterior ao presente estudo.

Dessa forma, o elemento central ao nos reportarmos às mulheres (cisgêneras e transgêneras) em situação de rua no município de Niterói é a compreensão de que estamos nos referindo a pessoas racializadas. Portanto, falamos de mulheres negras que apresentam baixa escolaridade e qualificação profissional, sendo responsáveis pelo sustento da família e com vínculos trabalhistas frágeis.

Mulheres, em sua maioria em idade produtiva, que desenvolveram e desenvolvem atividades laborais informais e com baixíssima renda familiar. Oriundas de comunidades/favelas, vivenciam a pobreza menstrual e tecem formas de sobreviver nas ruas e de ter acesso à alimentação, à água potável, a banheiros e à segurança – além de serem mulheres, em sua maioria, que viveram a separação de seus filhos de sua companhia ainda bebês. Além disso, tiveram como maior motivação para suas idas para a rua o desemprego (mulheres cisgêneras) e os conflitos familiares (mulheres transgêneras).

Diante desse cenário, entendemos que pensar em uma política para mulheres em situação de rua, em sua grande maioria negras, demanda que as compreensões dessa realidade não podem ser parciais e muito menos distorcidas, uma vez que se traduzem em ações e serviços ineficientes, e descolados da realidade dessas mulheres, tornando-se contraproducentes, constituindo-se em políticas ineficazes. Portanto, a análise interseccional apresentada neste estudo não só propicia o conhecimento das peculiaridades das mulheres em situação de rua da cidade de Niterói como também traz elementos que possam consubstanciar e fortalecer as ações públicas efetivas que devam impactar a ida dessas mulheres para as ruas.

⁶⁴ Ver terceiro capítulo, *A tessitura de Políticas Públicas para População em Situação de Rua*; Resolução nº 40/2020/CNDH e a Nota Técnica nº 001/2016/MDS/MS.

Pensar em ações públicas na cidade de Niterói, para o segmento populacional de nosso estudo – mulheres em situação de rua –, é também pensar na totalidade das políticas sociais, com ações intersetoriais voltadas para uma população que vive abaixo da linha da pobreza, e que pontualmente é assistida pela política de assistência social e pela política de saúde.

É pensar em ações baseadas na análise interseccional desenvolvida, permitindo que as mulheres em situação de rua da cidade de Niterói saiam da invisibilidade e da inexistência, do anonimato, construindo novas perspectivas, enquanto cidadãs, acessando seus direitos básicos.

No presente estudo, ao dialogarmos a partir de Dandara, de Sueli, de Conceição, de Lélia, de Beatriz e de Carolina Maria, dialogamos sobre as mulheres negras e pobres que moram nas ruas de Niterói. Mulheres que possuem sonhos de ter uma vida mais digna, pois sofrem diferentes formas de opressões e vulnerabilidades por serem mulheres, por serem negras, por serem pobres, por viverem nas ruas.

Gênero, raça, classe e territorialidade demarcam a vida de mulheres que, historicamente, foram e são responsáveis pela construção de um país que nega e invisibiliza a importância dessas mulheres negras de luta e que fazem parte do contingente denominado por Carolina Maria de Jesus (1960) como os *trastes velhos* do Quarto de Despejo das cidades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boi tempo, 2019.

BAPTISTA, T. W. F.; MATTOS, R. A. Sobre a Política (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (org). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. (Série INTERLOCUÇÕES. Práticas, experiências e pesquisas em saúde)

BARBOSA, J. C. G. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, M.F. Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 43, v. 17, p. 140-154, 2019

BARROSO, M. F. Violência Estrutural: mediações entre "o matar e o morrer por conta". **R. Katál**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p.397-406, maio/ago. 2021.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BONETTI, A.; FLEISCHER, S. **Diário de campo**: (Sempre) um experimento etnográfico-literário? BONETTI, A.; FLEISCHER, S., (org.). Entre saias justas e jogos de cintura. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BOZZA, F. S. **A tutela penal dos direitos humanos nas democracias de opinião (II)**. Canal Ciências Criminais, Porto Alegre, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-tutela-penal-dos-direitos-humanos-nas-democracias-de-opiniao-ii/>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. 18. ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 1, 28 jun. 2006.

BRASIL. Lei 11.258 de 30 dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 1, 02 jan. 2006.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. In: BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF: Edições Câmara, 2013a. p. 1. (Série legislação; n. 111)

BRASIL. Ministério da Cultura. Personalidades Negras - Dandara. **Notícias**: Fundação Cultural Palmares. 15 mar. 2013b. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-dandara>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Personalidades Negras - Dandara. **Notícias**: Fundação Cultural Palmares. 7 jul. 2014b. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-dandara>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**: Cadastro Único. Brasília, DF: MS, [200?]. Disponível em: <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/>. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia do programa Dignidade Menstrual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MS, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_ rua.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 SAS/MS e SGEF**. Estabelece diretrizes, fluxo e fluxograma para a atenção integral à saúde das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus/suas filhos/as recém-nascidos/as, 2016. Brasília, DF: MDS, MS, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho

Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 27 out. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 2 set. 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXOVI. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021. Torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 22 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS e População em Situação de Rua: orientações técnicas: centro de referência especializado para população em situação de rua – Centro Pop**. Brasília, DF: MDS, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2014a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Acordo de Cooperação Técnica MDHC/IPEA. nº 03/2023 acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Ministério Dos Direitos Humanos E Da Cidadania (Mdhc) e a fundação Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE), visando estabelecer ações conjuntas para realização de pesquisas e compartilhamento de dados, informações e experiência em direitos humanos. **Diário Oficial da União**: Seção 1, edição 135 p. 105, Brasília, DF, 18 jul. 2023i.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Guia Inclua-Pop Rua**. Brasília, DF: IPEA, MDHC, 2023g. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/GuiaIncluaPopRua.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano Nacional Ruas Visíveis - Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População**

em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023f. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_ua1.pdf . Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em Situação de Rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal.** Brasília, DF: MDHS, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ua_digital.pdf. Acesso: em 15 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Portaria nº 383, de 30 de junho de 2023. Institui a Operação Inverno Acolhedor. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 30 jun. 2023d.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Portaria nº 707, de 14 de novembro de 2023. Institui a Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR) no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, edição 217, p. 28, 16 nov. 2023e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-707-de-14-de-novembro-de-2023-523234423>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.432, de 08 de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Diário Oficial da União:** Seção 1, p. 6, Brasília, DF, 9 mar. 2023h. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.472, de 6 de abril de 2023. Altera o Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 06 abr. 2023c.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, p. 16, Brasília, DF, 23 dez. 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União:** Seção 1, p. 3, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 976, de 25 de julho de 2023.** Determina a formulação do Plano de Ação e

Monitoramento para a Efetiva Implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2023b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511160&ori=1#:~:text=O%20relator%20concedeu%20prazo%20de,familiares%20e%20evitem%20sua%20separa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BROWNE, A. Family violence and Homelessness: the relevance of trauma histories in the lives of homeless women. **Am J Orthopsychiatry**, [s.l.], v. 63, n. 3, p. 370-381, 1993.

BURSZTYN, M. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 19-26.

CAPONI, S. COVID-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estud. Av**, São Paulo, v. 34, n. 99, maio/ago. p. 209-224, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Neabi, Recife, p. 1-11, ago. 2020. Disponível em: https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em 25 maio 2021.

CARNEIRO, S. **Gênero, Raça e Ascensão Social**. Estudos Feministas, [s.l.], ano 3, n 2, p. 544, 1995.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, J. M. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEZIMBRA, L. **Mulheres em situação de rua**. 2001 Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CHAUÍ, M. **Sobre a Violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CINACCHI, G. B. **População em situação de rua: avaliação de serviços e ações no Município de Niterói**. 2023. 366f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Porto Alegre, 2023. Versões impressa e eletrônica.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org). **Reflexões e práticas de transformação**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo).

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONCEIÇÃO, M. R. et al. (2024). Covid-19 - Um exercício de coordenação e articulação municipal efetiva: a experiência de Niterói. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 4 dez, p. 281-292, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (Brasil). Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**: [Seção: 1], 144 p., Brasília, DF, 14 out. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf. Acesso em 25 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Recomendação nº 009, de 4 de maio de 2021. Recomenda ações referentes à portaria nº 13, do Ministério da Saúde, que trata de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel em grupos específicos de mulheres, no âmbito do SUS. **Diário Oficial da União**: [Seção: 1], Brasília, DF, 4 maio. 2021. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1723-recomendac-a-o-n-009-de-04-de-maio-de-2021>. Acesso em 25 nov. 2023.

COSTA, B. L. S. **Reflexões sobre as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC)**: a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Único e a experiência do município de Niterói. 2019. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de Proteção: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (org). **Reformas do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

DIONÍSIO, B. W. R. **Cuidados em saúde às mulheres em situação de rua: estratégias, serviços e cuidados na realidade brasileira**. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) - Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2021.

- EVARISTO, C. **A Noite Não Adormece aos Olhos das Mulheres**. Mazza, 2008.
- FERRO, M. C. T. **Desafios de la participación social: alcances y límites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil**. 2011. 200 f. Dissertação (Maestria en Ciencia Política y Sociología]. Buenos Aires: FLACSO.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GROSSI, M. P. **Na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’**: repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a). Trabalho de campo e subjetividade (org. Miriam Pillar Grossi). Florianópolis: UFSC, 1997.
- GROSSI, M. P. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: GROSSI, M., et al. (org.). **Trabalho de Campo, Ética e Sexualidade**. 2. ed. Florianópolis, Tubarão: Tribo da Ilha, Copiart, 2018, v. 1, p. 19-28
- GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. – 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.
- HAHNER, J. E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOOKS, B. **Talking Back: Thinking feminist, Talking Black**. Boston: South End Press, 1989.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília, DF, ano II, n.3, p. 9-32, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**: Niterói. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/niteroi.html>. Acesso em 12 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960

KETZER, P. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Rev. Argumentos**, Fortaleza, ano 9, n. 18, jul./dez. 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternativas e Políticas Públicas**. 2. ed. New York: Harper Collins College Publishers, 1995.

LEAL, M. H. et al. Mulheres em situação de rua: uma análise das políticas públicas para as mulheres. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, 14., 2020, Niterói. **Anais...** Niterói: Rede Unida, 2020. 3 p.

LORDE, A. A transformação do silêncio. **Geledés**. 28 mar. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

LORDE, A. **Irmã Outsider**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MACHADO, R.W.G. A Construção da Política Nacional para População em Situação de Rua. Brasília. **Temporalis**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 102–118, 2020.

MACHADO, R.W.G. **A formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua**: um estudo a partir do Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua do

Estado do Rio de Janeiro. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontífica Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, S. A. **O processo de rualização e o Sistema Único de Assistência Social/SUAS**: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MIGUEL, L. F. Violência e política. **Rev. Bras. Ciênc. Soc.**, [s.l], v. 30, n. 88, jun. p. 29-45, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>. Acesso em: 15 out. 2016.

MINAS GERAIS. Ministério Público. **Recomendações para Mulheres e Seus Filhos (2014)**. Belo Horizonte, MG: MPMG, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOTTA, I. C. R. O Assistente Social como Gestor Público: desafios e possibilidades? In: SILVA, V. P.; FERREIRA, A. S. M. (org.). **Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais**: experiências do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica Expresso, 2016, 2, p. 190-203.

MOTTA, I. C. R.; BARROS, N. V. Mulheres em situação de rua: um olhar feminista e interseccional. In: NUNES, N. R. A; SENNA, M. C. M; CINACCHI; G. B. (org.). **População em situação de rua**: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2022. v. 1, p. 203-217.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. Anita: São Paulo, 1994.

NASCIMENTO, B. **O negro visto por ele mesmo**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, F. C. S. **A Política Nacional para a População em Situação de Rua e os Direitos Humanos (2009-2018)**: itinerários da cidadania. 2019, 162 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

NETTO, J. P. Cinco notas à propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano II, n. 3, p. 41-50, 2004.

NITEROI. Prefeitura. **SIGe**: Censo Niteroi. 2021. Disponível em: <https://censos.niteroi.rj.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NUNES, N. R. A.; SOUSA, P. C. S. Para ficar em casa é preciso ter casa: desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de Pandemia. **Rev. Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 97-112, 2020

NUNES, N. R. DE A.; SENNA, M. DE C. M.; CINACCHI, G. B. (org.). **População em Situação de Rua**: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais. 1. ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022. (Série Saúde & Amazônia, v. 19).

OYËWUMÍ, O. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Dakar: Codesria Gender Series, 2004. v. 1.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas & questões, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social, e Direitos da Cidadania. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2. n. 3, jan./jul. p. 1-88, 2004.

PRATES, J. C. **Neoliberalismo e seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores**. Material elaborado para fins didáticos. Porto Alegre, 2011. NO Prelo.

PRATES, J. C.; ABREU, P.; CEZIMBRA L. Mulheres em situação de rua. In: BULLA, L. et al. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. **Populações em situação de rua**: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 191-215, jul./dez. 2011.

RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. Desde casa, desde berço, desde sempre: violência e mulheres em situação de rua. **Rev Est Fem.**, Florianópolis, v.31, n.1, p. e77926, 2023.

RODRIGUES, L.V. B. P. Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza. **Conhecer: deb púb priv**, [s.l.], v. 8, n. 20, p. 88-99, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2018.8.20.1054>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, A. C. Perspectiva ativista. “Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal”. **Rev. Crít. Ciênc. Soc.**, [s.l.], v. 76, p. 91-108, 2006.

SANTOS, G. C. et al. O consumo de crack por mulheres: uma análise sobre os sentidos construídos por profissionais de consultórios na rua da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v 25, p. 3795-3808, 2020.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SÃO PAULO. Lei Municipal nº 12.316 de 19 de abril de 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo. **Diário Oficial da Cidade**: Seção 1, p. 44, 24 abr. 1997.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, v. 16, jan./jun. p. 297-325, 1998.

SENNA, M. C. M. Eqüidade e política de saúde: algumas reflexões sobre o Programa Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública**, [s.l.], v. 29 n. 5 p. 446-452, 1995.

SENNA, M. C. M.; LOBATO, L. V. C.; CINACCHI, G. B. **População em situação de rua em Niterói: subsídios para construção de uma política municipal**. Niterói: autores, 2023. E-book, (2,99 Kb).

SENNA, M. C. M.; REIS, M. F. Intervenções públicas dirigidas à população em situação de rua no Brasil: continuidades e mudanças. In: NUNES, N.R.A; SENNA, M. C. M; CINACCHI; G.B. (org.). **População em situação de rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2022. p. 71-95. v. 1.

SILVA, J. A. G. História, lutas e desafios da organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 51, v. 21, jan/abr, p. 169-182, 2023.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, V. P. DA; FERREIRA, A. S. M. (Org.). **Provimento de Serviços e Benefícios socioassistenciais: experiências do município do Rio de Janeiro 2**. Rio de Janeiro: Gráfica Expresso, 2016.

SOUZA, F. O. **Sistema Único de Assistência Social: avaliação da Proteção Social Básica no município de Niterói**. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SPOSATI, A. **Assistência social: de ação individual a direito social**. *Rev. Bras. Direito Constit.*, [s.l.], n. 10, jul./dez. 2007, p. 435-457.

SPOSATI, A. Sposati, A. Modelo brasileiro de proteção não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. **Concepção e Gestão de Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília, DF: MDF, UNESCO, 2009, p. 13-56. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183075>. Acesso em: 25 nov. 2023.

TRUTH, S. E não sou uma mulher? **Portal Geledés**, Austin (Téxas), 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 02 set. 2023.

ANEXOS A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NITERÓI INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua

Pesquisador: Mônica de Castro Maia Senna

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34656720.9.0000.8160

Instituição Proponente: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social

Patrocinador Principal: MUNICIPIO DE NITEROI

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.160.533

Apresentação do Projeto:

Cuida este protocolo de proposta que envolve atividades de pesquisa e extensão sobre a temática da população em situação de rua (PSR). Trata-se, nesse sentido, de uma pesquisa estratégica, a qual se propõe não apenas investigar uma dada realidade, mas também propor soluções para situações consideradas problemáticas.

Para tanto, a proposta busca traçar, de maneira inédita, o perfil da população adulta em situação de rua no município, identificando suas necessidades e demandas sociais; mapear as organizações públicas e privadas e grupos sociais que desenvolvem ações dirigidas a PSR na cidade; identificar os movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da PSR no município; conhecer as iniciativas intersetoriais existentes em prol da atenção à PSR; examinar a dinâmica de funcionamento do CIAMP-Rua; promover o debate entre governo municipal, sociedade civil e população em situação de rua para a construção de uma proposta de política municipal para a PSR e elaborar um painel de indicadores para monitoramento e avaliação das intervenções públicas dirigidas à PSR no âmbito da política municipal.

Como produto final, tem-se a elaboração de uma proposta de política municipal para a PSR em Niterói, por meio de um processo participativo com diferentes atores sociais relacionados com a temática.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** cephumanasuff@gmail.com

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 4.160.533

Para traçar o perfil da população adulta em situação de rua, a pesquisa se inspira em procedimentos adotados pela Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua de 2008, com adequações à realidade municipal. Será elaborado um questionário com informações básicas dirigidas a esse segmento, combinado a um roteiro com questões semiestruturadas para uma amostra de 10% dos respondentes. A abordagem será feita tanto em espaços públicos, como praças e parques quanto nas instituições de atendimento.

O mapeamento das organizações públicas e privadas e grupos sociais que desenvolvem ações dirigidas à PSR no município de Niterói será realizado por meio de visitas institucionais pautadas em um roteiro semi-estruturado. Igualmente a pesquisa contará com entrevistas pautadas em um roteiro semi-estruturado com representantes dos movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da PSR no município e com representantes do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), de forma a examinar a dinâmica de funcionamento, as ações implementadas e as dificuldades existentes na defesa dos direitos da PSR.

Projeto financiado pelo edital do PDPA – Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados da Universidade Federal Fluminense, em parceria com a Fundação Euclides da Cunha e a Prefeitura Municipal de Niterói.

O cronograma de execução apresentado está adequado.

Foram ainda juntados os roteiros e questionários de entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo central é fornecer subsídios para Niterói construir uma política municipal para a PSR que contemple as necessidades da população em situação de rua e lhe assegure direitos de cidadania.

Os objetivos secundários são:

- Traçar o perfil da população adulta em situação de rua no município de Niterói, identificando suas necessidades e demandas sociais;

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-348
UF: RJ Município: NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: cephumanasuff@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.160.533

- Mapear as organizações públicas e privadas e grupos sociais que desenvolvem ações dirigidas a PSR no município de Niterói, examinando as concepções, objetivos e alcance dessas intervenções;
- Identificar os movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da PSR no município;
- Conhecer as iniciativas intersetoriais existentes no município em prol da atenção à PSR e investigar os entraves para as ações intersetoriais;
- Examinar a dinâmica de funcionamento do CIAMP-Rua, as ações implementadas e as dificuldades existentes na defesa dos direitos da PSR;
- Promover o debate entre governo municipal, sociedade civil e população em situação de rua para a construção de uma proposta de política municipal para a PSR;
- Elaborar um painel de indicadores para monitoramento e avaliação das intervenções públicas dirigidas à PSR no âmbito da política municipal para a PSR.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa é de risco mínimo e atende aos parâmetros estabelecidos na Resolução 510 do CNS. Conforme registrado, os riscos dizem respeito, "no caso da pessoa em situação de rua, a possível desconforto no momento de relatar sua trajetória de vida. Para minimizar esses riscos, a equipe de pesquisa passará por treinamento específico antes da entrada em campo. Para os demais sujeitos participantes (gestores, profissionais, militantes e voluntários), os riscos prováveis estão relacionados a sofrer algum tipo de sanção caso as opiniões emitidas contrariem o discurso oficial da instituição ou organização à qual se vinculam. Esses riscos serão minimizados na medida em que os resultados da pesquisa serão divulgados de forma agregada, não possibilitando a identificação dos informantes em relação às informações fornecidas. Além disso, será resguardado aos participantes o direito de interromper as entrevistas sempre que julgar necessário.

Quanto aos benefícios, "estima-se que os resultados da pesquisa, assim como seu próprio processo de desenvolvimento, contribuam para qualificar e fortalecer a gestão municipal em torno da construção de estratégias coletivas e intersetoriais para enfrentamento da questão da PSR em direção à garantia de direitos e promoção da inclusão e proteção social desse segmento populacional" em Niterói.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A protocolo apresentado está muito elaborado e atende aos parâmetros da Resolução 510.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
 Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
 UF: RJ Município: NITEROI
 Telefone: (21)2629-5119 E-mail: cephumanasuff@gmail.com

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 4.160.533

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os TCLEs atendem às exigências do sistema CEP/CONEP.

Recorde-se que nos moldes da referida Resolução 510, não há obrigatoriedade de uso de TCLE, bastando apenas o registro do consentimento livre – o que poderá ser uma possibilidade mais adequada a hipótese do participante em situação de rua ser analfabeto, por exemplo, ou revelar muita dificuldade de compreensão do termo.

A propósito, confira-se o art. 15 da referida resolução: " O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa"

E quando não houver registro de consentimento e do assentimento, o pesquisador deverá entregar documento ao participante que contemple as informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa, nos termos do parágrafo primeiro deste mesmo art. 15.

Recomendações:

Recorde-se que a avaliação da eticidade das pesquisas das áreas de Ciências Sociais e Humanas estão regulamentadas pela Resolução 510 de 2016, sendo a Resolução 466 aplicada de forma subsidiária.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo atende aos ditames de eticidade do sistema CEP/CONEP, devendo ser aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|--------------------------------|---|------------------------|------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1573569.pdf | 25/06/2020 20:15:52 | | Aceito |
| Outros | roteiro_quali_CiampRua.pdf | 25/06/2020 | Mônica de Castro | Aceito |

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: cephumanasuff@gmail.com

UFF - UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 4.160.533

| | | | | |
|---|--|------------------------|--------------------------------|--------|
| Outros | roteiro_quali_CiampRua.pdf | 20:14:44 | Maia Senna | Aceito |
| Outros | roteiro_quali_MovSocial.pdf | 25/06/2020 20:13:04 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| Outros | roteiro_organizacoes_publicas_privadas.pdf | 25/06/2020 20:09:43 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| Outros | roteiro_quali_PSR.pdf | 25/06/2020 20:07:55 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| Outros | questionario_final_poprua.pdf | 25/06/2020 20:06:03 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 25/06/2020 19:06:09 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| Declaração de concordância | Carta_anuencia_instituicao.pdf | 25/06/2020 18:50:13 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_FEC.pdf | 25/06/2020 18:46:37 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_rosto_assinada.pdf | 25/06/2020 18:45:31 | Mônica de Castro Maia Senna | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NITEROI, 17 de Julho de 2020

Assinado por:
FABIO REIS MOTA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: cephumanasuff@gmail.com

**ANEXO B – INSTRUMENTO DE COLETA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
(MODELO)**



**PESQUISA NITERÓI INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL: CONSTRUINDO POLÍTICAS
INTERSETORIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
QUESTIONÁRIO – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Instrumento de Coleta: População em Situação de Rua

Contato inicial - apresentação

1. Qual sua idade?

Se menor de 18 anos, encerrar a entrevista.

Questão obrigatória.

Resposta: _____

2. Você está em situação de rua?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

Se não estiver em situação de rua, encerrar a entrevista.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

3. Dia e horário da entrevista

Questão obrigatória.

Inserir data e hora.

Data: ____/____/____

Hora: ____: ____

4. Entrevistador/a:

Marcar mais de uma opção, quando for o caso

Questão obrigatória.

Preferencialmente em duplas.

- Daniel Noro
- Giovanna Cinacchi
- Ida Motta
- Juliana Miranda
- Marcelli Matoso
- Monica Senna
-

- Nivia Barros
- Lenaura Lobato
- Tamires Marinho
- Outro (Especifique) _____
-

5. Local da entrevista.

Marcar apenas uma opção

Questão obrigatória

- Av. 22 de Novembro (Fonseca)
- Av. Amaral Peixoto.
- Barcas
- Bateria São Lourenço
- Caminho Niemeyer
- Campo de São Bento
- Centro Pop
- Charitas
- Complexo Esportivo Caio Martins (Icarai)
- Consultório na Rua Coronel Gomes Machado
- CREAS
- Favela do Sabão em frente ao extra
- Hotel Social
- Ingá
- Lateral da Prefeitura
- Lateral do Plaza Shopping
- Praça da Cantareira
- Praça Juscelino Kubitscheck
- Praça São João

- Rua Ator Paulo Gustavo
- Rua Gavião Peixoto (Icarai)
- Rua Joaquim Távora (Icarai)
- Rua Rui Barbosa (São Francisco)
- Ruas transversais à Avenida Amaral Peixoto (Centro)
- São Lourenço
- Terminal Rodoviário
- Transversais da Av. Amaral Peixoto
- Unidade de Acolhimento Arthur Bispo Do Rosário
- Unidade de Acolhimento Florestan Fernandes
- Unidade de Acolhimento Hotel Emergencial
- Viaduto da Alameda.
- Viaduto da Igreja São Lourenço
- Outro _____ local (especifique): _____

DADOS DO/A ENTREVISTADO/A

6. Qual seu nome? Possui apelido (nome pelo qual é conhecido na rua)? Qual o nome de sua mãe? Possui animal de estimação na rua? Quantos? Qual o nome e espécie do animal?
Questão obrigatória.

Nome completo (contempla também nome social):

Apelido: _____

Nome da mãe: _____

Possui animal de estimação? Quantos? _____

Nome e espécie do animal: _____

7. Qual sua data de nascimento?

Questão obrigatória. Inserir (0000) para quem não sabe/ não respondeu).

Resposta: ____/____/____

8. Onde costuma dormir?

Questão obrigatória.

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

- Rua (calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, barcos, praias etc.)
- Abrigo (pernoite gratuito, albergue, unidade de acolhimento, casa de passagem, asilo, hotel, etc.)
- Barracos, locais abandonados, carros
- Quartos ou vagas alugados
- Outro (especifique): _____
- Não sabe/ Não quis responder
-

9. Com que frequência dorme na rua?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- todos os dias
- apenas finais de semana
- 4 a 5 vezes por semana
- 2 a 3 vezes por semana
- 1 vez por semana
- Nunca
- Outro (especifique): _____
- Não sabe/Não quis responder
-

10. Qual seu sexo?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Feminino
 Masculino
 Outro (especifique): _____
 Não sabe/Não quis responder

11. Com qual gênero você se identifica?*Explicar de forma simplificada.**Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Cisgênero
 Transgênero
 Travesti
 Não binário
 Outro (especifique): _____
 Não sabe/Não quis responder

12. Qual sua orientação sexual?*Explicar de forma simplificada.**Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Heterossexual
 Homossexual
 Assexual
 Bissexual
 Pansexual
 Outro (especifique): _____
 Não sabe/ Não quis responder

13. Qual sua cor ou raça?*Ler as opções apenas se o entrevistado apresentar dificuldades em responder.**Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Parda
 Preta
 Branca
 Amarela
 Indígena
 Não sabe/ Não quis responder

14. Qual seu estado civil?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Solteiro/a
 Casado/a
 União estável
 Divorciado/a

- Separado/a
- Viúvo/a
- Solteiro/a
- Não sabe/Não respondeu
-

15. Qual a sua religião?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória

Se respondente disser "cristã", perguntar se é evangélica ou católica. Se persistir a resposta "cristã", marcar como "outra".

- Não possui
- Católica
- Evangélica
- Espírita
- Judaica
- Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras
- Outro (especifique) _____
- Não sabe/ Não quis responder
-

16. Onde você nasceu?

Questão obrigatória.

Questão aberta (caixa de texto com legenda).

Município: _____

Unidade Federativa: _____

Outro país: _____

17. Em que local você vivia antes de ir para a rua?

Questão obrigatória.

Questão aberta (caixa de texto com legenda).

Município: _____

Unidade Federativa: _____

Outro país: _____

18. Há quanto tempo está em situação de rua?

Apenas uma opção: dias, meses ou anos.

Questão obrigatória.

| Escrever número no local correspondente | Marcar se dia, mês OU ano |
|---|---------------------------|
| | <input type="radio"/> Dia |
| | <input type="radio"/> Mês |
| | <input type="radio"/> Ano |

Não sabe/Não respondeu

19. Onde você costuma passar o dia?

(Exemplos: na praia, no Centro Pop, no abrigo, em tal rua, em tal praça, circulando pelo centro da cidade).

Questão obrigatória.

Questão aberta (caixa de texto).

20. Onde você costuma passar a noite? (Exemplos: na praia, no abrigo, em tal rua, em tal praça, circulando pelo centro da cidade).

Questão obrigatória.

Questão aberta (caixa de texto).

21. Por que você está em situação de rua? (Deixar o entrevistado falar e adequar às opções, quando possível. Marcar mais de uma opção quando for o caso)

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

Conflitos familiares (dificuldades de conviver com a família, desavenças com parentes, separações)

Expulsão de casa

Deficiência

Desalento

Desemprego

Despejo/ não conseguiu pagar aluguel

Diminuição da renda

Egresso do sistema de acolhimento infantojuvenil (abrigos)

Egresso do sistema socioeducativo

Egresso do sistema prisional de privação de liberdade (cadeia, casa de detenção, presídios, sistema socioeducativo)

Opção própria/Prefere ficar na rua

Pandemia da Covid-19

Para ficar perto do trabalho (não consegue pagar a passagem de volta para casa)

Para trabalhar/acessar renda na rua

Perda da casa por causas naturais ou acidentes (deslizamentos, alagamentos, incêndios etc)

Preconceito pela orientação de gênero/sexualidade

Problemas de saúde

Sempre viveu em situação de rua (está na rua desde que nasceu)

Uso abusivo ou nocivo de álcool e outras drogas

Violência doméstica

Violência no território de origem (Inclui ameaças no lugar que morava)

Expulsão pelo tráfico/ milícia

Violência sexual

Não sabe/ Não quis responder

Outros (especifique) _____

22. Você tem algum dos seguintes documentos?*Questão obrigatória.**Preencher todas as linhas.*

| Inserir a letra correspondente (coluna 2), quando for o caso. | Coluna 1 | Coluna 2 |
|---|--|--|
| | Certidão de nascimento/ casamento | A) Nunca tirou B) Já tirou, mas não possui mais C) Já tirou e está em posse D) Já tirou, mas está sob a guarda de outra pessoa |
| | RG | |
| | CPF | |
| | Carteira de trabalho | |
| | Título de Eleitor | |
| | Certificado de reservista (se do sexo masculino) | E) Não se aplica F) Não sabe/ Não quis responder G) Tirou, mas está guardada/o em instituição H) Tirou, mas está inacessível devido a violência doméstica I) Tirou, mas perdeu J) Tirou, mas foi recolhido pela Segurança Pública/ Abordagem Social |
| | Cartão do SUS | |

Outro(especifique): _____

23. Sabe ler e escrever?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Não (mesmo se souber escrever apenas o nome)
 Sim
 Não sabe/ Não quis responder

24. Qual sua escolaridade?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória.*

- Nunca frequentou a escola
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino técnico completo
- Ensino técnico incompleto
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação
- Não sabe/ Não quis responder

25. Qual sua profissão?

26. Você trabalha?

- sim, na rua
- sim, fora da rua
- sim, dentro e fora da rua
- não
- não sabe/ não respondeu

27. Em que você trabalha ou qual atividade você faz na rua para conseguir dinheiro?
Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Não
- Carga e descarga em caminhões
- Construção civil/pedreiro/ pintor
- Distribui panfletos
- Faz programas/ Prostituição
- Jardinagem
- Lava/guarda carros/flanelinha
- Limpeza/faxina
- Pede dinheiro (mendicância)
- Reciclagem
- Tomador de conta
- Vendedor (vende coisas na rua)
- Não sabe/ Não quis responder
- Outro (especifique): _____

EXTENSÃO DO QUESTIONÁRIO

28. Assinale "sim" para continuar o questionário (versão estendida) e "não" para encerrar (versão reduzida).

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Sim
 Não

QUESTIONÁRIO ESTENDIDO

29. Trabalhava antes de ir para a rua?

Questão obrigatória.

Marcar apenas uma opção

Questão com lógica de ramificação: se responder sim, vai para a questão 34. Se responder não ou não sabe, vai para a questão 35.

- Sim, trabalhava em emprego formal com carteira assinada
 Sim, trabalhava em emprego informal sem carteira assinada
 Sim, trabalhava, mas ficou desempregado
 Não, nunca trabalhou
 Não sabe/ Não quis responder
 Nunca trabalhou

30. Se trabalhava, em qual ocupação?

Questão obrigatória.

31. Antes de ir para a rua, em que tipo de local você residia?

Referente à diferenciação socioespacial.

- Em comunidade/ favela
 Em bairro periférico, na área urbana
 Na zona rural
 Em região central
 Em área ocupada por classes altas
 Outro (especifique) _____
 Não sabe/ Não quis responder

32. Em qual tipo de residência você vivia antes de ir para a rua?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Imóvel próprio
- Imóvel alugado
- Imóvel cedido
- Imóvel de posse
- Ocupação
- Outro (especifique) _____
- Não sabe/ Não quis responder
-

33. Qual o tipo de construção da residência que você vivia antes de ir para a rua?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Alvenaria
- Adobe
- Madeira
- Papelão
- Metal
- Palafita
- Outro (especifique) _____
- Não sabe/ Não quis responder
-

34. Quantas pessoas e cômodos viviam no imóvel?*Inserir o valor correspondente nas duas colunas*

| Número de cômodos da residência | Número de pessoas na residência |
|---------------------------------|---------------------------------|
| | |

35. Quais serviços estavam disponíveis na residência ou próximo à residência?*Marcar mais de uma opção, quando for o caso.**Questão obrigatória*

- Abastecimento de água encanada
- Esgotamento sanitário
- Coleta de lixo
- Energia elétrica
- Rua asfaltada/ calçamento
- Escola
- Posto de saúde
- Área de esporte/lazer
- Posto de policiamento
- Supermercado/ comércio
- Transporte público
- Outra (especifique) _____
- Não sabe/ Não quis responder
-

36. Já viveu em situação de rua em outro município antes de estar em Niterói?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder
-

Se a resposta for *SIM*, em qual município?

Resposta: _____

37. Possui filhos?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

Questão com lógica de ramificação: se sim, ir para a questão 43.

Se não, ou não sabe/ não quis responder, ir para a questão 44.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder

38. Possui filhos menores de idade?

- Sim
- Não
- Não sabe/não respondeu

39. Se sim, onde estão esses filhos?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso (considerando que pode ser mais de uma situação, por ter mais de um filho).

Questão obrigatória.

- Estão comigo na rua ou no abrigo
- Estão com familiares
- Estão com conhecidos
- Estão com desconhecidos
- estão em situação de acolhimento (viverem em abrigos)
- Foram adotados
- Não sei onde estão
- Não sabe/ Não quis responder
- Outro (especifique): _____
-

40. Possui contato com alguém da família que não está na rua?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

Questão com lógica de ramificação: se responder sim, vai para a questão 45. Se responder não, vai para a questão 46. Se não sabe/não respondeu, vá para questão 47.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder
-

41. Se sim, com quem?

Questão obrigatória.

Resposta: _____

42. Se não, por quê?

Questão obrigatória.

Resposta: _____

43. Com que frequência consegue se alimentar?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Não consegue se alimentar todos os dias
- 1 vez ao dia
- 2 vezes ao dia
- 3 vezes ao dia
- Mais de 3 vezes ao dia
- Não sabe/ Não quis responder
-

44. Qual a origem da sua alimentação?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Carreatas
- Centro Pop
- Compra a própria comida
- Cozinha a própria alimentação na rua
- Doação de pessoas

- Doação de restaurantes
- Hotéis/ Abrigos/ Unidades de Acolhimento
- Igrejas
- Organizações Sociais/ ONGs
- Restaurantes Populares
- Não sabe/ Não quis responder
- Outro. Qual? _____

45. Onde costuma fazer suas necessidades fisiológicas (usar o banheiro)?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Casa de parentes/amigos
- Escolas/universidades
- Pequenos comércios (lojas, restaurantes, bares etc.)
- Postos de gasolina
- Praia
- Rodoviária
- Rua
- Serviços da assistência (hotel, abrigo centro pop, creas etc.)
- Serviços de saúde (Consultório na rua, clínicas da família, hospitais etc.)
- Supermercados/ Shopping
- Não sabe/ Não quis responder
- Outros. Especifique _____

46. Possui acesso a água potável?

Marcar apenas uma opção

Questão obrigatória

Questão com lógica de ramificação: se responder sim, vai para a questão 51. Se responder não ou não sabe, vai para questão 52.

- Não
- Sim
- Não sabe/ Não quis responder
-

47. Onde você consegue a água?

Questão obrigatória.

Resposta: _____

48. Possui acesso a banho?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

Questão com lógica de ramificação: se responder sim, vai para a questão 53. Se responder não ou não sabe, vai para questão 54.

- Não
- Sim, todos os dias
- Sim, apenas alguns dias na semana
- Não sabe/ Não quis responder
-

49. Onde costuma tomar banho?

Resposta: _____

50. Possui algum problema de saúde?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Alcoolismo
- Câncer
- Colesterol alto
- Dependência química/uso abusivo ou nocivo de drogas
- Depressão/doença dos nervos
- Diabetes
- Doença autoimune
- Doença de chagas
- Doenças crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna)
- Doenças do aparelho digestivo/intestinal
- Doenças respiratórias
- Hanseníase (lepra)
- Hepatite
- Hipertensão arterial
- HIV/Aids
- Infecções de pele
- Não possui problemas de saúde
- Outras ISTs
- Problemas cardíacos
- Problemas de saúde bucal (dor de dente, inflamação nas gengivas etc.)
- Problemas decorrentes de acidentes
- Sífilis
- Tuberculose
- Outro (especifique)? _____
- Não sabe/ Não quis responder

51. Possui alguma dificuldade física?*Marcar mais de uma opção, quando for o caso.**Questão obrigatória.*

- Não possui nenhuma dificuldade
- Dificuldade para enxergar
- Dificuldade para falar
- Dificuldade para ouvir
- Dificuldade para se locomover
- Outro (especifique) _____
- Não sabe/ Não respondeu

52. Fez uso de álcool e/ou outras drogas no último ano?*Marcar mais de uma opção, quando for o caso.**Questão obrigatória.*

- Não
- Sim, álcool
- Sim, anfetaminas
- Sim, cigarro
- Sim, cocaína
- Sim, cola
- Sim, crack
- Sim, loló
- Sim, maconha
- Sim, *tinner*
- Não sabe/ Não quis responder
- Outro (especifique): _____

53. Que tipo de unidade de saúde você vai em Niterói?*Marcar mais de uma opção, quando for o caso.**Questão obrigatória.**Questão com lógica de ramificação: se responder não ou não sabe, vai para a questão 64. Se responder alguma unidade, vai para 58.*

- Não frequenta
- CAPS
- Centro de convivência
- CNAR
- Hospital
- Policlínica
- Posto de Saúde
- Saúde da Família
- Serviço Privado (IGREJA /ONG)
- Não sabe/ Não respondeu
- Outro. (especifique): _____
-

54. Que tipo de serviço você busca na unidade de saúde que você mais frequenta?*Marcar mais de uma opção, quando for o caso.*

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Atendimento da psicologia | <input type="checkbox"/> Medicamento |
| <input type="checkbox"/> Atendimento do serviço social | <input type="checkbox"/> Nebulização |
| <input type="checkbox"/> Consulta de enfermagem | <input type="checkbox"/> Vacina |
| <input type="checkbox"/> Consulta médica | <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> Consulta odontológica | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Curativo | <input type="checkbox"/> Não sabe/ Não quis responder |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

55. Com que frequência vai a essa unidade?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória*

- Diariamente
 Mensalmente
 Não há regularidade
 Semanalmente
 Só quando sente necessidade
 Outro. Especificar: _____
 Não sabe/ não respondeu

56. Como você avalia os serviços prestados pela unidade de saúde?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória*

- Ótimo
 Bom
 Regular
 Ruim
 Péssimo
 Não sabe/ não respondeu

57. Teve dificuldades de acesso a essa unidade de saúde?*Questão com lógica de ramificação: se responder sim, vai para a questão 61. Se responder não ou não sabe, vai para a questão 62.*

- Sim
 Não
 Não sabe/ não respondeu

58. Quais dificuldades encontrou para acessar a unidade de saúde?*Marcar mais de uma opção, quando for o caso.**Questão obrigatória*

- Ausência de documentação
 Falta de profissionais
 Impossibilidade de entrar com o animal de estimação
 Longo tempo de espera
 Preconceito de outros usuários do serviço
 Preconceito dos profissionais
 Outros. Especificar: _____

59. O que você sugere para melhorar o serviço prestado pela unidade de saúde?

60. Faz uso de algum medicamento de uso contínuo?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Não
- Sim, busca na farmácia popular
- Sim, busca no consultório na rua
- Sim, busca no dispensário
- Sim, busca no hospital
- Sim, busca no posto de saúde
- Sim, compra os próprios medicamentos
- Sim, recebe de doações (igrejas, pessoas, grupos sociais etc)
- Sim, recebe na rua de profissionais da saúde na rua
- Não sabe/ Não quis responder

61. Qual a maior dificuldade que você sente para cuidar da sua saúde?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Acessar medicação
- Acessar o serviço
- Ausência/ poucos profissionais
- Falta de insumos nas unidades de saúde
- Infraestrutura ruim nas unidades de saúde
- Localização da unidade de saúde
- Preconceito dos outros pacientes
- Falta de autocuidado
- Preconceito dos profissionais
- Não sabe não respondeu
- Outros. (Especifique): _____
-

62. Já foi atendido por algum desses serviços de assistência social em Niterói?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Acolhimento institucional (Abrigo)Hotel Emergencial
- Centro Pop
- Abordagem Social
- Restaurante Popular
- ERAD
- CREAS
- CRAS
- Não sabe/Não quis responder
- Outro

(especifique): _____

63. Questão ? - Como você avalia os serviços prestados nesse equipamento?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não sabe/ não respondeu

64. Há quanto tempo está neste abrigo/ Hotel?

Exclusiva para quem está abrigado/ hotel emergencial

Resposta: _____

65. Como avalia o atendimento prestado neste abrigo/ hotel?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não sabe/ não respondeu

66. O que pode ser feito para melhorar o atendimento no abrigo/ hotel?

Resposta: _____

67. Já esteve em alguma instituição de acolhimento?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória**Questão com lógica de ramificação: se responder sim, vai para a questão 68. Se responder não ou não sabe, vai para a questão 71.*

- Sim
 Não
 Não sabe/ Não respondeu

68. Onde?*Considere o último acolhimento.**Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória*

- Em Niterói
 Em outro município da região metropolitana do Rio
 Em outro município do interior do estado
 Em outro estado
 Em outro país

69. Por quanto tempo?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória*

- Menos de 1 semana
 De 1 semana até 1 mês
 De 1 mês a 1 ano
 De 1 a 3 anos
 Mais de 3 anos
 Não sabe/ Não quis responder

70. Como avalia o atendimento prestado?*Marcar apenas uma opção.**Questão obrigatória*

- Ótimo
 Bom
 Regular
 Ruim
 Péssimo
 Não sabe/ não quis responder

71. Gostaria de ir para um abrigo? (Apenas para pessoas que estão na rua).*Marcar apenas uma opção.*

Questão com lógica de ramificação: se responder sim ou não sabe, vai para a questão 72. Se responder não, vai para a questão 73.

- Sim, tentou mas não conseguiu vaga – *vai para pergunta 61*
- Sim, está aguardando vaga
- Não. Porque? _____
- Não sabe/ Não quis responder

72. Por que não foi para o abrigo? (Apenas para pessoas que estão na rua).

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória

- Violência no entorno do abrigo
- Violência no interior do abrigo
- Regras restritivas do abrigo em relação ao horário
- Regras restritivas em relação a entrada de animais
- Regras restritivas em relação a entrada de grandes volumes
- Distância do abrigo em relação aos territórios que ocupa
- Condições de higiene dos abrigos
- Condições de infraestrutura dos abrigos
- Impossibilidade de permanência junto com parceiros
- Impossibilidade de permanência junto com filhos
- Experiência anterior em abrigo muito negativa
- Quer ser livre
- Não sabe/ Não quis responder
- Outros (Especificar) _____

73. O que poderia ser feito para melhorar o abrigo? O que um abrigo deveria ter para atender suas necessidades?

Resposta aberta.

Questão obrigatória.

74. Você recebe algum Benefício Social?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Preencher todas as linhas

Questão obrigatória

| Inserir a letra correspondente (coluna 2), quando for o caso. | Coluna 1 | Coluna 2 |
|---|---------------------------------------|--|
| | Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) | A) Recebe atualmente |
| | Aposentadoria/ pensão | B) Recebeu, mas deixou de receber (suspensão ou cancelado) |
| | BPC/LOAS | C) Tentou, mas não conseguiu receber |
| | Auxílio emergencial | D) Nunca tentou receber |
| | Moeda Araribóia (auxílio de Niterói) | E) Não sabe/ Não quis responder |
| | Vale Social | |
| | Riocard (BILHETE ÚNICO GRATUIDADE) | |

Outro (especifique): _____

75. Durante o período em que está na rua, acessou algum serviço ou projeto de arte, cultura, lazer ou esporte?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Sim
 Não
 Não sabe/ Não quis responder

76. Qual tipo de atividade você gostaria de participar nessa área?

Questão obrigatória.

Se o respondente não souber ou não quiser responder, escreva no espaço.

Resposta: _____

77. Já participou de algum projeto/programa ou fez algum curso de qualificação profissional?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Não
 Sim

- Não sabe/ Não quis responder

78. Que cursos você gostaria de fazer?

Questão obrigatória.

Se o respondente não souber ou não quiser responder, escrever no espaço.

79. Gostaria de voltar a estudar (Educação Formal)?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Não
 Sim
 Não sabe/ Não quis responder

80. Já foi abordado por agentes de segurança?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Sim, pela Guarda Municipal
 Sim, pela Polícia Militar
 Sim, por agentes de Segurança Privada
 Não
 Não sabe/ Não quis responder

81. Já sofreu alguma das seguintes violências na rua? (Enquanto estava/está em situação de rua)

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Nunca sofreu violência
 - Lgbtfobia (violência em função da orientação sexual ou identidade de gênero)
 - Racismo
 - Violência contra a mulher
 - Violência Física
 - Violência Institucional (por parte de representantes públicos)
 - Violência Patrimonial (inclui retirada de pertences)
 - Violência Psicológica
 - Violência Sexual
 - Violência Verbal
 - Não sabe/ Não quis responder
 - Outros (especifique):
-

82. Já foi impedido de frequentar algum espaço por estar em situação de rua? (Percepção do entrevistado)

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Nunca foi impedido de entrar em nenhum lugar
- Bancos, Igrejas
- Espaços públicos (praças, praias, canteiros, viadutos etc.)
- Estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, shopping, bares etc.)
- Outros órgãos públicos
- Estabelecimentos de cultura/lazer (museus, cinemas etc.)
- Serviços de assistência
- Serviços de saúde
- Transporte coletivo
- Universidades/ escolas
- Outro (especifique): _____
- Não sabe/ Não quis responder
-

83. Você teve Covid-19?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Sim, fez exame deu positivo
- Sim, teve sintomas, mas não fez exame
- Não, fez exame e deu negativo
- Não sabe, porque não fez exame
- Não quis responder

84. A pandemia da Covid 19 trouxe alguma dificuldade para sua sobrevivência na rua?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

- Não
- Sim, dificuldade de conseguir renda
- Sim, dificuldade para conseguir trabalho formal
- Sim, dificuldade em conseguir alimento
- Sim, dificuldade de atendimento na assistência social
- Sim, dificuldade de atendimento na saúde
- Sim, dificuldade de acesso a máscara e álcool
- Sim, dificuldade de acesso a vacina
- Sim, dificuldade de atendimento de emergência
- Outros. (especifique) _____
- Não sabe/ Não quis responder

85. Conhece movimentos sociais voltados para os direitos da população em situação de rua:

- Não
 Não, mas gostaria de participar
 Sim, é integrante
 Sim, já ouviu falar
 Sim, gostaria de participar
 Não sabe/ Não quis responder

86. Você vota?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

Considere a última eleição.

- Sim
 Não
 Não sabe/ Não quis responder

87. Quais os medos que você tem em viver na rua?

88. O que poderia te proteger na rua?

89. O que faria você sair da rua?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória.

Benefício social financeiro (aposentadoria, BPC-Loas, Auxílio Brasil, transferência de renda, etc)

- Emprego
 Política de moradia (Ex: auxílio aluguel, minha casa minha vida)
 Tratamento para uso abusivo de álcool/drogas
 Resgate dos vínculos familiares
 Nada (prefere ficar na rua)
 Não sabe/ não quis responder
 Outro (especifique): _____

90. O que melhoraria sua vida?

91. O que você acha que as pessoas que estão em situação de rua precisam?

92. Como você vê sua vida nos próximos cinco anos?

PESSOAS DO SEXO FEMININO

Destinado apenas a mulheres cis e homens trans

93. Você tem acesso a absorventes?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Não
- Sim, por distribuição da prefeitura
- Sim, por doação
- Sim, eu mesma (o) compro
- Não sabe/ não respondeu

XX Você faz uso de algum método contraceptivo?

Questão com lógica de ramificação: se responder não faz uso ou não sabe, vai para a questão 97. Se responder qualquer outra alternativa, vai para a questão 96.

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Não faz uso
- Contraceptivo oral
- Contraceptivo injetável
- Camisinha masculina
- Camisinha feminina
- Diafragma
- DIU
- Coito interrompido
- Laqueadura
- Outros. Especifique: _____
- Não sabe/ não respondeu

94. Que estratégias você utiliza para sua higiene durante o período menstrual?

95. Onde você obteve esse método?

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória

- Comprou com recursos próprios
- Doação
- Na unidade de saúde
- Outros. Especifique: _____

96. Não sabe/ não respondeu
 Você realiza o exame preventivo (Papanicolau)?

Resposta: _____

97. Se sim, qual foi a última vez que você fez o exame preventivo?

Resposta: _____

98. Onde?

Resposta: _____

99. Você faz mamografia?

Resposta: _____

100. Se sim, quando foi a última vez que você fez mamografia?

Resposta: _____

101. Você está grávida?

Resposta: _____

102. Se sim, qual o mês da gestação?

Resposta: _____

103. Está fazendo pré-natal?

Resposta: _____

104. Já teve alguma gestação? Se sim, quantas?

Questão com lógica de ramificação: se responder que nunca teve gestação ou não sabe, vai para a questão 107. Se responder qualquer outra alternativa, vai para a questão 98.

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- | | |
|---|--|
| <input type="radio"/> Nunca teve uma gestação | <input type="radio"/> 7 |
| <input type="radio"/> 1 | <input type="radio"/> 8 |
| <input type="radio"/> 2 | <input type="radio"/> 9 |
| <input type="radio"/> 3 | <input type="radio"/> 10 |
| <input type="radio"/> 4 | <input type="radio"/> Mais de 10 |
| <input type="radio"/> 5 | <input type="radio"/> Não sabe/ Não quis responder |
| <input type="radio"/> 6 | <input type="radio"/> |
| <input type="radio"/> | |

105. Destas, alguma gestação aconteceu enquanto estava em situação de rua? Se sim, quantas?

Questão com lógica de ramificação: se responder que nunca teve gestação ou não sabe, vai para a questão 107. Se responder qualquer outra alternativa, vai para a questão 99.

Marcar apenas uma opção.

Questão obrigatória.

- Nunca teve uma gestação na rua
- 1
- 2
- 3
-

- 4
 5
 Mais de 5
 Não sabe/ Não quis responder

106. Foi realizado o pré-natal? (Considere a última gestação em situação de rua)

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão obrigatória

- Não
 Sim, no Consultório na Rua
 Sim, na Clínica da Família
 Sim, em outro Serviço Público de Saúde
 Sim, em um Serviço Privado de Saúde
 Não sabe/ Não quis responder

107. Você recebeu algum tipo de ajuda durante as suas gestações? (Ajuda financeira, ajuda material, ajuda emocional)

Marcar as linhas com a letra correspondente

Questão obrigatória.

| Inserir a letra correspondente (coluna 2), quando for o caso. | Coluna 1 Tipo de apoio/suporte | Coluna 2 Quem prestou apoio |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | Apoio emocional | A) Não recebeu apoio |
| | Apoio financeiro | B) Igreja/ONGs |
| | Apoio material | C) Serviços públicos |
| | Alimentação | D) Amigos que também estão na rua |
| | Medicação | E) Amigos ou família domiciliados |
| | | F) Desconhecidos |

108. Onde o(s) bebês nasceu/nasceram? (Ex.: na rua, no hospital etc.).

109. Após o(s) parto(s) da(s) sua (s) gestação (ões) na rua, o que aconteceu com a(s) criança(s)?

Marcar mais de uma opção, quando for o caso.

Questão não obrigatória.

- Estão com conhecidos
- Estão com familiares
- Estão em abrigos
- Estão na rua
- Foram adotadas
- Estão com desconhecidos
- Não sabe onde as crianças estão
- Não quis responder
- Outro (especifique): _____
-

110. Foi oferecido algum tipo de alternativa para você ficar com a (s) criança (s)?

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder
-

111. Se sim, qual foi a alternativa dada? Quem ofereceu a alternativa?

Resposta:

112. Você mantém contato com a criança?

Marcar apenas uma opção

- Sim
 Não
 Não sabe/ Não quis responder

113. Você já sofreu algum aborto?

Marcar apenas uma opção

- Sim
 Não
 Não sabe/ Não respondeu

114. Quais as principais dificuldades que você, enquanto pessoa do sexo feminino, enfrenta vivendo em situação de rua?

PESSOAS TRANS, TRAVESTI, NÃO BINÁRIOS**115. Você faz uso de hormônio?**

*Questão com lógica de ramificação: se responder que não ou não sabe, vai para a questão 111.
Se responder sim, vai para a questão 109.*

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder
-

116. Onde você adquiriu o hormônio?

- Comprou com recursos próprios
- Doação
- Na unidade de saúde
- Outros. Especifique
- Não sabe/ não respondeu
-

117. Recebe acompanhamento para o tratamento hormonal?

- Sim, na unidade de saúde
- Não, auto aplicado/ terceiros
- Outros. Especifique
- Não sabe/ Não quis responder
-

118. Você faz uso de silicone?

Questão com lógica de ramificação: se responder que não ou não sabe, vai para a questão 113. Se responder sim, vai para a questão 112.

- Sim
- Não
- Não sabe/ Não quis responder

119. Teve algum acompanhamento para o uso do silicone?

- Sim, na unidade de saúde
- Não, auto aplicado/ terceiros
- Outros. Especifique
- Não sabe/ Não quis responder
-

120. Quais as principais dificuldades que você enfrenta vivendo em situação de rua?

Dificuldades, formas de enfrentamento, percepções, violências vivenciadas (enquanto, pessoa trans, travesti, não binária)

COMENTÁRIOS
